Porto Alegre, Ano I, Nº 10, CR$ 5,00 — Novembro de 1976

cooJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Entrevista: Breno Caldas

"Borregaard é criação de porcos na praça da Alfândega"

CASO KLIEMANN

Uma bela mulher morta, um mistério de cinco mil dias

LUTZ

Quem despreza um salário de 40 mil dólares e xinga a mãe de uma autoridade é louco? Não, é José Lutzenberger.

Especial: a exploração do autor nacional

ELEIÇÕES: O DEBATE QUE A TV NÃO PÔDE FAZER

cooJORNAL

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1974, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a CooJornal, que foi fundada em 24 de agosto de 1974. A *Coojornal* tem 295 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital ou trabalho, tem o mesmo direito nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a *Coojornal* tem um Conselho Editorial para orientar a linha editorial e a qualidade de suas publicações próprias e de 16 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Guaraci Fraga **(editores)**, André Pereira, Adélia Porto da Silva, Lenora Vargas, Elaine Lerner, Sérgio Caparelli, Marina Wodtke, Valdoar Teixeira, Euclides Torres, Pedro Maciel, Judith Martins Costa, Marco Antônio Schuster, Paulo de Tarso Riccordi **(repórteres e redatores)**, Luiz Grassi **(Brasília)**, Roberto Manera, Gilberto Pauletti, Paulo Totti, Belisa Contino **(Rio)**, Hélio Teixeira, Amilton, Pedro Franco Cruz **(Curitiba)**, Jorge Escosteguy, Caco Barcelos, Josué Machado **(São Paulo)**, Jacqueline Joner, Guto Cruz, Eneida Serrano, Ricardo Chaves, Assis Hoffmann, J. B. Scalco, Luís Abreu, Gerson Schirmer **(fotografia)**, Luís Carlos Ferré, Lilian Bem David, Dirceu Zaremsky **(arte)**, Nilson Figueiredo **(coordenação técnica)**, Carlos Milton de Goz Rios **(produção técnica)**, Dejair Boeira, Maria Isabel Timm **(revisão)**, Paulo Sá, Olmiro Lempek, Atil Vineton **(montagem)**, Hélio Pinho, Ivan Carlos Ferreira Franco **(composição)**.

Gerência
Eládio Vieira da Cunha

Comercial
Gabriel Mathias

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. — Coojornal

Rua Comendador Coruja, 372, fones 24-0951 e 21-8984, telex (0512)1605, CEP 90.000, Porto Alegre, RS.
Impressão: oficinas do Diário de Notícias
Fotolitos: Smith — Rua Luis Afonso, 342 — fone: 21-56-83

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha **(Presidente)**, Osmar Trindade **(Vice-Presidente)**, Maria da Graça Seligman **(Secretária)**, Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, José Guaraci Fraga, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, Marcelo Oscar Lopes, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Henrique Bastos, Edgar Vasques **(Conselheiros de Administração)**, João Borges de Souza, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Agnese Schifino, Sérgio Becker, Antônio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski **(Conselheiros Fiscais)**, Jorge Polydoro **(Diretor-Superintendente)**, Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Britto Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Érico Valduga, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Loenam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson A. de Oliveira, Pedro Maciel, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Sauressig Laux, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Omar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Rogério Mendelski, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Paulo Burd, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Hélio Gama, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Paulo de Pilla Vares, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Santa Irene Rosa, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Edgar Planella, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cíntia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spíndola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Christa Berger Kuschick, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Mathias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Goes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Ana Elusa Sperb Rech, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luísa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Federizzi, Carlos Roberto Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Carlos Gilberto X. da Rocha, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Luiz Telmo Emerim, Valdir da Silva, Norberto Hoffmann, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimaraens, Gilberto Ribas dos Santos, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugênio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Vetto, Pedro Sosa Pereira, Wilson Silveira de Moura, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimaraens, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling Pereira, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel e Luís Fernando Veríssimo.

Diretoria presta contas

No dia 16 de outubro, 87 associados compareceram à Assembléia Geral da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., convocada para analisar a prestação de contas da Diretoria e eleger os novos dirigentes da sociedade para um período de dois anos.

O presidente da Cooperativa, reeleito na mesma assembléia, José Antônio Vieira da Cunha, abriu a assembléia com um relatório da diretoria que encerrava a gestão, mostrando o que foi feito nos dois primeiros anos de atividades da *Coojornal* (fundada em 24 de agosto de 1974).

O relatório mostrou o difícil começo da Cooperativa, devido principalmente à falta de capital, até a edição de sua primeira publicação, o *Jornal do Inter*, adquirido junto com o controle acionário de uma empresa de prestação de serviços em fevereiro de 75.

Um ano depois de fundada, a Coojornal tinha três publicações além do JI; o boletim Trigo e Soja, editado para a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja (Fecotrigo), o Boletim Informativo União (para a Companhia União de Seguros Gerais) e o jornal O Bancário, para o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Naquela ocasião, o exercício foi encerrado com um deficit de Cr$ 19 mil no balanço.

Em agosto de 76, quando foi elaborado o relatório, a situação tinha mudado bastante. A Cooperativa já estava editando 16 publicações : Revista Agricultura & Cooperativismo, para a Fecotrigo; Jornal do Grêmio, para o Grêmio Futebol Porto-Alegrense; Boletim Eletrosul, para a Eletrosul; boletim Coopera, para a Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica; Cadernos Coojornal de Cooperativismo; um boletim e uma revista para o Instituto Brasileiro de Planejamento; um boletim e uma revista para o Instituto dos Arquitetos do Brasil — Departamento do Rio Grande do Sul; Boletim Mercados, para a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, seção gaúcha; Jornal Amrigs, para a Associação Médica do Rio Grande do Sul; e este CooJornal.

Por isto, o relatório lembrava: "A nova Diretoria que hoje vamos eleger encontra uma sociedade estruturada, com funções definidas e responsabilidades dobradas. O resultado desta política de prudência pode ser bem avaliado nestes números: hoje a Coojornal tem 280 associados, dos quais 27 trabalham diariamente nela e outros 50 prestam serviços eventuais, de acordo com as disponibilidades pessoais e da própria Cooperativa. Seu capital subscrito chega a 850 mil cruzeiros, o setor de publicações para terceiros está em pleno processo de expansão, solidifica-se a execução de projetos próprios como o *CooJornal*, que neste mês passou a ser vendido em bancas, e o setor industrial, apto a prestar todos os serviços de que carecíamos, está em fase final de instalação".

E mais adiante: "Podemos dizer até que o Rio Grande do Sul, que já se caracterizou por pioneirismos em diversos setores, tem agora outro motivo de orgulho. A Coojornal é mais um pioneirismo gaúcho, desta vez no campo jornalístico, e que serve de exemplo para todo o País. Colegas de Pernambuco, da Bahia, do Rio e mais insistentemente de São Paulo têm nos procurado e, entusiasmados, procuram seguir a nossa idéia"

A prestação de contas mostrou que a vida empresarial da Cooperativa está numa situação bastante animadora em relação ao observado há um ano. O deficit de Cr$ 19 mil do balanço anterior foi superado, e a Cooperativa encerrou o último balanço com uma sobra líquida de Cr$ 198.348,42.

O total de vendas brutas, no período de agosto de 75 a julho de 76, foi de Cr$ 1.662.000,00. A sobra líquida foi o que restou desta soma, deduzindo-se aí todos os custos com a compra e venda de serviços mais a formação dos fundos legais (o Fundo de Reserva Legal e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social).

O patrimônio líquido da Cooperativa, formado pelo capital social integralizado mais as reservas e as sobras em suspenso, era de Cr$ 444.635. E o ativo circulante (soma do disponível e realizável a curto prazo) era de Cr$ 571.484,00. No final de tudo, os técnicos do setor elogiaram bastante o desempenho da Cooperativa nestes 360 dias, pois apresentou um índice de liquidez de 1,29 (isto é, para cada cruzeiro de dívida a Cooperativa tem um cruzeiro e vinte e nove centavos para pagar).

A mesma Assembléia Geral elegeu a nova Diretoria (ver relação ao lado, no expediente) e aprovou o plano de atividades desta Diretoria, que consiste basicamente no seguinte: a) criar um Conselho de Desenvolvimento Cooperativo, encarregado de desenvolver uma consciência em cada associado de sua posição de *proprietário* do que está fazendo, com uma visão ampla que lhe permita capacitar-se a fazer e administrar; b) adequação de salários a Cooperativa colocou como uma de suas metas principais o estudo para estabelecer uma remuneração de pessoal aos níveis dos salários do mercado de Porto Alegre; c) aquisição de sede própria; d) incentivar a área de prestação de serviços às cooperativas gaúchas; e) desenvolver o setor de distribuição e circulação; e f) ampliar o Departamento Industrial, que hoje já conta com equipamento de fotolitagem e fotocomposição.

Dentistas em cooperativa

Depois dos médicos, os dentistas também começam a formar uma cooperativa do trabalho. A Sociedade Cooperativa de Serviços Odontológicos (Unidonto) tem 24 associados e, segundo seu presidente Claudio Antônio Ferrari, "nos organizamos em cooperativa para evitar problemas com a fiscalização e o vínculo empregatício com a Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares (Unimed), com quem iniciamos a trabalhar".

Os objetivos da Unidonto são iguais aos da Unimed: ser uma entidade de classe para defender os interesses dos dentistas e proporcionar atendimento odontológico à comunidade de maneira mais liberal, mais humana, fora dos padrões previdenciários vigentes, explica Ferrari.

Para atender oas funcionários das empresas com as quais tem convênios ou contratos de atendimento, a Unidonto não usa o esquema ambulatorial, como as policlínicas, onde o cliente precisa tirar ficha para ser atendido um mês depois, dizem Ferrari e o presidente da Unimed, Arnaldo Malmann.

Como vantagens, os presidentes da Unidonto e Unimed mostram que não cobram tanto quanto às clínicas parculares e mantêm níveis razoáveis de pagamento aos profissionais associados. Além disso, "levamos grande vantagem sobre o sistema previdenciário, pois atendemos em consultório".

Ferrari afirmou que cada dia é mais difícil para os profissionais sobreviverem com consultórios particulares. "Fundamos a cooperativa por causa disso e também porque hoje todas as atividades estão se cooperativando. Há muitas cooperativas e a odontologia está se socializando".

Mas os serviços prestados pela Unidonto não são baratos, reconhece seu presidente. "A consulta está por Cr$ 90,00 e a partir do próximo ano será Cr$ 120,00. Não podemos cobrar pouco por um serviço que é de alto nível". Até agora os convênios têm sido feitos com empresas médias para garantir a continuidade dos contatos e assim fortalecer economicamente as cooperativas.

Para se associar à cooperativa dos dentistas, o profissional tem que pagar Cr$ 2 mil em 10 prestações e ainda depositar, como jóia, Cr$ 300,00. A cooperativa exige que o dentista tenha consultório particular e seja um profissional de alto nível técnico para manter atendimento muito bom.

O balanço da Coojornal

"BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE JULHO DE 1976"

	ATIVO			PASSIVO		
1	*DISPONÍVEL*			2 - *EXIGÍVEL A CURTO PRAZO*		
1.1	Caixa		10.939,36	2.1 - Credores p/Funcionamento:		
1.2	Bancos:			2.1.1. - Fornecedores		238.833,54
1.2.1	Banrisul C/Mov.	1.091,89		2.1.2 - Obrigações Sociais a Recolher:		
1.2.2	Sulbrasileiro "	7.173,75		2.1.2.1 - I.N.P.S.	5.384,67	
1.2.3	Banespa "	7.943,31		2.1.2.2 - F.G.T.S.	1.484,27	6.868,94
1.2.4	BNCC "	11.692,56	27.901,51			
		22.163,00		2.1.3 - Impostos a Recolher:		
3 -	*REALIZÁVEL A CURTO PRAZO*			2.1.3.1 - I.S.S.Q.N.	11.609,50	
3.1 -	Devedores p/Funcionamento:			2.1.3.1 - I.R.R.F.	1.252,00	12.861,50
3.1.2	Devedores p/Duplicatas	521.695,04		2.1.4 - Contas a Pagar:		
3.1.3	Cooperados C/Adiantamento Prod. Serviços	7.487,52	529.182,56	2.1.4.1 - José T.Abu-Jamra	9.000,00	
7 -	*IMOBILIZADO*			2.1.4.2 - R. Ricardi	4.380,00	
7.1 -	Operacional:			2.1.4.3 - Ordenados a Pagar	650,00	14.030,00
7.1.1.2	Móveis e Utensilios	53.382,87				
7.1.1.3	Máquinas	48.845,00		2.1.6 - Contas Correntes: — Associados		
7.1.1.4	Instalações	20.043,05	122.270,92	2.1.6.1 - Coop. C/Produção		24.504,99
				2.2 - Credores p/Financiamento:		
7.2 -	Não Operacional:			2.2.2 - Outros Emprest. p/Financiamento:		
7.2.2.2	C.R.T.			2.2.2.1 - Banrisul C/Caução		144.813,11
7.2.2.3	Aplicações Financeiras	113.900,00		6 - *NÃO EXIGÍVEL*		
7.2.2.4	Outras Imobilizações	76.354,35	212.417,35	6.1 - Capital Social:		
				6.1.1 - Subscrito	857.451,31	
11 -	*COMPENSAÇÃO*			6.1.2 - (-)a Integralizar	657.655,00	199.796,31
11.1 -	Bancos C/Cobrança:					
11.1.1	Banrisul C/Cobr.	14.024,60		6.2 - Fundo de Reserva Legal		52.892,91
11.1.2	Banrisul C/Caução	513.905,00		6.3 - Fundo de Assist. Técnica Educacional e Social		13.223,22
11.1.3	Banespa C/Cobr.	39.520,90	567.450,50	8 - *PENDENTE*		
11.2 -	11.2.1 - Bancos C/FGTS Optantes:			8.2 - Sobras Líquidas à Disposição		198.348,42
11.2.1	Banrisul C/FGTS	8.555,69		10 - *COMPENSAÇÃO*		
11.5 -	Duplicatas em Cobrança:			10.1 - Títulos Endossados		639.035,94
11.5.1	Gaúcha-Gráfica e Editora Jornalistica S.A.	71.585,44		10.2 - Fundo de Garantia		8.555,69
	TOTAL	1.553.764,57		TOTAL		1.553.764,57

"DEMONSTRATIVO DA CONTA DE SOBRAS E PERDAS"

	DISPÊNDIOS			PROVENTOS		
3.3	Bens de Venda e ou Fornecimento	908.287,36	12.1	Vendas de Serviços Produção:		
13.2.2	Despesas C/Vendas	105.449,04	12.1.2	P/Mercado Interno		919.603,88
13.2.4	Despesas Tributárias	42.335,95	12.2	Vendas Serviços Gráficos		484.201,50
13.2.5	Despesas Técnicas	559,51	12.3	Vendas de Papel		61.619,00
21	Despesas Administrativas:		12.4	Vendas de Jornais		141.016,64
21.1	Honorários Diretoria	10.778,00	12.5	Vendas Publicidade		55.374,40
21.2	Despesas C/Pessoal	149.474,79	12.6	Outras Receitas Operacionais		99.235,10
21.3	Despesas Tributárias	1.651,10	14.1	Receitas Não Operacionais		2.544,41
21.4	Despesas Financeiras	32.715,10				
21.5	Outras Despesas Administrativas	228.252,72				
9.2	Insuficiência do Exercício Anter.	19.626,81				
6.2	Fundo de Reserva Legal	52.892,91				
6.3	Fundo Assistência Técnica Educacional e Social	13.223,22				
8.2	Sobras Líquidas à Disposição da Assembléia	198.348,42				
	SOMAS	1.763.594,93		SOMAS		1.763.594,93

Porto Alegre, 31 de julho de 1976.-

José Antonio Dios Vieira da Cunha	Luiz Cláudio Pontoura da Cunha	Rejane Baeta	Raphael Ricardi
Presidente	Vice-Presidente	Secretária	Tec. em Cont. Reg. CRC/RS nº 14.768, CPF.: 013204830-20
CPF.: 109306040-91	CPF.: 151026960-68	CPF.: 109555930-34	

"PARECER DO CONSELHO FISCAL"

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da COOJORNAL — Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., e em cumprimento às determinações legais e estatutárias, procedemos ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e dos demais documentos da Contabilidade, relativos ao exercício encerrado em 31 de julho de 1976. Após o exame procedido, somos do parecer de que a Assembléia Geral Ordinária deva aprovar por unanimidade o Balanço e demais contas apresentadas, por estarem em perfeito ordem, expressando, de fato, a situação da Cooperativa.

Porto Alegre, 31 de julho de 1976.-

Luiz Francisco Terra Junior	João Borges de Souza	Tomas Irineo da Luz Pereira
CPF.: 053216380	CPF.: 012278400-63	CPF.: 165181799-53

Julgamento do governo ou dos partidos?

Como estão os partidos antes da eleição? Qual o futuro dos partidos depois da eleição? O que acham os líderes políticos da economia do estado? Os partidos estão em julgamento ou o governo está sendo julgado? Três semanas antes da eleição (dia 28 de outubro), o líder do governo na Assembléia, Celestino Goulart, e o presidente do MDB gaúcho, Pedro Simon, sentaram lado a lado diante de sete repórteres:

CooJornal — Como os dois deputados estão vendo as atuais eleições e em que o resultado delas pode influir no processo político brasileiro?

Simon — Eu posso dizer que vamos viver uma eleição inédita na história política do Rio Grande do Sul. Antes de 1963, a campanha política era feita através de comícios transmitidos pela rádio e em espaços que os próprios partidos políticos compravam nas emissoras. Pela rádio, o senador Alberto Pasqualini, que era considerado um teórico do trabalhismo, um pregador e não falava em comício, se transformou num grande doutrinador do PTB. Depois vieram os espaços gratuitos no rádio e na tevê. Aí, sim, houve um aprimoramento. Formou-se o quarteto fundamental de uma eleição: voto secreto, justiça eleitoral, cédula única e rádio e televisão. Falava um partido, depois falava outro. A justiça eleitoral fiscalizava e o eleitor, em casa, ficava informado para julgar. O rádio e a televisão abrangentes. O comício é uma festa cívica, a ele comparece o eleitor apaixonado. É útil, é uma etapa importante. Nesta eleição tiraram o rádio e a televisão para debate e também não se voltou ao que era antes. Por isso vai ser uma eleição inédita, em que o eleitor só vai ter acesso ao nome, ao número e a uma pequena biografiazinha do candidato. Mas não é só isso que está acontecendo. O governo tirou os partidos do rádio e da televisão e ocupou ele os espaços, mostrando todos os dias "este é um país que vai pra frente". Engraçado que eu, Pedro Simon, fui tremendamente criticado em 1974 e me acusavam porque eu ia com gráficos e estatísticas para a televisão. Agora está lá o governo com uma propaganda na base de "em 1960 era tanto, agora é tanto, tinha tanto disso, agora tem tanto daquilo". Dados muito provavelmente verdadeiros, mas os dados que lhe interessam. E o outro lado? Quanto era o salário e quanto é agora? Na televisão francesa tem um programa que eu acho muito interessante: convida-se alguém do governo, que diz a verdade do governo. Alguém da oposição, conta a verdade da oposição. *A Terceira Verdade* — nome do programa — é a de quem assiste em casa, e julga. Aqui o presidente da República está fazendo campanha abertamente pela Arena, veio duas vezes ao estado nos últimos meses. O governador do Estado também vive constante e permanentemente no interior, fazendo inaugurações, visitas. O fundamental é isto: quem vai decidir a eleição é a capacidade de resistência do telespectador entre o massacre da propaganda e até onde ele resistir e votar do outro lado. Uma coisa eu garanto: se fosse o inverso, se o MDB pudesse ocupar os espaços do rádio e da televisão que estão sendo usados com propaganda oficial, a vitória da oposição seria um estouro da boiada, de lavar a alma.

Celestino — Efetivamente as eleições municipais têm características próprias, peculiares, principalmente num estado politizado como o nosso. Aliás eu tenho repetido que no Rio Grande do Sul há de se estabelecer um modelo político para o Brasil, se é que um modelo político vai surgir no país. Daqui sairá a grande escola que há de nortear um modelo político. Sobre a eleição, recente pesquisa nos indicou que em determinados municípios 80% das pessoas votam nos nomes e apenas 20% votam nos partidos. Então, há uma descaracterização dos partidos existentes. O eleitor é de um partido mas não deixa de votar no candidato do outro partido, porque este candidato é médico da família, por exemplo, salvou seu pai e ele se considera devedor do voto. Quanto à Lei Falcão, é bem verdade que ela tem recebido críticas, contra e a favor. Trata-se de um ensaio que está sendo feito. Se esse ensaio será benéfico ou maléfico aos partidos — e convém lembrar que a lei é válida somente para as eleições municipais — isso vai ser mostrado após o pleito de 15 de novembro. O deputado Pedro Simon, dias atrás, advogava que gostaria que as eleições, em vez de dois em dois anos, fossem de ano em ano...

Simon —... eu não advogava, eu dizia que tinha ouvido gente no interior defendendo essa tese...

Celestino — ... bom, vamos usar o argumento dessa gente, que argumentava que isso possibilitaria maior contato dos homens públicos e deputados com suas regiões. Pois isso está acontecendo agora, com os comícios. Eu acho que, se em Porto Alegre teremos dificuldades para o eleitor se decidir, isto não vai acontecer nas demais cidades gaúchas, onde, antes, os espaços de rádio na maioria das vezes eram preenchidos com gravações. O deputado Pedro Simon falou que o governo montou uma máquina de propaganda. Eu acho importante as visitas do presidente da República, que sempre que vem traz um benefício para o Estado. E não vejo por que o governador Sinval Guazelli, que tem um programa de visitas e inaugurações de obras no interior, ia deixar de viajar agora, só porque é um ano eleitoral. Foi feita uma pergunta que o deputado Pedro Simon deixou escapar: o que as eleições municipais representam em termos de Brasil? Eu entendo que elas vão representar o fortalecimento ou o enfraquecimento dos atuais partidos. No Rio Grande do Sul acho que os partidos sairão fortalecidos, porque aqui as eleições sempre foram equilibradas. Eu não concordo com o deputado Pedro Simon quando ele diz que se o MDB tivesse os espaços usados pelo governo ganharia por larga margem. Não concordo exatamente porque aqui sempre houve equilíbrio. É como acontece num Grenal: o Inter tem um time extraordinário mas chega-se num Grenal e não há favorito.

CooJornal — Deputado Celestino, o senhor disse que o resultado das eleições vai representar o fortalecimento ou o enfraquecimento dos partidos. No caso de uma derrota da Arena, seria uma prova de enfraquecimento dos dois partidos?

Celestino — Não, eu não acho . Talvez represente a prova do enfraquecimento da Arena, mas não do MDB.

CooJornal — E o que seria entendido por derrota dos partidos?

Celestino — Um número expressivo de votos em branco, por exemplo. Eu digo isso se fosse um número absurdo de votos em branco. Isso demonstraria que os dois partidos fracassaram, que não conseguiram se comunicar com o eleitorado, porque o voto em branco é o voto daquele que não acreditou numa ou na outra mensagem.

CooJornal — O deputado Celestino disse que aqui do Rio Grande do Sul vai surgir um modelo, uma escola política. Quais seriam os exemplos?

Celestino — Observem que aqui temos um governador com bancada minoritária e a forma com que conversamos e nos entendemos com o líder da oposição, que é também presidente do MDB, o deputado Pedro Simon, não acontece em nenhum outro estado do Brasil. Este clima estabelecido, sem que ninguém abdique de suas posições, indica um comportamento político modelo. Outro exemplo: a forma de atuação da liderança do governo daqui, o trânsito que ele tem no palácio e a maneira de colher informações para oferecer respostas à oposição, foi copiada recentemente pela liderança do Rio de Janeiro.

CooJornal — Como o MDB receberia um elevado número de votos em branco ou nulos?

Simon — Não temos conhecimento de que haja movimento organizado pelo voto em branco, como houve em 70 e 72. Eu acho que todo o voto nulo ou em branco é o voto de alguém que não está satisfeito com o governo. Foi a tese que eu sustentei na época, argumentando que o governo dizia que tinha ganho as eleições mas que na verdade tinha ganho do MDB. No Rio Grande do Sul, em 1970, a Arena ganhou as eleições, mas foram 650 mil votos brancos e nulos.

CooJornal — O deputado Pedro Simon disse que, sem o rádio e sem a televisão para debate, os partidos não conseguem levar a doutrinação a todos. Isto não pode levar ao desinteresse pela eleição ou candidatos e daí ao voto em branco ou nulo?

Simon — Eu concordaria com a premissa mas não chegaria à conclusão sobre isso. Realmente os partidos não estão chegando à massa intelectual, por exemplo. Os médicos, advogados, professores, estudantes, dificilmente vão ir a um comício. Então, esse tipo de eleitor ficou fora do debate político. Me parece que essa gente possa estar magoada, mas daí a concluir que votarão em branco eu não concluo.

Celestino — Eu apenas queria dizer que não concordo com o deputado Pedro Simon quando ele diz que quem vota em branco está contra o governo. Se existe um partido de oposição e um partido do governo e se alguém está contra o governo, vota na oposição...

Simon —... apenas não esquece, Celestino, que o cara que está a favor do governo não tem por que não votar no governo. Agora, quem está contra o governo, pode não aceitar também o MDB os caminhos que o MDB está pregoando. Aliás, aconteceu isso em 70 e 72. Gente que era mais radical que o MDB, era contra o governo e não aceitava o MDB. Achava que o MDB tinha que fechar, e votou em branco.

Coojornal — Se os dois partidos não conseguirem atrair os jovens, qual o caminho a seguir?

Celestino — Eu acho que se ficar provado que os jovens não foram atraídos, terá que haver uma reformulação. Porque os dois partidos, pelo que eu observo — e o deputado Pedro Simon há pouco citava um exemplo — têm feito o possível e o impossível para atrair essa massa. Qual a reformulação, o caminho a seguir, eu não saberia dizer.

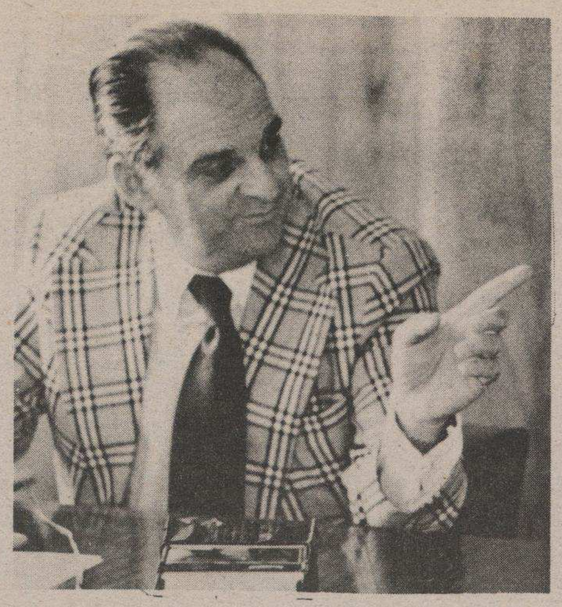
Simon — Eu acho que o aspecto não é da Arena nem do MDB, é do sistema em si. O governo pode criar mais 10 partidos que se for dentro do que está aí os jovens não serão atraídos. Os problemas são as dificuldades que nós temos para fazê-los atuar: os jovens não aceitam o 477, o 228 e todo esse contexto em que se está vivendo.

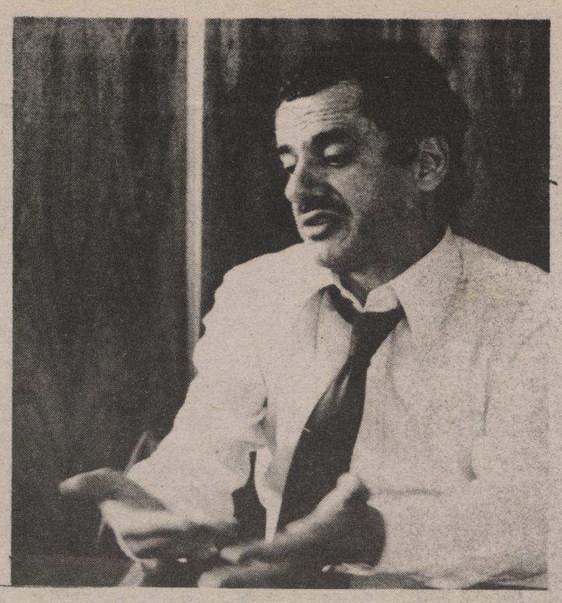
CooJornal — A Arena e o MDB estão satisfeitos com o bipartidarismo?

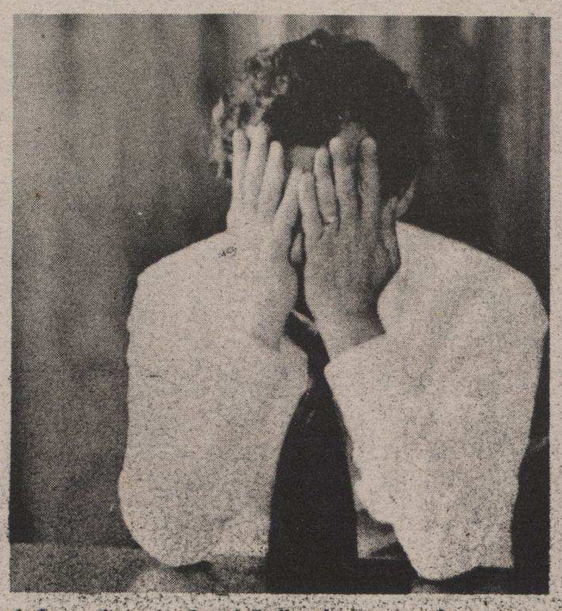
Celestino — Em 1964, com a extinção dos partidos, a realidade brasileira apontava o bipartidarismo como solução e no Rio Grande do Sul praticamente ele já existia. Naquela época o bipartidarismo apresentou-se como a norma que resolveria o problema. Eu não saberia dizer se aquilo que ditou normas em 64 é válido para hoje. Mas penso que o resultado da eleição de 1976 deverá influir para a continuação ou não do bipartidarismo. Mas continuo dizendo uma coisa: talvez o que tenha servido para desfigurar o bipartidarismo tenha sido o uso da sublegenda.

Simon — Concordo com o Celestino quanto à sublegenda, que é um câncer dentro do partido. De 64 para cá, muito daquilo que é feito para ser transitório termina ficando permanente., Os atos institucionais, a sublegenda, tudo foi assim — uma transitoriedade constante. O argumento que o senador Daniel Krieger usou na época para defender a sublegenda era de que as maiorias sufocariam as minorias, mas que precisava se garantir o direito de sobrevivência das minorias até elas se enquadrarem. Mas não deu certo, exatamente pelas brigas e crises internas. Não é o caso do MDB aqui no Rio Grande, em parte também não é o caso da Arena. Mas é o caso lá pelo Norte e o Nordeste, mais da Arena mas também do MDB. Eu defendo a tese de que agora devemos ir com o bipartidarismo até a normalização democrática. Qualquer esforço para dividir ou extinguir partidos agora e formar novos partidos é tese de continuidade do que está aí. O que estamos vivendo no Brasil é uma crise de falta de definição, vivemos em alteração permanente.

CooJornal — E como deveria ser provocada essa definição, levada adiante essa busca de normalização institucional?







Celestino Goulart e Pedro Simon: debate para julgar depois da eleição de novembro

Simon — O doutor Ulisses Guimarães fez um importante pronunciamento em que ele chamava a Arena para um diálogo, para encontrar um denominador comum e solucionar o impasse brasileiro. O ilustre cronista parlamentar Castello Branco escreveu que o mínimo que o presidente do MDB merecia, por parte da Arena ou da autoridade, era uma resposta. Ninguém respondeu. Não há interesse em definir o nosso modelo e eu acho que isso o MDB poderia fazer: um modelo de carta constitucional e apresentar para debate. Com relação a estas eleições, eu acho que o MDB estaria colaborando com o presidente Geisel ao ganhar. O presidente poderia se virar à sua roda e dizer: "Olha, o povo está querendo as teses que o MDB está defendendo". Ganhando a Arena, vão se fortalecer as outras correntes: "O modelo é esse aí, o governo gosta desse modelo e deve continuar". E não é válida a tese de que a distensão passe pela vitória da Arena. Se fosse isso, então não deveria haver eleição. Acho que não se deve pedir tudo ou nada numa eleição.

CooJornal — O deputado Celestino disse que a Lei Falcão vai ser testada nesta eleição e depois concordou que o resultado da eleição pode influir no quadro partidário. De que maneira, quais os parâmetros para se testar uma lei como essa? E seria num momento em que a eleição é excepcional, o momento para se fazer um teste na legislação de propaganda política?

Simon — A pergunta é boa, reconheço que é muito boa Celestino....

Celestino — Exatamente pela Lei Falcão ser dirigida às eleições municipais e estas terem peculiaridades próprias, mais um motivo para a lei ser testada. Eu entendo que é para o que ela está dirigida: eleições que não são genéricas, comuns, normais. Quanto às mudanças que possam ser feitas nos partidos, convém lembrar que, segundo a Lei Orgânica dos Partidos, estes não devem nascer de cima para baixo. Eles devem se formar pela base, pelo município.

CooJornal — Se vai se analisar os partidos no nascedouro, por que não se ampliar mais o debate para, justamente, melhor se analisar?

Celestino — Mas o debate no nascedouro continua existindo como sempre existiu, com os comícios.

CooJornal — Mas se é inútil o debate no rádio e na televisão, porque então esse cerceamento? Por que vetar o acesso a esses dois veículos?

Celestino (rindo) — Os motivos que levaram a criar a Lei Falcão foram amplamente justificados. O ministro, quando enviou o projeto ao Congresso, dizia quais os motivos, e o projeto foi discutido e aprovado.

CooJornal — A Arena tem no momento da eleição uma situação econômica difícil no Estado. O governo encontra dificuldades para manter os compromissos em dia e pelo que se sabe do orçamento a ser votado na Assembléia, o próximo ano será muito difícil. Como a Arena está encarando esses problemas que devem ser encontrados nos municípios onde há eleições?

Celestino — Na condições de líder, tenho ficado muito preso no plenário e não tenho participado muito da campanha eleitoral. Mas eu diria que há necessidade de uma reformulação no campo tributário.

Simon — Há informações controvertidas permanentemente, inclusive de ministros discordando perante a opinião pública. Isto demonstra que enfrentamos uma séria crise econômico-financeira a nível nacional. Os escalões secundários do governo e até os empresários, já discutem que haverá um desaceleramento intensivo no nosso desenvolvimento a partir de 77. O governador Guazelli disse, há poucos dias, que de cada cruzeiro que o Estado arrecada, 90 centavos estão comprometidos com a máquina administrativa e só sobram 10 centavos para investimentos. A preocupação séria e profunda é sobre como o governo vai enfrentar a crise financeira que virá no ano que vem.

CooJornal — Esse quadro econômico não tende a reduzir ainda mais o espaço para o debate político?

Celestino — Eu diria que numa eleição municipal entra em jogo principalmente solução para problemas do município. É evidente que ao abordarmos os problemas do município o item recursos é logo examinado. Não adianta pensar em construir uma ponte sem pensar nos recursos que se tem ou se possa ter. E ao se falar nos problemas dos municípios mais cresce essa idéia da necessidade urgente de reforma tributária, para oferecer mais recursos ao estado e aos municípios.

Simon — Eu concordo com o Celestino. Devemos analisar o ano que vem sob dois aspectos. Se estivéssemos numa época de normalidade econômica, as perspectivas de abertura política seriam bem maiores. Agora não é o MDB, são os empresários e o próprio ministro Severo Gomes que dizem que tem que mudar o modelo. E o ministro Severo Gomes nada mais fez que reconhecer a tese que o MDB gaúcho defendeu em 1974: que tem que inverter o modelo, que tem que aumentar o poder aquisitivo do povo, que o melhor mercado de consumo é o interno. Vamos chegar ao fim do ano com uma dívida de 28 bilhões de dólares, com deficit no serviço de pagamentos de cerca de seis a sete e meio bilhões de dólares. Faz-se um esforço sobre-humano para exportar, e o deficit da balança comercial vai dar uma quantia muito além daquilo que era previsto. A credibilidade que se dá ao ministro Simonsen, hoje, já não é a mesma que se dava no início, porque ele balança muito em seus pronunciamentos. O deficit da balança comercial vai dar exatamente o dobro do que ele imaginava. E o dobro é de dois para quatro bilhões de dólares. Realmente, se o governo não estivesse tão envolvido com problemas econômicos poderia dar mais valor aos problemas políticos. Para nós do MDB, entretanto, não se resolverá o problema econômico para depois resolver o problema de ordem política, pois os dois são conjugados.

CooJornal — Os senhores acreditam que o resultado das eleições nos Estados Unidos possa influir na situação brasileira?

Simon — Acho realmente que o Partido Democrata tem tendência mais liberal. E sua vitória muito provavelmente dê à política norte-americana maior fortalecimento, influência no sentido de abertura democrática nos países onde ele possa exercer essa influência. Mas, independente dos debates no período da campanha política, a gente já sabe que nos Estados Unidos, uma vez eleito o candidato, as modificações que ele pode fazer a nível de compromissos internacionais são muito pequenas.

Celestino — Eu não tenho a felicidade de conhecer os Estados Unidos como o Pedro. Mas estou convencido que Ford deverá ganhar. Carter saiu muito bem mas me parece que perdeu terreno...

Simon — .... não sei se observaste que quando o jornal sair a eleição já terá sido realizada...

Celestino — ... não tem importância, os homens não serão criticados por ação ou omissão, mas somente por ficarem em cima do muro. E observo o seguinte: Carter, tentando agredir principalmente o Brasil, está buscando os votos de um contigente enorme de latino-americanos não brasileiros que vivem nos Estados Unidos. Com referência aos comprimissos internacionais, louvo-me no que disse o Pedro.

CooJornal — Arena e MDB existem já como doutrina política, numa situação igual aos partidos mais tradicionais que os antecederam?

Simon — Os partidos anteriores a 1964 tinham grandes problemas. Hoje eu digo que a grande dificuldade que se tem para dar conteúdo ao partido político é um grupo de pessoas que têm um ideal comum e um objetivo comum. O objetivo comum é buscar o poder e ao MDB, desde que ele foi criado, se lhe impediu a possibilidade de chegar ao poder. A doutrina de um partido é para ser feita em cima de um governo, de iniciativas concretas onde ela possa ser aplicada. Nosso objetivo com o MDB gaúcho é fazer dele um partido que não exista apenas na véspera de eleições. Nosso plano, para 77, quando normalmente os diretórios se desarmariam, é fazer com que essa infra-estrutura partidária funcione a nível de doutrina. Nosso grande objetivo é que o MDB seja o partido do sim, isto é, que o eleitor vote nele não porque ele seja contra o governo, mas porque ele tem um programa a ser apresentado e cumprido. O MDB é o maior responsável pela chamada tranqüilidade existente neste país, mais que todos os sistemas de segurança e repressão. Porque o MDB faz uma campanha de paz, uma pregação de crítica dentro da legalidade, incitando o povo a votar. O MDB adquiriu credibilidade, respeitabilidade da opinião pública que olha para ele como uma opção de chegar ao poder. Se depois de 76, pelo que vier a ocorrer — dissolver partidos ou não ter eleições — e trouxer como conseqüência a perda de credibilidade pública no MDB, aí nós vamos partir para dias que eu não sei o que vai acontecer. Mas acho que a tranqüilidade sofrerá grandes e graves conseqüências. A nível da Arena, a questão é diferente. A Arena é governo mas não governa. A Arena nacional ontem era o que era o presidente Médici. Hoje é o que é o presidente Geisel. Para nós do MDB a mudança tem que ser de 180 graus. Quer dizer, o partido é que tem que ter a doutrina e o pensamento e o presidente da República, os governadores e os prefeitos têm que ser executores dessa doutrina. Ao lado disso, deve-se reconhecer que temos dois erros históricos. Terminada a ditadura, em 1945, se formaram os partidos. Mas não se formaram em torno de idéias, mas de um divisor comum que era Getúlio Vargas: os que eram contra e os que eram a favor dele. Em 1964 foi a mesma coisa. Então há dentro dos dois partidos divergências de ordem ideológica fundamentais. Tem arenistas com idéias sociais e econômicas muito mais avançadas que alguns emedebistas que têm idéias econômicas e sociais muito mais retrógradas que muito arenista.

Celestino — Um dos piores obstáculos para os partidos novos é a falta de tradição, que compromete muito os partidos. O deputado Pedro Simon dizia há pouco uma coisa que eu ia dizer: que tínhamos no Brasil partidos formados antigamente por homens. Getúlio Vargas formou o PSD e posteriormente o PTB. E os outros partidos foram formados também por homens: UDN, PRP, PTN, PL, MTR, etc., Fernando Ferrari de um lado, Adhemar de Barros do outro. Agora, o que o deputado Pedro Simon diz em torno de programa partidário e de atitudes tomadas pelo partido no sentido de apresentare popularizar um programa, isso também está sendo feito dentro da Arena, embora nesse ponto ele tenha razão. Efetivamente o MDB surgiu com um programa anterior e posteriormente a Arena fez o seu programa. Apenas não concordo em parte quando o deputado Pedro Simon diz que a Arena é governo e não governa, não participa das decisões do governo. Eu diria que aos poucos a máquina governamental vai se entrosando com os políticos, com as lideranças partidárias e isto é normal para um partido novo. Quando o partido é tradicional, já está entrosado, então as coisas se dão mais facilmente. Mas verifiquem o entrosamento existente no governo Castelo Branco com a Arena, no governo Arthur da Costa e Silva, no governo Médici e no governo Geisel. Pode-se observar um entrosamento muito maior no governo Geisel, tanto da presidência como daqueles elementos que defendem as lideranças. E vejam no Rio Grande do Sul como esse entrosamento se dá sem desvirtuamento, através do governador Sinval Guazzelli. Agora um programa não se impõe da noite para o dia, não será somente através do rádio e da televisão que nós iremos impor e apresentar um programa. Devemos partir de seminários, fazer com que esse programa seja assimilado pelas lideranças dos municípios, das regiões, dos distritos, para que ele chegue ao mais simples eleitor.

Martins & Andrade

Nem todos os jornais podem ser feitos com uma tesoura e uma máquina de escrever

Principalmente quando entra uma coisinha chamada consciência profissional na história.
Coojornal é um exemplo disso. Um feliz exemplo. De jornalismo corajoso. Feito com talento, suor e muito idealismo. Como todo jornal deveria ser.
É gostoso ver profissionais reunidos, dispostos a levar em frente um trabalho sério.
É motivo de orgulho para a gente ver o Rio Grande do Sul mostrando pro Brasil como se faz jornalismo.
Vamos lá Coojornal.

Nós também estamos apostando em vocês.

GRUPO OLVEBRA

Perdão, leitores

Luiz Cláudio Cunha

INAUGURADAS OBRAS EM GETÚLIO VARGAS

Sentimentalismo político

JORNAL DO COMÉRCIO 3/11/76 — 11

Depois de 27 meses na Casa Branca Ford recebe mandato direto dos norte-americanos

A futura vitória de Carter antecipada para Ford

Todos erraram, sem desconfiar

A dúvida constante é uma virtude do bom jornalismo. Jornais e emissoras de rádio, no dia 27, erraram porque não duvidaram. Manipulando sem nenhuma desconfiança uma informação equivocada do *Jornal do Brasil* e *O Globo*, a imprensa de Porto Alegre repetiu a informação de que o Santos, desclassificado para as finais da Copa Brasil, era o líder em arrecadações, com um total de 7,5 milhões de cruzeiros em 13 partidas. Nas cinco colocações seguintes, não havia nenhum dos três clubes gaúchos, embora a *Folha da Manhã* tivesse destacado que, ao Internacional, restava o consolo de ter conseguido a maior renda da fase de classificação da copa (mais de 1,8 milhões de cruzeiros, no jogo contra o Santos).

Na sua coluna do dia no *Correio do Povo,* o comentarista Ruy Carlos Ostermann fez a mesma observação, repetida na programação do meio-dia da rádio *Guaíba* pelo chefe do seu departamento de esportes, Armindo Antônio Ranzolin. Minutos depois, no espaço reservado ao seu comentário pela *Guaíba*, Ostermann, devidamente alertado para o equívoco, penitenciou-se e corrigiu a informação: o Internacional, na verdade, era o terceiro colocado na relação dos que mais arrecadaram, logo atrás do Santos e do Coríntians. Ficou a lição de que da dúvida nasce a certeza — e a informação correta.

A fonte, onde anda a fonte?

Interessante, aliás, a fidalguia e a generosidade com que as colunas de informação dos jornais de Porto Alegre abrem espaço para notas de colunas semelhantes publicadas pelos grandes jornais de Rio e São Paulo no dia anterior. Em algumas delas, talvez como prova de respeito e fidelidade, não se alteram nem as vírgulas das notas catadas, geralmente, do *Jornal do Brasil* (Informe JB e Coluna do Zózimo), *Folha de S. Paulo* (Painel) e o *O Globo* (Ibrahim Sued e Carlos Swan). *Nada* existe de condenável na transcrição de notas informativas, escritas com talento e publicadas por colunas respeitadas dos mais importantes jornais do país. Só tem uma coisa: por que o hábito deselegante de omitir a fonte?

Das colunas existentes em Porto Alegre, a única exceção parece ser o *Espaço Vital*, que Marco Antônio Birnfeld assina no *Jornal do Comércio*: com a simples identificação da origem da nota, ele transforma a tradicional *chupada* (transcrição de matérias, na gíria de imprensa) num recurso jornalístico válido e ético.

A eleição que a imprensa cobriu

Na cobertura das eleições americanas, nenhum jornal gaúcho mobilizou maiores esquemas. Sem o recurso do "enviado especial" ou do "correspondente", utilizado pelos grandes jornais do centro do país, a imprensa de Porto Alegre limitou-se a trabalhar, sem maiores brilhos, o extenso material enviado pelas agências de notícias. Neste nível mediano, houve dois extremos. A *Zero Hora* conseguiu os melhores resultados, exatamente no dia decisivo, a edição do dia 3/11, que trazia os resultados da eleição. Quando fechou parte da edição, a uma hora da madrugada, a ZH já trazia na capa: "Carter larga na frente". Uma hora e meia mais tarde, quando a tendência democrata era mais forte, o jornal mudou a capa: abriu a foto do candidato que liderava a apuração e anunciou que estava "Jimmy Carter na frente". Pouco depois das quatro horas da manhã, consumada a vitória, saiu a terceira e última capa: "Jimmy Carter presidente".

Enquanto a ZH dava esta demonstração de agilidade, o *Jornal do Comércio* da mesma manhã conseguia dar a *barriga* do ano: "Depois de 27 meses na Casa Branca Ford recebe mandato direto dos norte-americanos", estampou o JC em manchete de cinco colunas na página 11, com uma foto do ex-futuro-presidente Ford sorrindo. Obrigado a fechar sua edição muito antes do início das apurações, o JC preferiu apostar no comentário de gaveta de um Howard Benedict, enviado com antecedência pela AP. Na edição do dia seguinte, o JC foi obrigado a publicar na capa uma foto de Carter, também sorrindo, sob um título significativo: "Eleição de Carter parece surpreender políticos".

Esta, mais ou menos, foi a reação do ex-deputado e jornalista Mendes Ribeiro, que comandou desde Porto Alegre a cobertura que a rádio *Gaúcha* fez do pleito, em contato com o correspondente da emissora em Washington, José Americo Vidigal. A inflamada torcida de Ribeiro pela vitória republicana chegou, em alguns momentos, a prejudicar o rendimento da boa cobertura que a *Gaúcha* realizava: "O povo americano não trocará o certo pelo desconhecido. Ele elegerá Ford, entendam". Na quinta-feira (4/11), Ribeiro foi obrigado a reconhecer, na sua coluna da página 2 de *Zero Hora:* "Venceu Carter". Mesmo assim, não foi uma rendição incondicional: "Poderia ter vencido Ford", insistiu acacianamente, Ribeiro.

A rádio *Guaíba,* que tinha o seu repórter Amir Domingues na capital americana desde o dia 27, conseguiu também um bom resultado na sua cobertura, seguramente uma das mais amplas e caras da história do rádio brasileiro — envolvendo até correspondentes em Tóquio, Pequim, Paris, Londres, Los Angeles, Tel-Aviv e Berna. A preocupação da *Guaíba* em esgotar o assunto era tão grande que, às vezes, escorregava para o exagero: entre um e outro boletim dos Estados Unidos, o crítico musical da emissora rodava um disco de Frank Sinatra, "o mais popular cantor norte-americano" ou uma gravação de "Girl from Ipanema". até o gerente local da Exprinter foi entrevistado sobre o fluxo de turistas entre os dois países e as conseqüências da lei dos 12.000. Invenções que, afinal, conseguiram atender ao objetivo de preencher os inevitáveis espaços vazios de uma transmissão ininterrupta de oito ou nove horas.

Eventualmente, os locutores de estúdio da *Gaúcha* e da *Guaíba* interrompiam os comentários sobre as eleições para um aviso: "Neste horário, deveríamos apresentar a propaganda política da Arena e do MDB. Pela cessão deste espaço para a cobertura das eleições norte-americanas, os nossos agradecimentos". O correto seria pedir desculpas.

Um mau palpite futurológico

É difícil de entender, mesmo lendo duas ou três vezes a seguinte frase: "O Rio Grande do Sul e o Paraná podem vir a ser os primeiros estados do Brasil a terem mulheres como governadoras, em decorrência da alta porcentagem de leitoras de jornais". Esta tese, sendo press-release divulgado sucintamente nas páginas econômicas das edições do dia 28/10 dos jornais da capital gaúcha, foi jogada — sem maiores esclarecimentos — à livre divagação dos participantes da reunião-almoço da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, seção RGS, pelo diretor da *Revista de Propaganda e Marketing* e do jornal *Diário Popular,* de São Paulo, Armando Ferrentini.

Sua dificuldade para esclarecer melhor tão complexo teorema explica-se, talvez, pelo fato de Ferrentini ter se limitado a ler um discurso, reduzido e emendado, que o jornalista Emil Farhat fizera dias antes no II Encontro Brasileiro de Mídia, em São Paulo. Depois de explicar que a "ascendente presença da mulher, uma brilhante galáxia de mini-razões como leitora de jornal", deve-se à sua procura pela notícia, "pela cor fresca e pelo tato quente da vida", Ferrentini citou dados de uma recente pesquisa da *Marplan*, encomendada pelo *Correio do Povo,* e que acusou "um elevado, inesperado, mas compreensível, índice de mulheres lendo o noticiário policial cotidiano". Embora sem citar o percentual de leitoras existentes em Porto Alegre e Curitiba, o orador se permitiu ao que chamou de "palpite futurológico": o RGS e o PR podem vir a ser os primeiros estados governados por mulheres.

Uma pista para os repórteres políticos preocupados com a sucessão presidencial e que acreditarem nesta tese: tentem descobrir quantos jornais são lidos, diariamente, pelo senador mineiro Magalhães Pinto.

Diálogo de Médici com o agricultor

O general Emílio Garrastazu Médici voltou ao Sul e, no dia 23/10, foi a Bagé, sua cidade natal, para uma visita de 48 horas. Motivo suficiente para festas na cidade, espetáculos de balê infantil no ginásio coberto Presidente Médici, banquetes e inauguração de um parque esportivo — tudo no ritmo triunfal, vibrante e passageiro do período da "corrente pra frente".

O ex-ministro Mário Andreazza, transformado em cidadão bageense, acompanhou em todos os lugares ao seu chefe e líder e, como ele, conservou-se estrategicamente mudo em relação à política. Na visita a uma cooperativa de trabalhadores rurais na Colônia Nova, distrito de Bagé, Médici e Andreazza arrastaram atrás de si os repórtes dos principais jornais do Rio e São Paulo (de Porto Alegre, o único jornal presente era a *Zero Hora*, que além dos repórteres tinha ali o seu editor-chefe, Carlos Fehlberg, ex-chefe de imprensa do governo Médici), mas apenas o repórter Danilo Ucha, do *Estado de S. Paulo,* registrou um expressivo diálogo do ex-presidente com um colono. Médici perguntou-lhe quanto ganhava por mês e o velho colono alemão, falando com dificuldade em português, contou: "Trrrrezentos e poucos crrrruzeirrrros..." Sorrindo, meio sem jeito, Médici reconheceu: "Já é alguma coisa".

Pesquisas que servem para todos

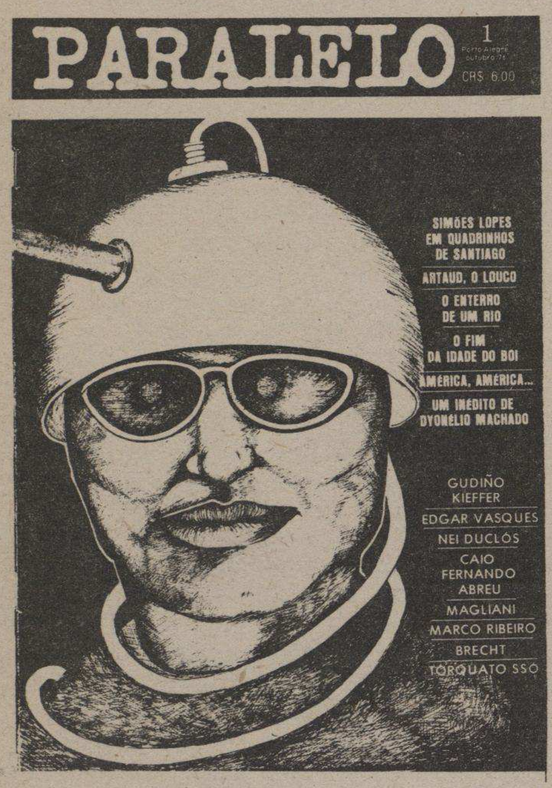
As agências de propaganda em Porto Alegre receberam, no início de outubro passado, os resultados de uma pesquisa sobre freqüência e público leitor dos jornais gaúchos realizada pela empresa paulista Marplan, que entrevistou três mil pessoas no período de três a 26 de abril. Curiosamente, embora a pesquisa tivesse sido encomendada pelo jornal *Zero Hora,* a distribuição às agências foi realizada ecumenicamente pelas duas maiores empresas jornalísticas do Estado, Caldas Júnior (*Correio do Povo, Folha da Tarde, Folha da Manhã*) e Rede Brasil Sul de Comunicações (que edita a *Zero Hora*).

A RBS exaltou os gráficos que mostram que o número de leitores de *Zero Hora* cresceu "expressivamente", saltando de 105.100 pessoas (31,4% do total de leitores) em 1974 para 137.600 (38,4%) em 76. A Caldas Júnior preferiu mostrar que, conforme a mesma pesquisa, na classe *A* (que é o público que tem condições de consumir e cuja renda familiar é de Cr$ 12.622,48) o *Correio do Povo* fica com 52%, a *Folha da Tarde* com 32% e a *Folha da Manhã* com 10%, cabendo à *Zero Hora* 19%. Prova de que, embora o resultado seja um só, a interpretação destas pesquisas se presta a interesses diversos — e, neste caso, até mesmo opostos. Pior para o leitor, que fica na mesma.

Sentimentalismo reforça a Arena

A Arena gaúcha ganhou outro considerável reforço para sua campanha eleitoral: o jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho, diretor-presidente da Rede Brasil Sul de Comunicações (Rádio e TV Gaúcha, jornal Zero Hora, e rádios Gaúcha-Zero Hora FM, Metrópole e Porto Alegre). O "furo" foi dado pelo próprio jornal da empresa, com foto, na página política da edição de 4/11 de ZH.

Acompanhando o governador e mais quatro secretários de Estado numa viagem no dia 3 ao distrito de Erebango, interior do município de Getúlio Vargas, Sirotsky — citado como "filho daquele distrito e que lá retornava em visita sentimental" — ouviu pacientemente seis discursos, ajudou Guazzelli a inaugurar uma hidráulica e um posto de saúde e, afinal, não se conteve. Tomou da palavra, discorreu sobre sua infância, as tradições locais, a importância das obras inauguradas e a presença de tantas pessoas ilustres. E, triunfalmente, depois de lembrar que nunca havia pedido nada a seus concidadãos, exortou o povo de Erebango a "confiar num governo que leva cada vez mais o desenvolvimento ao interior dos municípios". Taí um grande achado arenista: um candidato que, com ou sem Lei Falcão, teria sempre rádio, tevê e jornal à sua disposição.



A Latíndia dos gaúchos

Juarez Fonseca, Emílio Chagas e Ricardo Barreto, que há alguns anos editaram o *Exemplar*, fazem nova tentativa ao lançar a revista mensal *Paralelo*. Em tamanho semi-tablóide, os editores da revista estão preocupados em atingir um público voltado aos problemas latino-americanos. Por isso, Juarez Fonseca repete diversas vezes que o *Paralelo* nada mais é do que a *latíndia*. "É claro que não nos esquecemos dos problemas locais, do Rio Grande do Sul, mas queremos dar um enfoque maior às questões brasileiras e sul-americanas que estão mais perto da gente".

O preço da modernização

O vento de modernização que nos últimos anos vem soprando sobre a imprensa brasileira pode ser motivo de orgulho: hoje a maquinária e as instalações de nossas principais empresas jornalísticas fazem as sedes de alguns dos jornais mais importante do mundo — como Le Monde, New York Time, The Times — parecerem velhos casarões.

Quanto está custando esse orgulho, no entanto, é difícil avaliar. Para comprar os modernos equipamentos e construir os prédios luxuosos recorreram a empréstimos que hoje as colocam entre os setores mais endividados do país. Segundo *Maiores e Melhores* (edição especial da revista Exame), o setor editorial e gráfico ocupou no ano passado o 12° lugar numa lista dos 50 setores da economia com maior volume de dívidas no país. Em 1974, ele ocupava o 20° lugar da lista, ou seja, uma situação bem menos incômoda. O índice médio de endividamento de nossos jornais e revistas, segundo a mesma publicação, está em torno de 60 por cento (o total de dívida representa 60 por cento do patrimônio líquido).

É evidente que os problemas gerais que afetam a economia do país têm seus reflexos nas empresas jornalística. Mas, há dados sintomáticos. Entre as dez empresas com maior faturamento no setor, as empresas que optaram por uma política de construção de grandes sedes são as que exibem o maior índice de endividamento: Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e Bloch Editores. De acordo com a Exame, o Estadão tinha, em 31 de dezembro último, um índice de endividamento de 80 por cento, em decorrência de compromissos assumidos com a construção da sua nova sede na avenida Marginal e na renovação do parque gráfico. As dívidas do Estadão são, na maior parte, a longo prazo, mas de qualquer forma o índice de 80 por cento é considerado muito alto pela unanimidade dos economistas.

O segundo lugar é do Jornal do Brasil, com um índice de 73 por cento. O caso do jornal carioca é, aparentemente, mais grave pois tem que saldar a fatia dos compromissos financeiros nos próximos anos. E a origem desta dívida é a mesma: empréstimos para a construção da nova sede na Avenida Brasil, no Rio, e compra de máquinas. Atualmente o JB utiliza o seu requintado equipamento de impressão durante menos de cinco horas por dia, enquanto o Le Monde é impresso numa gráfica independente.

A Bloch Editores ocupa o terceiro lugar, com um índice de 68%. Embora a empresa do sr. Adolpho Bloch já tenha amortizado boa parte da dívida referente à sua sede na praia do Russel, recentemente foram feitos novos empréstimos para a construção de um novo edifício ao lado do atual.

O índice de endividamento das outras grandes empresas do setor também não é pqueno: Abril, 57 por cento; Estado de Minas, 46 por cento; O Globo, 43 por cento; O Dia, 55 por cento; Folha de São Paulo, 29 por cento; Diário Popular de SP, 23 por cento e Caldas Júnior 17 por cento. Assim, a empresa gaúcha é a que menos deve entre as grandes editoras do país.

Uma das conseqüências mais graves desta política é que, para compensar os grandes investimentos em instalações, as empresas jornalísticas procuram manter baixo o nível dos gastos com a mão-de-obra, mesmo que isso implique em queda na qualidade editorial. No Globo, por exemplo, apenas 30 por cento das despesas representam gastos com pessoal, o que não pode ser considerado razoável numa "indústria de inteligência". No setor metalúrgico, por exemplo, onde o peso da mão-de-obra qualificada é infinitamente menor do que num jornal, os gastos com pessoal chegam a 32 por cento.

NOTA DO EDITOR

Um grupo de jornalistas de São Paulo informa-nos que está se reunindo com o propósito de fundar uma cooperativa, semelhante à nossa CooJornal. Do Recife, de Florianópolis e de vários outros lugares também recebemos cartas demonstrando interesse em saber como estamos funcionando.

À primeira vista essas manifestações podem ser encaradas como mero resultado da inquietação de pequenos grupos isolados, inquietações circunstanciais, passageiras. Assim como foi vista a criação da Coojornal há dois anos.

A idéia de cooperativa, porém, traz um elemento novo a esses movimentos que são antigos como a imprensa. Ela é mais que a união de um grupo de pessoas para fazer um jornal. O fato de não poder limitar o número de sócios a não ser por razões especiais, dá um sentido de classe às cooperativas e implica na necessidade de um desenvolvido espírito democrático.

Uma cooperativa como a CooJornal tem um campo de atuação amplo. Hoje ela tem 300, amanhã poderá ter mil dois mil associados. Mas tudo o que ela fizer será sempre o resultado de um consenso da maioria, que é quem escolhe os dirigentes e decide a orientação do todo.

• • •

É uma dessas coisas tolas, mas que é impossível deixar de orgulhar-se: este jornal é o primeiro a ser feito com o nosso *equipamento. Equipamento é força de expressão: uma pequena perfuradora, uma unidade de fotocomposição e uma câmara de fotolitos. Na verdade, artefatos medievais perto da suntuosidade eletrônica da grande imprensa. Mas, pelo amor de Deus, para quem há dois anos não tinha uma máquina de escrever... Perdão leitores, mas para nós esse é um momento histórico.*

Do repórter para o computador

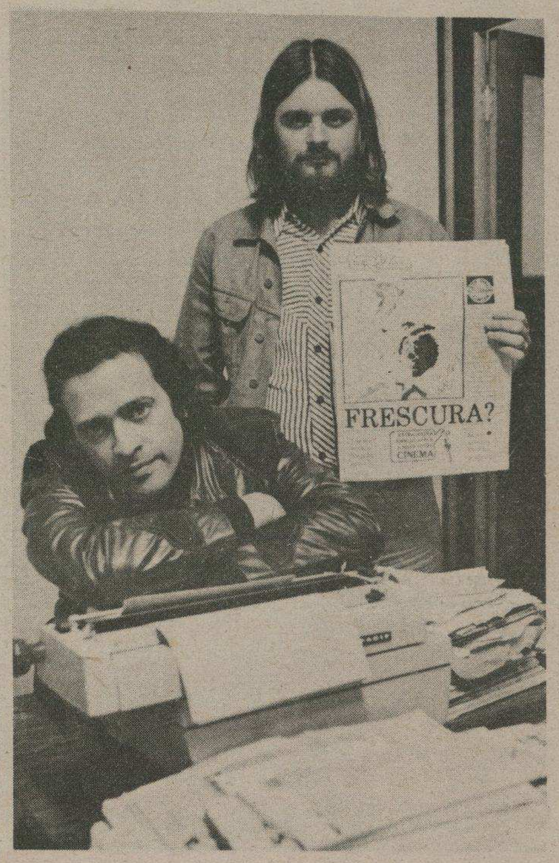
A composição a frio com leitura ótica, um sistema que multiplicará por mais de 100 vezes a capacidade atual de produção, está começando a ser instalada na *Zero Hora*. Embora o diretor-presidente da empresa, Maurício Sirotsky Sobrinho, argumente que não haverá mudanças imediatas na redação, as tomadas para ligação das máquinas IBM já estão prontas. E das 45 IBMs do equipamento, sete já estão funcionando em caráter experimental na redação do jornal.

O gerente industrial, Marcos Dvoskin, fala que "vai terminar a grande preocupação do jornalista, que é o tempo gasto entre a sua chegada à redação, com uma matéria de última hora, e a oficina". Se fosse só essa a preocupação do jornalista, ela estaria eliminada. Numa experiência feita no mês passado, uma matéria de mais ou menos seis páginas de jornal tamanho tablóide levou 2min8seg para ser composta. NO equipamento atual, seriam necessários 1h50min para o mesmo trabalho. Os computadores Compugraphic atuais fazem 30 linhas por minuto. Os novos, da mesma marca, fazem 400 linhas por minuto.

O jornal pagou 400 mil dólares (Cr$ 4 milhões e 500 mil, mais ou menos) pelo equipamento — duas leitoras óticas e dois computadores. Maurício Sirotsky diz que a compra faz parte de uma atualização do equipamento e acha que também o jornalista deve se atualizar. "Por isso eu tive um encontro com os diretores das três faculdades de comunicação, pedindo que os estudantes sejam melhor preparados. Muitos chegam aqui e não sabem nem datilografia. Precisamos de profissionais preparados para operar máquinas elétricas, inclusive, pois negar o avanço das coisas é negar a própria evolução".

Por enquanto o redator da ZH ainda está fazendo sua matéria em lauda de papel-jornal, escrevendo em máquina comum e pode rabiscar à vontade. Existe um operador que copia a matéria e perfura a fita. Com a leitura ótica isso muda: a lauda de papel branco de 200 gramas passa direto, depois de batida pelo redator na máquina IBM, pela leitora ótica, que fotografa a própria lauda e transmite no visor para que possa ser feita alguma revisão, apenas com lápis vermelho.

A idéia é que os redatores trabalhem direto nas máquinas IBM e para isso devem ser bons datilógrafos. Quanto ao número de funcionários, o diretor vice-presidente da RBS, Jaime Sirotsky, garante que não vai diminuir: "Quando começamos a renovar, há muito tempo, havia na empresa 700 funcionários. Hoje, com toda a mecanização, há 1.200 trabalhando. Além disso o equipamento atual continuará sendo usado, para fazer jornais para terceiros".



Centeno e Lanzetta: "Isto vai dar bolo"

Triz, um nanico agitando Pelotas

Os editores do *Triz*, nanico publicado em Pelotas, não deixaram por menos: o primeiro número, que chegou às bancas no dia 28 de outubro, trouxe a *frescura pelotense* como matéria de capa, com uma vasta manchete e cinco páginas de texto, com histórias, anedotas, personagens e, ainda, uma tentativa de análise da má-fama dos homens da cidade. "Isto vai dar um bolo", previram os editores — Luiz Ricardo Lanzetta, de 26 anos, e Airton Centeno, de 27 — num quadrinho bem humorado ao lado do título da matéria da página central.

A confusão de fato, ocorreu, mas serviu para esgotar os dois mil exemplares de 16 páginas do *Triz* em menos de uma semana após o lançamento, feito sem qualquer promoção publicitária. A audaciosa matéria da *frescura* dos pelotenses — com títulos como "É a matriz das quiquitas, pode crer" — lembrava *a tosca imprensa gay* de Pelotas dos anos 60 e o terror policial desencadeado contra os homossexuais, também na mesma época.

O atrevido *Triz* dividiu a opinião pública, e os mais ofendidos prometiam surras aos editores do jornal — que até agora não cumpriram. Entretanto, segundo confidenciou um funcionário da Prefeitura, os editores do jornal já teriam seus nomes conhecidos pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, através de uma mensagem enviada por telex pelo prefeito arenista Ary

(segue na página 8)

Alcântara. Mas o prefeito nega a existência dessa mensagem: "Não tomei conhecimento desse jornal", afirma ele, alegando que tem andado muito ocupado com a campanha eleitoral.

Paralelamente às reações negativas, o jornal também recebeu manifestações de aprovação, como a do sociólogo José Luiz Marasco Leite: "O *Triz* tentou superar de maneira sarcástica uma dessas coisas de que o pelotense se envergonha indevidamente. Já chegou a momento de brincar", diz ele. "Levar a sério o assunto, tanto para afirmar como para negar, já está fora do nosso tempo".

O jornal vinha sendo planejado desde o começo do ano, com o objetivo de compensar a frustração provocada pela imprensa pelotense, que habitualmente se omite de falar em assuntos que considera *intocáveis*, segundo o editor responsável Airton Centeno. "A gente ficava engasgado com coisas que aconteciam e que não podiam ser publicadas na imprensa local — o *Diário Popular*, que há cerca de três meses ganhou como concorrente a *Gazeta Pelotense*, mas ambos são "representantes de uma imprensa que só sabe dizer amém", segundo o professor de comunicação José da Cruz e Souza.

Além da sarcástica matéria de capa, o *Triz* também critica a administração do prefeito Ary Alcântara, por desumanizar a cidade, permitindo o fechamento de cinemas em função da especulação imobiliária, "que constrói gaiolas douradas para a burguesia ascendente". E reproduz a letra de uma música em que o prefeito é chamado ironicamente de "bem amado".

O primeiro número do *Triz* foi publicado com dificuldades, com dinheiro dos próprios editores, mais um "amigo secreto", que não conseguiram publicidade e só de impressão, na RBS, pagaram Cr$ 8.500,00. Apesar disso, Lanzetta e Centeno já se preparam para a segunda edição. Mas para isso esperam "que baixe a poeira levantada pela primeira". Porém, na verdade eles não sabem o que poderá acontecer ao *Triz*.

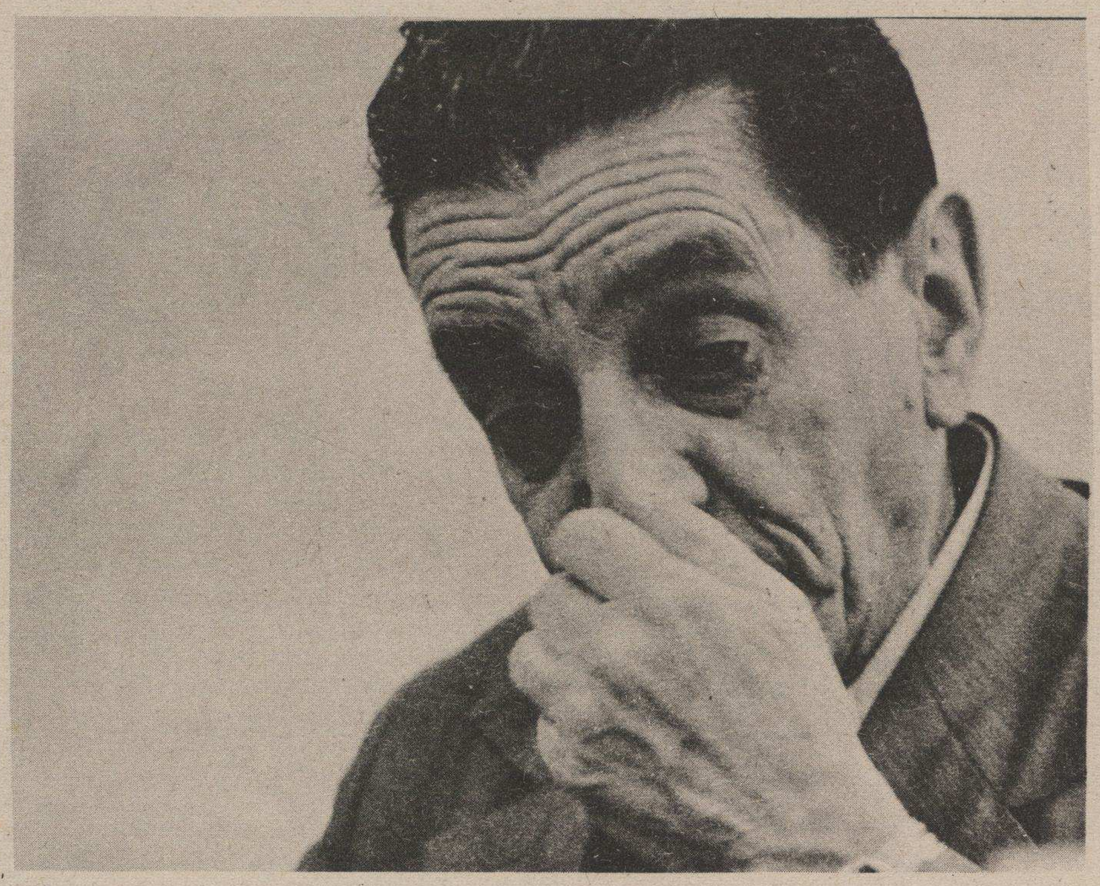
Artur Arão, pra ler de uma sentada

Irritação e frustração foi o que senti ao chegar na página 116 do livro de Ludovico Meneghelo *Eu sou Artur Arão*. Não que o livro seja mau. Longe disso. Os causos que Meneghelo vai narrando prendem a atenção do leitor e tornam o livro uma destas obras que a gente lê em duas sentadas.

A história verídica do valente Artur Arão, companheiro de prisão do autor de sua biografia romanceada, é uma destas obras que merecem ser inscritas no rol de livros importantes para um melhor conhecimento do Rio Grande do Sul. Não é livro de ler. É livro de ler e ter.

Tirante algumas passagens, cujo estilo narrativo e ação se assemelham a cenas do faroeste, o texto agrada, desliza e vai ficando difícil largar o livro. E quando começa a narrativa de um daqueles causos, como da vez em que fugia de seu pai montado num petiço, campo afora, é impossível interromper a leitura.

Misturado com a descrição de crimes, brigas e valentias de Artur Arão, Meneghelo vai contando detalhes de fatos históricos ocorridos pelo pampa, particularmente na zona missioneira. Conta as perseguições dos borgistas aos maragatos, feitas após a assinatura do pacto de Pedras Altas, pelo qual governo e rebeldes cessariam as hostilidades. Ocorre que os borgistas não dispersaram seus *corpos de provisórios* e começaram as vinganças pessoais, comandadas pelos *coronéis*, caudilhos regionais. Nesse ponto começa a verdadeira história de Artur, habilmente escrita até a página 116 de um livro de 269 páginas que não deu para concluir porque um capítulo foi pulado. Troco de exemplar e compenso a frustração e irritação iniciais. (*Euclides Torres*).



Erasmo Nascentes: preso aos 12 anos, acusado de cauteloso e a favor dos nanicos

"A imprensa perdeu o heroísmo"

Nos últimos 12 anos, como diretor de jornalismo da Rádio Guaíba, o capitão José Erasmo Nascentes formou uma imagem do que se costuma chamar de "exageradamente cauteloso" entre seus assessores. Uma contradição com as idéias do capitão Erasmo, de 65 anos, e do guri nascido em Rosário do Sul, que foi preso aos 12 anos por um delegado de polícia, por causa de uma crônica publicada no jornal humorístico *Guanxuma*, que ele editava.

Aposentado, o capitão Erasmo deixa a Guaíba por estes dias, mas não larga o jornalismo: convidado por Breno Caldas, vai continuar no *Correio do Povo*. Soldado do Exército em 1929, José Eramo Nascentes aposentou-se 26 anos depois como capitão, cargo transformado logo em apelido pelos colegas de jornal. Ainda como militar, ele assinou durante dois anos (36 e 37) a Coluna do Pingüim na *Folha da Tarde*, o que lhe valeu, como castigo, uma transferência de Porto Alegre para um quartel de São Borja.

Filho de um tipógrafo carioca, ex-chefe de oficinas de *O Rosariense*, de Rosário do Sul, sempre teimou com jornal ou jornalismo. Em 1948, quando o *Correio da Noite*, do PSD, fechou, Erasmo Nascentes ficou em dificuldades para pagar as prestações de um Austin A-40 e logo, junto com Paulo Gouveia, lançou outro jornal: o humorístico *O Pingüim*, também de vida curta.

Em 1955, já aposentado do Exército, outra tentativa de um jornal político: *A Hora*, do PTB. Sucesso editorial, fracasso econômico. Uma "tentativa gaúcha", junto com Maia Neto e Josué Guimarães, de reerguer o *Diário da Noite*, no Rio, uma passagem pela televisão em Porto Alegre e finalmente o departamento de notícias da Guaíba, durante algum tempo acumulada com a secretaria da *Folha da Manhã*.

Na Guaíba ele pediu aposentadoria num momento em que o radiojornalismo da emissora foi reestruturado e revalorizado, incluindo a contratação de mulheres para o setor, no que sempre o capitão Erasmo foi acusado de resistir. Algumas de suas opiniões sobre jornal:

Jornais — "Os jornais brasileiros são empresas, com a decorrente finalidade de lucro. Não há interesse dessas empresas de entrar em luta que não as beneficie diretamente. Na verdade, os jornais são cada vez mais impessoais. Quando eu era guri, os jornalistas eram heróicos, trabalhavam sob pressão policial-partidária. Jornais empastelados no interior era comum. Ou os tempos são outros, ou a repressão é mais séria, ou... Não, a verdadeira razão é que os jornais eram deles. Hoje só se escreve o que o dono do jornal quer. Essa é uma falha que a imprensa nanica está cobrindo corajosamente. Jornalistas que se acham afastados da máquina têm necessidade de escrever — coincidentemente os mais competentes — e procuram então válvulas de escape".

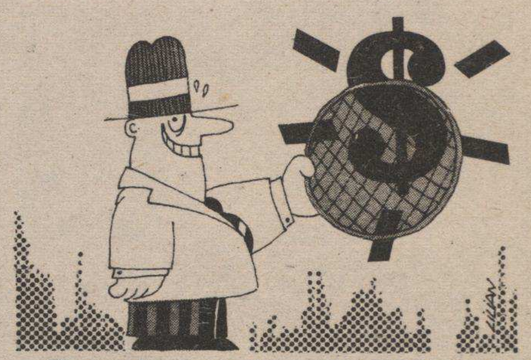
Jornal e Reportagem — "Nunca fui jornalista de primeiro plano. Em 40 anos, exceção de dois em que escrevi crônicas, meu trabalho se limitou a corrigir, titular matérias dos outros. A grande lacuna de meu trabalho foi nunca ter sido repórter. Jornal é reportagem".

Informação — "A imprensa hoje está cheia de sangue novo, de pessoal saído da Universidade (em que pese alguns professores nunca terem entrado num jornal). Quando a *Folha da Tarde* trouxe os primeiros estagiários se viu que a *garra* deles era muito maior. A única deficiência que eu vejo é a desinformação. A falta de leitura, talvez pela falta de tempo".

Censura — "Eu tive sorte. Quando os censores estavam dentro das redações, eu não estava escrevendo. Mas apesar de toda a censura que temos agora, não temos o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, do período do Estado Novo). Agora vetam a publicação de alguma coisa, mas antes vetavam e ainda obrigavam a publicar o que eles queriam. Hoje enfrentamos a censura oficial, a empresarial (a "linha do jornal"), a autocensura..."

Imprensa Política — "Em 1948 fiz esportes no recém criado *Correio do Noite*, do PSD. Seguiu os destinos de todos os jornais políticos: durou só um ano. Os anunciantes não gostam de jornais políticos. Em 1955, quando foi fundada *A Hora*, o Maia Neto me convidou para organizar a redação. Era um jornal moderno, teve sucesso editorial. Mas tinha um defeito: nasceu muito ligado ao PTB, que arrecadou dinheiro e contratou jornalistas. O diretor era o advogado Valdir Ramos Lopes, mas quem mandava mesmo era o Maneco Vargas, filho do Getúlio. Um dia surgiu uma dissidência dentro do próprio PTB, o Leonel Brizola quis tomar conta do jornal. Saímos 14 jornalistas de uma vez. E *A Hora* acabou vendido aos Diários Associados".

Parecia mais um escândalo. Não era?



Em maio, quando o governador Jaime Canet Júnior reconheceu a existência de irregularidades na farta distribuição de verbas do governo às empresas de comunicação (rádios, jornais, televisão) e os deputados do MDB (minoria de 25 numa bancada de 54) conseguiram aprovar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, parecia que estava por estourar um escândalo no Paraná. Parecia. Na primeira quinzena de outubro, ao encerrar seus trabalhos, a CPI concluiu que não havia nenhuma irregularidade, o que desmente a denúncia do próprio governador, feita na presença do presidente nacional da Arena, Francelino Pereira, ao anunciar o "fim das subvenções à imprensa". Em protesto pela decisão da maioria de deputados da Arena na CPI, os deputados do MDB fizeram um voto em separado.

O que foi a CPI, o que realmente fez e o que deixou de fazer está num documento de 10 folhas, assinado pelos três representantes do MDB. O documento historia que a Arena começou a dificultar os trabalhos ao adonar-se, contrariando a ética parlamentar, dos três principais cargos da CPI — presidente, secretário e relator — e continuou quando os deputados da Arena limitaram a abrangência das investigações aos 10 últimos anos, com o propósito declarado de excluir o período (1961/65) em que governou o estado o atual ministro da Educação, Ney Braga. O documento lembra que foi Ney Braga, quando governador, o responsável pela implantação de uma assessoria de imprensa em cada secretaria ou órgão da administração direta ou indireta(1). E relata que os trabalhos foram suspensos por 30 dias sem motivo justificável, o que evitou que fossem tomados os depoimentos de três proprietários de jornais, entre eles o ex-governador Paulo Pimentel, na época proprietário de três, e mais o secretário de Transportes, que deveria depor sobre denúncias comprovadas de publicação de editais já de prazo vencido num semanário de circulação restrita.

Nos depoimentos prestados à CPI, quase todas as pessoas tiveram a preocupação de justificar os gastos do governo. "Uma necessidade que tem o governo, como qualquer empresa, de divulgar suas realizações", disse o sub-secretário de Comunicação Social, Antônio Luiz de Freitas. "Lógico que o governo deveria vender o seu peixe, me perdoem a expressão". acrescentou o jornalista Ayrton Luiz Baptista, presidente do Sindicato dos Jornalistas.

Dois proprietários de jornais que foram ouvidos negaram receber qualquer subvenção, qualificando suas relações com o governo como "prestação de serviços". No entanto, no documento dos deputados emedebistas consta que o governo do Paraná, no ano passado, gastou em pagamentos à imprensa a importância de Cr$ 53.442.546,99, verba duas vezes superior ao orçamento de uma das mais importantes secretarias de estado, a da Saúde, e quatro vezes superior ao orçamento médio de um município paranaense de 50 mil habitantes, conforme as comparações feitas pelos deputados do MDB em seu documento. Apenas isto poderia indicar que o resultado da CPI, no mínimo, foi surpreendente(*Pedro Franco Cruz*).

(1) Esquema depois copiado pelo governo do Rio Grande do Sul e no ano passado aperfeiçoado pelo governo de Santa Catarina, que criou uma empresa de economia mista para tratar de sua imagem.

Aos amigos editores, redatores-chefes, secretários, editorialistas, colunistas, redatores, repórteres, copydesks, chargistas, fotógrafos, diagramadorės, focas e estagiários desta praça...

Duas ou três dicas Samrig para refrescar a cuca e descontrair o papo depois de um dia de batalha.

CANAPÉS DE CREME DE SALMÃO

Ingredientes:

1 pão-de-forma em fatias.
180 gramas de salmão defumado.
3 colheres de sopa de Margarina Primor.
1 colher de sopa de creme de leite fresco.
3 ovos cozidos.
Alguns raminhos de agrião.
Com um cortador de biscoitos ou boca duma latinha, corte as fatias do pão-de-forma em rodelas grandes.
Passe o salmão defumado na máquina de moer carne. A seguir, amasse-o, juntamente com a Margarina Primor e o creme de leite fresco.
Corte os ovos cozidos em rodelas.
Em cima de cada rodela de pão-de-forma, coloque uma rodela de ovo cozido e em volta deste — com auxílio de um funil de confeitar — espalhe o creme de salmão.
Arrume o prato de servir e enfeite com os raminhos de agrião.

SANDUÍCHE DE LEGUMES

Ingredientes:

Fatias de pão-de-forma, cebolinhas verdes, pepinos, pimentões verdes ou vermelhos, aipo, polpa de tomate, salsa batidinha, maionese, sal e Margarina Primor.
Pique, bem miudinho, as cebolinhas, os pepinos, os pimentões e o aipo.
Misture com polpa de tomate e um pouco de maionese para ficar tudo ligado.
Tempere com sal e acrescente a salsa batidinha.
Ponha esse recheio entre duas fatias de pão-de-forma com Margarina Primor e enfeite os sanduíches com rodelas de pepino, cebolinhas verdes ou tirinhas de pimentão, a seu gosto.

OS MOLHADOS

PEPE'S BAR

2/3 de uísque, 1/4 de suco de maracujá, duas colheres (de chá) de açúcar.
Prepare no copo, sirva com gelo moído e frutos.

PORTO

Uma dose de vinho do Porto, uma colher (de chá) de conhaque.
Prepare no copo de misturas e decore com casquinha de laranja.

FRANK MILL

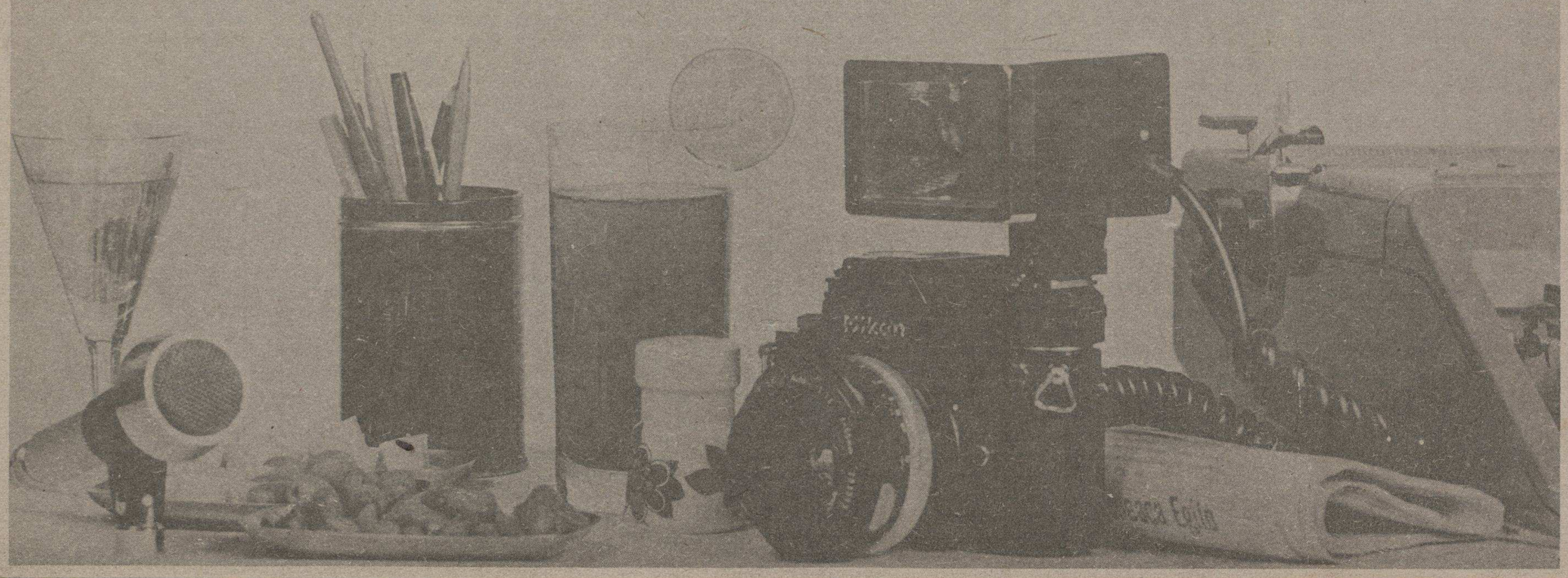
1/2 de Cherry Brandy,
1/2 de conhaque.
Decore com uma casca de limão.

BRONX

1/3 de gim,
1/3 de vermute francês,
1/3 de suco de laranja.
Prepare no copo.

SAMRIG
S.A. MOINHOS RIO GRANDENSES

Em tempo: pastel só com Óleo Primor.



CARTAS

Depoimento

Tenho a satisfação de enviar um exemplar do depoimento que, como presidente da Associação de Proteção ao Consumidor, prestei na Comissão Parlamentar de Inquérito para Defesa do Consumidor, na Câmara dos Deputados. Na página nove há assunto de seu interêsse. — *Frederico Renato Mottola,* presidente da APC, Porto Alegre. *A página nove é a seguinte:* (...) Peço permissão à nobre comissão para fazer um esclarecimento especial. Desejando realizar uma campanha educativa do consumidor, por uma questão de mídia de imprensa e de mídia eletrônica, escolhemos a Companhia Jornalística Caldas Júnior para a mídia de imprensa, para veiculação desses anúncios de esclarecimentos. (...) Como não conseguimos a veiculação, na Companhia Jornalística Caldas Júnior, dessa publicidade, demos uma entrevista ao CooJornal, que é o órgão da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, é o órgão representativo da classe dos jornalistas. Nessa entrevista — aqui está ela — dissemos que "a pior censura não é a do Governo, porque a censura do Governo visa ao interesse nacional, à segurança nacional. A pior censura é a do mau dono do jornal, porque este faz censura em defesa dos seus próprios interesses ou em defesa dos interesses de seu clã". Esse nossos pronunciamento motivou, por parte da Companhia Jornalística Caldas Júnior, a colocação da APC não no *index librorum,* mas no novo *index popularum,* o index que suprime os nomes das pessoas e das campanhas que desinteressam aos donos de jornais. Portanto, não podem falar em liberdade de imprensa porque eles mesmos não a praticam. Assumo a responsabilidade pelo que estou dizendo. (...)

Análise

Reparando com uma capa amarela (cor boa) na banca de jornais da rua Senhor dos Passos, esquina Andradas, gostei das manchetes e principalmente a reportagem sobre o Raffin.

Primeiro : a guerra das bombachas foi boa. Sei que os empresários gaúchos são grossos.

Segundo : Rui Mesquita falou muito e não disse quase nada. Ora, o povo é quem decide do que gosta.

Terceiro: 125 demissões nas Associadas. Já sabia, pois sou assinante do *Diário de Notícias* por ser barato, de poucas páginas e dizer o essencial embora tenha falhas.

Quarto : uma janta quase mortal é um caso especial que pode acontecer a qualquer um (lixeiro). É só ser um pouco ignorante.

Quinto: sobre o Raffin deve ser martelado até o fim, pois é crime mesmo. Sou arenista e até tenho vergonha de ver estes fatos.

Sem mais, espero que abram as páginas para os leitores escreverem o que pensam. *José Antônio Fávero — Porto Alegre*

A conquista

Nada melhor para comemorar o segundo aniversario do nosso *CooJornal* do que vê-lo nas bancas.

Foi uma conquista dos jornalistas gaúchos.

Um abraço da equipe *MPM — Porto Alegre*

Verde-amarelo

Li o *CooJornal* com uma satisfação imensa que procuro transformar neste bilhete. Dá um abraço verde-amarelo em todo o pessoal que ajudou a fazer esse número do jornal da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. A verdade e a realidade (quase sempre amarga) deste país estão hoje escondidas na chamada imprensa nanica. O *CooJornal* é um *trailler* (compreensivelmente ainda asfixiado) do que poderia ser um jornal brasileiro e popular. Esse dia chegará. Acredito em todos vocês, dessa geração que tem um grito preso na garganta. Não é pra ajudar. É pra ser ajudado, que preciso de uma assinatura. Vai o cheque. *Hamilton Chaves - Porto Alegre.*

280 sem patrão

Chegou a nossas mãos mais um número do CooJornal, que é sempre aguardado por nós, desde a primeira vez que o recebemos. Destacamos a excelência da publicação, os avanços que vem obtendo e o esforço que vem fazendo em prol do cooperativismo.

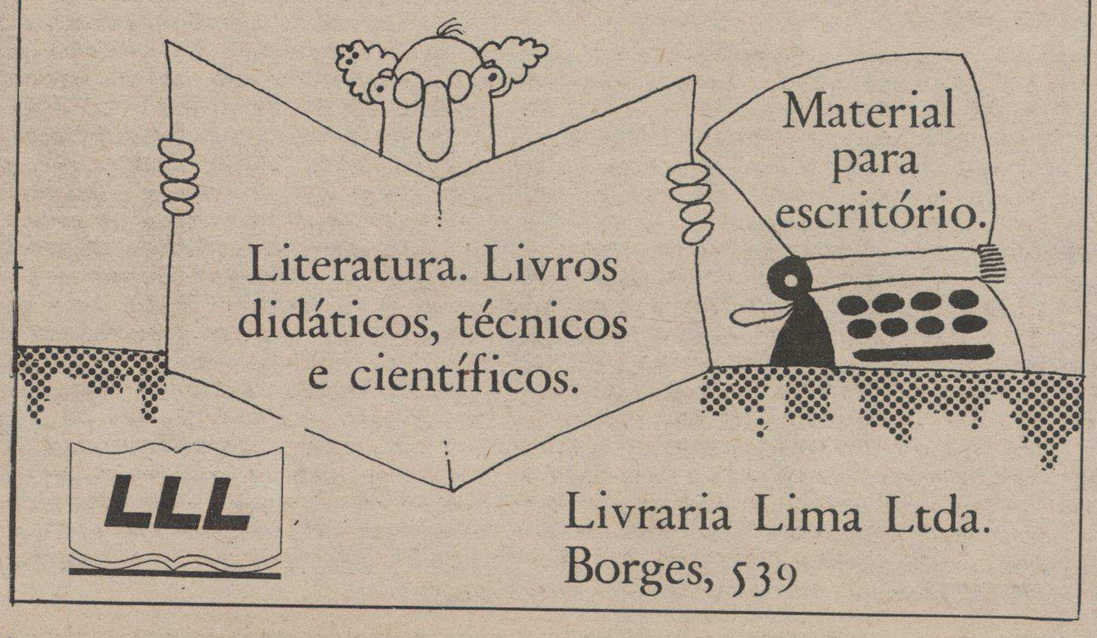
Queremos ainda cumprimentar pelo transcurso do segundo aniversário da Cooperativa dos Jornalistas.

Conhecedores dos óbices inerentes ao desenvolvimento de qualquer cooperativa e muito particularmente aqueles impostos às cooperativas de trabalho e serviço, desconhecidas do público e ignoradas pelas autoridades, é uma satisfação cumprimentar a co-irmã por esta data.

As cooperativas médicas vêm crescendo no Brasil há nove anos, como cooperativas de trabalho. Apesar das dificul-

(*Segue na página 11*)

LIVRARIA LIMA,
O SUPERMERCADO
DA CULTURA.



MENOS PALAVRAS, MENOS IDÉIAS

Toda economia capitalista moderna baseia-se no condicionamento de homens e mulheres persuadidos pela publicidade a comprar produtos. A fabricação destes produtos é precedida de estudos de mercado. Não há criação totalmente artificial de necessidades por meio das campanhas publicitárias. Mas sem elas, as necessidades eventuais seriam menos imperiosas, mais vagas e difusas. Os mecanismos da moda são capazes de desvalorizar um produto pouco tempo depois dele ser comprado, substituindo-o por outro produto análogo, de aparência ligeiramente diferente que o público se vê obrigado a comprar para não dar a impressão de ultrapassado.

Este processo é exigido pelas condições da indústria moderna. Para vender barato é preciso produzir em escala muito grande e para produzir em grande escala, é preciso dispor de uma massa considerável de compradores. É necessário que o público se desinteresse o mais rápido possível dos produtos que já possui.

A moda é um dos motores essenciais do neo-capitalismo contemporâneo. Ela é inseparável de uma publicidade maciça, obsessiva, imperativa, que somente é possível através do desenvolvimento dos mass média. *Nada mais ridículo do que os artigos entusiastas dos cronistas especializados sobre o gênio criador dos grandes costureiros, seu espírito de invenção, sua espontaneidade, seu sentido da mulher moderna etc. Na realidade, a questão consiste em tornar caducos os guarda-roupas do ano anterior, lançando modelos que obriguem a renová-los. Contudo, a renovação total determinada pela moda maxi de 1970 ou os vestidos longos de Christian Dior vinte anos mais cedo não podem ser impostos com demasiada freqüência, pois os compradores não possuem os meios financeiros suficientes. Donde a necessidade de um equilíbrio entre "audácia" (que obriga a comprar o novo) e a "moderação" (que permite corrigir os modelos do ano anterior) exceto em momentos excepcionais, bastante espaçados.*

A oligarquia econômica conseguiu pela publicidade aquilo que os ditadores tentaram pela propaganda: obrigar o público a comprar os produtos ou a sustentar idéias que não atraem de começo, mas que um bombardeio insistente pelos mass média *tornam familiares e indispensáveis. Assim está garantido o crescimento da produção, para a qual a televisão é tão necessária como os investimentos e o trabalho. O fato de que esta produção corresponda a necessidades que são mais impostas aos consumidores do que por eles propriamente sentidas, cria um problema importante. Em política os meios de informação empregados em grande escala garantem resultados análogos. Graças a eles, a oligarquia prolonga por um consenso artificial aquele consenso natural que já descrevemos.*

Uma análise das televisões, das estações de rádio e da grande imprensa das nações ocidentais mostraria que elas desenvolvem incansavelmente os temas da superioridade da produção capitalista, dos perigos do socialismo, da necessidade da concentração das empresas, da competência e da seriedade dos homens de negócios, da incompetência e da versatilidade dos políticos, da esclerose e da carestia dos serviços públicos, do caráter nocivo de toda ideologia (isto é, de toda a representação de uma sociedade diferente da sociedade atual), do caráter irresponsável e patológico dos intelectuais (suscetíveis de imaginar críticas em profundidade da ordem estabelecida) etc. O erotismo artificial e a sexualidade infantil da publicidade disfarça esta mensagem de modo picante sem alterar-lhe o caráter conservador. Ele é totalmente orientado para a justificação da oligarquia econômica.

Sua força de penetração se torna tanto mais forte quanto é lançado numa sociedade em vias de desculturação. A imprensa, a radiodifusão, a televisão visam a acumulação cotidiana de informações onde o sensacional sobrepuja o essencial, onde a relação entre os fatos apresentados não é clara, onde as notícias não são ordenadas racionalmente, mas classificadas conforme o grau de impressão que se presume possa causar ao público. (...)

O declínio atual da expressão escrita, imprensada entre a expressão verbal e visual de um lado, e a expressão matemática de outro, ameaça provocar uma regressão do pensamento humano. A poesia ganhará para a racionalidade, o espírito geométrico para a sutileza: perder-se-á a capacidade de compreender o conjunto e de fazer em torno dele síntese equilibradas. Esta evolução tende a deslocar as culturas existentes, isto é, os sistemas de explicação global do homem e da sociedade. Ela é agravada pelo "sensacionalismo" imposto pela lei do lucro a que devem se curvar mesmo aqueles que dela queriam fugir, para que seus jornais tenham leitores, suas rádios tenham ouvintes e suas televisões espectadores. A imprensa escrita dela não escapa, a não ser em raras exceções que não concernem à massa (Le Monde, The New York Times).

A comparação entre a informação nos países capitalistas e nos países socialistas é muito esclarecedora. Na URSS e nas democracias populares, os cidadãos recebem muito menos notícias que no Ocidente e elas são mais unilaterais. Mas são apresentadas de modo racional, com o cuidado de inseri-las num conjunto que é o da doutrina oficial. A conseqüência é que o soviético, o polonês, o húngaro médios conhecem menos fatos que o americano, o alemão, o francês, ou o inglês, mas os compreendem melhor e são mais cultos. Sua cultura é tendenciosa e orientada, mas existe. Eles sabem fazer uma triagem dos fatos e situá-los num contexto global, o que os ocidentais ignoram cada vez mais.

Despeja-se sobre os ocidentais, diariamente, carradas de notícias em desordem, primeiramente as mais sensacionalistas, em seguida as demais. Eles não podem sequer reter um por cento delas, nem classificá-las, relacionando umas com as outras com referência à sociedade em que vivem. Como os participantes de jogos televisados, eles conhecem uma multidão de coisas mas são incultos. Esta falta de cultura ainda não é total, porque subsistem — na Europa principalmente — traços da cultura anterior, recebida na escola e na universidade. A transformação do ensino sobre a pressão do neocapitalismo fará desaparecer estes vestígios dentro de uma ou duas gerações.

O espontaneísmo *dos super-esquerdistas força esta desculturação, sem que eles percebam que isto favorece à ordem estabelecida, isto é, à dominação da oligarquia econômica.* (...)

No prefácio do seu 1984, *George Orwell descreve o processo mais eficaz empregado pela ditadura para impedir o desenvolvimento de um pensamento heterodoxo. Todos os anos, um novo dicionário é impresso para substituir os exemplares do antigo, que são suprimidos. Cada edição sucessiva contém menos palavras que a anterior, isto é, menos maneiras de pensar.*

De ano para ano, o pensamento se restringe e suas possibilidades de livre desenvolvimento diminuem. A ditadura de Orwell não existe. Mas pode-se perguntar se em 1984 as democracias ocidentais não terão chegado a uma situação análoga. Não restringindo o número de palavras, pois diariamente se fabricam neologismos, mas destruindo os mecanismos de encadeamento das palavras e de coesão das idéias, que permitem a edificação de sínteses. Se for assim, não se poderá mais questionar a ordem estabelecida por falta de capacidade de imaginar a possibilidade e o processo de uma ordem diferente. A estabilidade social estaria evidentemente reforçada. (Do livro As Modernas Tecnodemocracias, do diretor do Departamento de Ciência Política da Sorbonne, Maurice Duverger. Edição Paz e Terra)

dades que temos encontrado, já nos organizamos em três Federações Estaduais (em breve serão cinco) e na Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, a UNIMED do Brasil.

Na última assembléia geral da UNIMED do Brasil tive oportunidade de relatar o que conheço da Cooperativa dos Jornalistas, através da leitura do CooJornal.

Foi extremamente apreciado o relato que fiz. A charge *280 sem patrão,* de Edgar Vasques, publicada no nº 8, foi apreciada e muitos presidentes de Cooperativas Médicas mostraram desejo de obtê-la em modelo estilo "poster" para colocação na sede das UNIMEDs e nos hospitais onde trabalham médicos cooperativados.

Agradecendo a atenção aproveitamos a oportunidade para enviar nossas saudações cooperativistas. — *Dr. João E.O. Irion,* presidente da UNIMED Santa Maria — *Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares Ltda., Santa Maria.*

Privilégio

Parece que estamos tendo o privilégio de ver o nascimento de um verdadeiro jornal. Esta é a minha opinião e de toda a equipe da Martins & Andrade.

E agora, como iremos agüentar um mês inteiro sem o *CooJornal*?

Eu sinto que breve veremos o jornal diariamente nas bancas. Conte com o nosso apoio total. Um abração. *Laerte — Porto Alegre*

Soma de forças

Tendo tomado conhecimento, através do CooJornal de nº 8, que esse órgão de comunicação estará disputando leitores nas bancas porto-alegrenses nos próximos dias, parabenizo-me com sua equipe redatorial, bem como com a totalidade dos componentes da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

O crescimento dessa cooperativa, que se reflete agora no seu próprio jornal, é um atestado de que a soma de forças, também no jornalismo, deriva no fortalecimento do conjunto como um todo.

Colocando-nos às ordens dos colegas e amigos naquilo que estiver no nosso alcance, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de elevada estima e distinguido apreço. *Raul Quevedo,* editor do *Cotrijornal — Ijuí*

Carne podre

Recebi o novo *CooJornal*. Achei ótimo e gostaria de continuar recebendo sempre, se ele não chegar às bancas de Flops. Comecei a lê-lo agora. Mas interrompi para escrever, para dizer uma coisa. Li a matéria da família *Longarfino* (Sopa Knorr depois da carne podre), escrita pelo colega Euclides Torres. Não me envergonho de dizer que cheguei a chorar.

Dou força para matérias deste tipo, pode ser que de vez em quando a gente possa conseguir tocar o coração das nossas autoridades e mostrar a elas o quanto de sofrimento ainda temos na terra.

Faz força aí, para que meu nome possa ser aprovado pela assembléia da Cooperativa e eu consiga ser a mais nova cooperativada. Um abração. *Bernadete Santos-- Florianopólis*

Em frente

Um baita *CooJornal* foi para as bancas. Daqui, mandamos um abraço e os parabéns pelo belo trabalho e avisamos que o exemplo de vocês já está começando a germinar fora daqui.

Toquem em frente. Hélio Teixeira, Amilton Vieira, Pedro Franco, Milton Ivan, José Eugênio, Norberto Staviski — *Editora Abril-Curitiba*

O jornalista sempre serviu ao poder

Mino Carta, diretor da revista *Isto É* veio a Porto Alegre no final de outubro inaugurar uma exposição de seus quadros. Numa rápida entrevista na Coojornal, ele colocou algumas idéiuas sobre o jornalismo brasileiro. E explicou tambémpor que deixou de escrever sua coluna para a Folha de São Paulo: a linguagem hermética desenvolvida pelo próprio Mino na revista *Veja* chegou, segundo ele, a "primores de hermetismo, então você acaba não atingindo o leitor e aquele teu propósito inicial fica perdido. Comecei a ficar com raiva de mim mesmo e parei para pôr as idéias em ordem".

"A qualquer momento o jornalista vai ter que fazer uma opção bem clara", diz Mino

— Nunca existiu imprensa popular no Brasil. Agora, por que? Bem, a imprensa não é um aspecto isolado da moldura brasileira. Pertence a esse país e o exprime de uma certa forma. Então, eu acho que a gente não pode ter ilusões sobre o que deve ser uma imprensa popular. Esse tipo de órgão não existe no Brasil. E não existe por uma razão muito simples. O Brasil é um país onde existe uma minoria privilegiada e uma maioria abandonada a seu destino. Por isso eu sustento a idéia de que, querendo ou não, o jornalista brasileiro sempre serviu às classes dominantes, sempre se dirigiu a esta minoria privilegiada, mesmo que as suas intenções fossem as mais límpidas e as mais bonitas. Ele sempre se dirigiu a esta classe, que é a que em última análise o compra. A gente pode propor soluções? Isso fica até bobo, não é? Claro, nós sabemos quais são as soluções. Elas são globais, dizem respeito à estrutura do país. Nós temos que resolver os nossos problemas atávicos e ir diminuindo aos poucos esta distância que separa a minoria privilegiada da maioria carente, para que se possa pensar realmente em jornais e revistas de grande tiragem.

— Os jornais brasileiros estão, em geral, na mão de famílias, são em última análise feudos que passam da mão do pai para o filho, do filho para o neto. Até que ponto o funcionário assalariado consegue influenciar estes órgãos? Ele os faz efetivamente, ele dá o melhor de si, ele os constrói com grande sacrifício, mas até que ponto ele consegue orientá-los coletivamente? Tenho sérias dúvidas a respeito, parece que não consegue. Eu até admito que haja exceções, mas de um modo geral o empresário está interessado no seu negócio, defende a si próprio e a sua categoria. O profissional fica entre estes dois promontórios, o poder público e o poder privado. Fica lá no meio tentando se equilibrar.

— No Brasil o que tem acontecido é o fenômeno da imprensa nanica ou alternativa e esta imprensa tem praticado um jornalismo de boa qualidade, sem convocar recursos milionários, sem jogar com a ganância habitual do empresário. Admito também que haja exceções, mas de um modo geral os empresários são gananciosos. Não sei a que ponto pode levar, é meio difícil prever, porque é uma imprensa combativa, com grandes dificuldades econômicas. Não sei quanto ela pode agüentar, se ela pode ir longe. Eu acho a Isto É *de certo modo um episódio novo dentro da imprensa nanica porque ela se veste de roupas finas, um papel teoricamente dos melhores da praça, imprime a quatro cores. Mas apesar da roupagem brilhante os recursos da revista são mínimos, nós vivemos tirando dinheiro do bolso, enquanto tem a gente toca, no dia que faltar não toca mais. Ela é uma tentativa a mais dentro do quadro da imprensa nanica, uma tentativa de alguns profissionais de imprensa que ficaram desempregados. A intenção de ficar ricos não é realmente partilhada por ninguém que está lá. Você fica condicionado à escassez de recursos.*

— Eu preferiria fazer um jornal diário ou trabalhar num jornal diário. Uma opção é fazer uma revista semanal mais vibrante, mais em cima dos acontecimentos, teoricamente com um papel mais significativo que uma revista mensal. Mas também não tem recursos. A partir disto você está condicionado à periodicidade do veículo. Quando eu saí da Veja *o Cláudio Abramo me ofereceu para eu trabalhar nas* Folhas. *O Frias me convidou para ir lá almoçar com o Cláudio e insistiu muito para eu ir trabalhar lá. Naquele momento achei que devia pensar melhor se eu queria trabalhar em jornais, em que condições e não aceitei. Não tenho a menor dúvida que o convite do Cláudio Abramo é permanente e que o Frias endossa.*

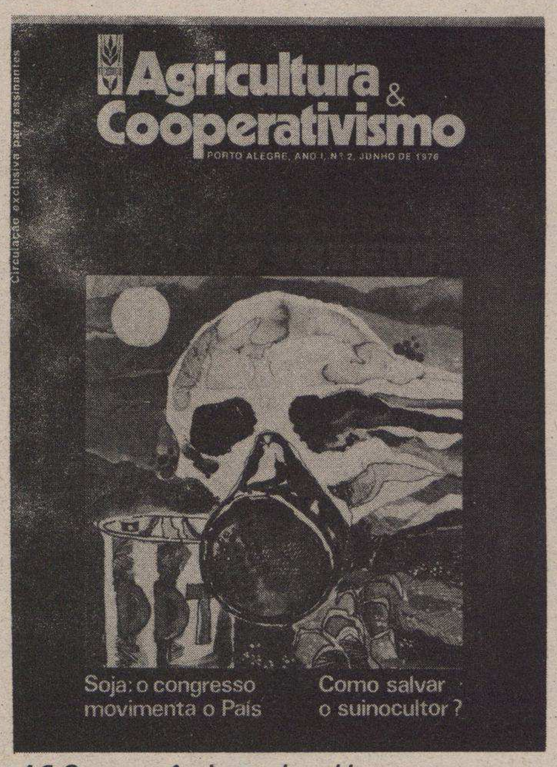
— Outros convites eu não recebi. Houve um interesse, não da direção, de colegas de jornais cariocas. O Jornal do Brasil *na época estava pensando em fazer aquele caderno de domingo. Mas, acho que a imprensa carioca não tem nenhum motivo para recorrer a mim, por que o* Jornal do Brasil *ou o* Globo *deveriam procurar o seu Mino Carta se eles estão muito bem servidos com o que têm lá? Não há nenhuma razão para procurar o seu Mino Carta. No caso do* Estado de S. Paulo *devem existir outras razões. Eu trabalhei no* Estado de S. Paulo *e saí de lá e talvez não se perdoe isto à minha pessoa, talvez seja considerado um pecado grave ter ido trabalhar com o senhor Civita. Eu apenas estranhei, quando saí da* Veja *não encontrei por parte da direção do Estado, que já foram meus amigos, e em outras ocasiões foram solidários, não encontrei nenhum tipo de solidariedade. Isto eu estranhei, mas não vejo razão também por que me oferecessem um lugar, porque também estão bem servidos. No caso da Folha não é que não estejam bem servidos, mas a Folha é um jornal que está à procura de coisas. O jornal está na mão do Cláudio Abramo, ele deu muitos passos à frente de um ano e meio para cá e haveria um lugar realmente para mim lá.*

— Em relação à minha experiência pessoal a censura acabou. Acabou, com exceção de Movimento, Opinião, O São Paulo *e* Tribuna da Imprensa. *O resto da imprensa brasileira está entrando num hábito de autocentura. Isto está ficando uma coisa muito natural na gente. Me parece que estamos realmente desenvolvendo um grau muito alto de autocensura, de hábito de autocensura que eu acho que é mal exercida. Muitas vezes peca-se por medo excessivo e não se tem cautela nas questões que não são as mais convenientes. Elas convêm ao empresário, por exemplo. Não convêm necessariamente ao país. Não, veja bem, eu não estou dizendo para o profissional se rebelar. Apenas assisto a um grande entusiasmo nos meios da imprensa pela matéria das mordomias e eu me pergunto se este entusiasmo é justificável. Vale a pena? Agora há outras matérias em gestação, do mesmo tipo, que vão criar problemas até maiores...*

— A questão das mordomias não deixa de ser uma questão importante. Agora, pra mim, é claro demais que o Estado de S. Paulo *faz matéria sobre mordomias porque defende a sua idéia de que a empresa privada está sendo atacada por uma sanha estatizante do governo brasileiro. Eu não sei se realmente este é o assunto mais conveniente. Não sei se vale a pena mexer nisso e não mexer em tantas outras coisas que estão acontecendo. Eu preferia encontrar o diretor do* Estado de S. Paulo *presente à cerimônia do aniversário da morte do jornalista Vladimir Herzog, no último dia 25 de outubro. Seria melhor que ele não tivesse publicado a matéria das mordomias e estivesse lá, na cerimônia do Vlado. Então é isso, eu não sei até que ponto o medo não é excessivo em certos casos e, por outro lado, o quanto a gente entra em jogadas que interessam muito mais ao empresário do que efetivamente ao país.*

— Eu acho que o profissional de imprensa vai ser obrigado, a certa altura, a fazer opções cruciais. Eu acho que nós estamos assim: nós aqui e o resto do mundo está lá e os caras que se comam. Eu acho que lá pelas tantas a gente vai ter que optar com clareza. Digamos que de repente... vamos propor uma hipótese. Vamos admitir que de repente o governo brasileiro, o que está aí, acabe com o AI-5, incorpora-o à Constituição, transforma o AI-5 no artigo 16 da Constituição francesa ou algo parecido. Age contra o terrorismo de direita, faz um programa de austeridade violento, cogita de uma reforma agrária em profundidade, atinge os interesses dos empresários retrógrados. Digamos que isso ocorra. O que faz o profissional da imprensa brasileira diante disso? Apóia este governo ou continua pairando sobre a realidade como juiz do bem e do mal? Acho que ele não tem alternativas.

— Eu acho que a imprensa brasileira tem realmente primado por metáforas, enfim, tem se esforçado em transmitir coisas que na opinião de quem escreve deveriam atingir uma grande parte do público e que na verdade só atinge a um grupo de eleitos. Ora, certamente eu sou um dos caras que participaram deste movimento. Mas eu acho que as razões que motivaram essa linguagem são as mais dignas possíveis, essa linguagem foi inventada, trabalhada, desenvolvida para ludibriar a censura, para tentar transmitir alguma coisa. Agora nesse caminho chegou-se realmente a primores de hermetismo. Então, você acaba não atingindo o leitor e aquele teu propósito inicial fica perdido. Eu me surpreendi muitas vezes com isso e, por isso, deixei de escrever para a Folha. *Não foi porque eles não queriam que eu escrevesse. Eu é que pensei: estou aqui escrevendo e não é nada disso. Comecei a ficar com raiva de mim mesmo e parei para pôr as idéias em ordem. Se eu conseguir pô-las, eu volto a escrever.*



A&C: um prêmio nacional logo no começo

A&C ganhou concurso nacional

Um tema polêmico — "A luta contra os venenos" — deu à revista *Agricultura & Cooperativismo,* órgão oficial da Federação Brasileira das Cooperativas de Trigo e Soja, um prêmio nacional de reportagem: o *Prêmio Valmet de Jornalismo,* de Cr$ 25 mil e mais uma viagem à Finlândia, sede da empresa que fabrica máquinas e implementos agrícolas.

A reportagem, feita a partir de um congresso sobre toxicologia e de um trabalho sobre defensivos do agrônomo Antônio Borgo, do Centro de Experimentação e Pesquisa da Fecotrigo em Cruz Alta, RS, procurou levantar todos os aspectos do problema — desde a venda de inseticidas até a desinformação dos agricultores, mostrando alternativas para se evitar um desastre no meio agrícola.

Na Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — que edita a revista para a Fecotrigo — o repórter André Pereira recebeu a missão de montar a reportagem, apoiado por outros repórteres, editores e ilustradores. Na segunda-feira, dia 8, a Fecotrigo recebeu, pelo telefone, a informação de que o trabalho de André Pereira, concorrendo com outros 41 e julgado por seis jurados, ganhara o primeiro lugar por unanimidade.

O trabalho de Corvo premiado no Salão

Salão do Jovem premiou Corvo

Esses Rapazes Geniais, um trabalho feito a bico de pena por Eugênio Faria Neves, o *Corvo* (*CooJornal nº 6*), ganhou o primeiro lugar no V Salão do Artista Jovem, promoção da Rádio Gaúcha e Jornal Zero Hora. No salão havia inicialmente 458 inscritos, dos quais foram selecionados 64 trabalhos. Entre os cinco primeiros há outro associado da Coojornal premiado, Carlos Athanásio, o quinto lugar. Os demais classificados são João Carlos Henz (2º lugar), Lurd Blauth (3º) e Alziro Azevedo (4º).

As fotos quase proibidas em Curitiba: tão difícil de proibir quanto foi difícil...

...explicar que a violência contra o preso não foi arbitrariedade do policial

Brossard denunciou a censura na exposição de Sérgio Axelrud e Leonid Streliaev

Censura prévia

O senador Paulo Brossard ligou de Brasília para o fotógrafo Leonid Streliaev. Queria confirmar a data da abertura de uma exposição de fotos feitas por Leonid e Sergio Axelrud, reunindo 37 figuras típicas de Porto Alegre entre as quais estava o senador.

Constrangido, Leonid teve que explicar: "Olha senador, a sua foto não vai mais entrar na exposição". E, como Brossard perguntasse por que, ele teve que revelar os motivos: a exposição seria patrocinada pelo Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação, que na hora de assinar o contrato (Cr$ 70 mil), pediu a supressão de três fotografias — a de Brossard e as dos políticos cassados Sereno Chaise e Wilson Vargas da Silveira, ambos — ex-prefeitos de Porto Alegre.

Imediatamente, Brossard telegrafou ao governador Guazzelli e em poucas horas sua foto retornou à exposição, junto com a explicação do DAC/SEC Je que tudo não havia passado de um equívoco de um funcionário. As outras duas fotos, porém, continuaram vetadas (atualmente estão incluídas na exposição que foi levada a Sã Paulo na Bienal).

Os fotógrafos de Curitiba também registraram em outubro uma vitória sobre o excesso de zelo de funcionários do governo. A Fundação Cultural do Paraná quis vetar, numa exposição por ela promovida, uma foto de Mário Nunes, do *Diário do Paraná* em que um policial conhecido como *Coice de Mula* aparece batendo num preso (um mulato que bêbado espancara a mulher). Outros 11 fotógrafos que participariam da exposição, porém, ameaçaram retirar-se se a proibição fosse mantida e a Fundação recuou.

Na décima crise o Panorama fechou

Em 19 meses de existência, o jornal Panorama, lançado em Londrina pelo ex-governador paranaense Paulo Pimentel, enfrentou pelo menos dez sérias crises. Neste curto espaço de tempo, teve cinco chefes de redação. Dos 400 funcionários iniciais, em setembro deste ano restavam menos de 160.

O que não seria "uma aventura nem uma experiência impensada", como rezava o editorial de Pimentel na primeira edição, em 9 de março do ano passado, acabou sendo, na prática, uma frustração. E confirmava a cabalística advertência de uma astróloga, ironicamente publicada também na primeira edição: baseada nas letras que compunham o nome do jornal, a data e o mês de seu lançamento, a astróloga previa para outubro "um mês fatal".

Tal fatalidade chegou numa terça-feira, 12 de outubro, quando a redação recebia a notícia do fechamento do jornal, dadas por Mussa José Assis, diretor-geral de outro jornal de Pimentel, *O Estado do Paraná*. Ele foi especialmente de Curitiba para explicar que "o fechamento não se devia a motivos políticos".

Nos primeiros meses de seu lançamento, disse ele o jornal dava um prejuízo médio mensal de 700 mil cruzeiros. E em 76, apesar de um pequeno aumento na tiragem (oito mil exemplares diários), o prejuízo mensal continuava em 500 mil. Nem demissões coletivas conseguiriam melhorar as finanças do Panorama.

Na verade, o fechamento do jornal representa o último lance de uma briga que envolveu os principais personagens da vida política paranaense. Depois de ~~rompes~~ romper com o governador Jayme Canet Júnior com o ministro da Educação, Nei Braga, também seu conterrâneo, Pimentel teve que vender a TV Coroados (de Londrina), ao grupo Martinez, ligado aos correligionários de Nei Braga. Vendeu ainda uma de suas fazendas e depois até a Televisão Tibagi, de Apucarana, a mesma que em maio passado, quando da briga com o ministro, perdera a programação da TV Globo.

O jornal Panorama ele se recusou a vender. Por coincidência, no exato dia em que decidiu fechá-lo, Pimentel voltava aos braços da Arena, participando de um comício no interior paranaense. Há uma semana que ele proibira notícias ou comentários de fatos políticos estaduais no jornal, receoso de qualquer comentário menos positivo ao governo e à Arena.

De qualquer forma, Mussa José garantia que uma coisa nada tinha a ver com a outra. Segundo ele, o fechamento "foi um sintoma de todo o prejuízo econômico e político que o homem vinha sofrendo. Era muito boicote junto. Agüentamos até onde pudemos".

O Experiência está proibido

O jornal *Experiência,* feito pelos alunos do último ano de jornalismo da PUC-RS foi proibido de circular pela Reitoria, que alegou incompatibilidade religiosa com duas matérias da edição. Uma delas, a entrevista com a presidente da Associação Protetora dos Animais, Palmira Gobbi, que usava "muitos palavrões". A outra, uma matéria com o pesquisador de assuntos extraterrenos Carlos Ducatti, que analisava a existência ou não de Deus.

Foi o segundo caso de censura da Reitoria sobre o *Experiência,* pois o número do final do primeiro semestre foi totalmente vetado e nem chegou a ser impresso (o atual estava sendo distribuído há vários dias). Em vista desses episódios, o professor Carlos Marino Urbim, coordenador do jornal, decidiu demitir-se da Faculdade no fim do atual semestre. Antônio Gonzales, o diretor da Faculdade, disse que as pressões por causa do último número do jornal não eram só da Reitoria, mas também de algumas empresas jornalísticas que ameaçaram não empregar os alunos que colaboraram.

As banquinhas são ilegais

No fim de agosto, as emissoras de televisão, rádio e os jornais de Porto Alegre documentaram com um certo destaque a inauguração das novas banquinhas para vendas de jornais no centro da cidade. Os locais foram cedidos pela Prefeitura ao Sindicato das Empresas Proprietários de Jornais e Revistas do Estado do Rio Grande do Sul, que por sua vez doou as bancas.

Nos dias seguintes, quando as 41 banquinhas começaram a ser distribuídas aos jornaleiros que até então vendiam jornais em cima de caixas de maçã ou no chão das principais esquinas do centro, ficaram claras as intenções: as bancas só podem vender os jornais filiados ao sindicato patronal — Zero Hora, Correio do Povo, Folha da Tarde, Diário de Notícias e Jornal do Comércio.

Ou seja, ficam eliminados destes pontos que vendem milhares de exemplares por dia todos os jornais da imprensa nanica — Lampião, Informação, Terço, Paralelo, Peleia, CooJornal, Jornal do Grêmio, Jornal do Inter — que começam a representar, pelo visto, uma concorrência indesejável à grande imprensa.

O próprio secretário municipal da Indústria, Comércio e Produção, Artur Zanella, responsável pela concessão especial, surpreendeu-se ao saber que publicações como Jornal do Inter e Jornal do Grêmio não estavam mais sendo vendidas nesses locais.

Mas o presidente do sindicato das empresas, Maurício Sobrinho, um ferrenho zeloso da livre iniciativa acha o fato muito natural. "Afinal, disse ele à repórter Elaine Lerner, "nossa condição foi esta, vender só os nossos jornais. A Prefeitura aceitou e não faz sentido que outros se aproveitem de um investimento nosso".

Embora tenha participado da escolha dos locais, o Sindicato dos Distribuidores de Jornais e Revistas do Rio Grande do Sul também acabou não gostando da idéia. O presidente Ernesto Pereira da Silva acusava Secretaria da Indúsitra, Comércio e Produção de não cumprir a sua parte no acordo. "A Secretaria queria as banquinhas para disciplinar. Nós concordamos e eles prometeram que elas seriam colocadas no mínimo a 50 metros dos estandes (as bancas maiores). Mas isso não está acontecendo".

E o tesoureiro do sindicato dos distribuidores, Francisco Viale, vai além: "Achamos que as próprias empresas deveriam dar mais atenção às estandes, porque somos responsáveis por cerca de 80 por cento da venda dos jornais na cidade. Nem sei porque as empresas concordaram com estes pontinhos. Nós estamos procurando colaborar, desde que eles não comecem a abusar. Se quisermos poderemos até entrar na Justiça. A instalação das banquinhas é ilegal, pois eles não têm nem alvará".

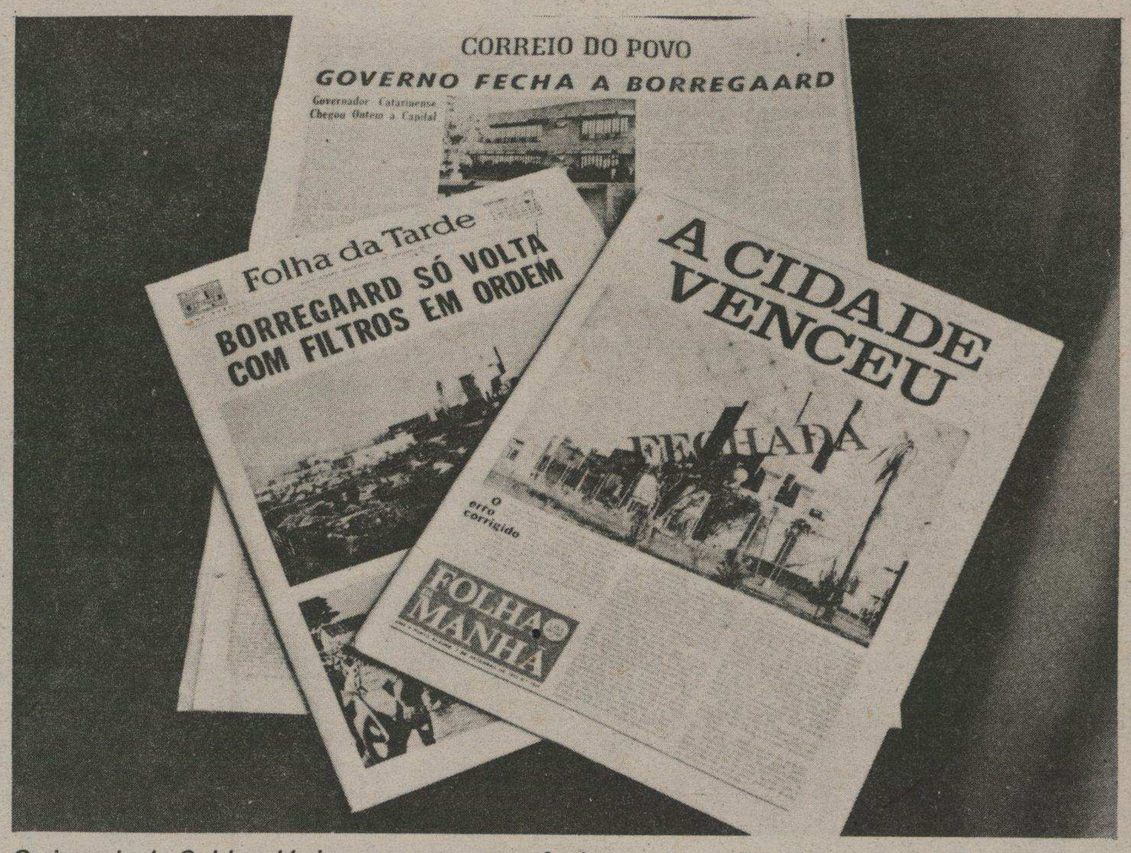
"A Secretaria é a parte mais fraca de tudo", defende-se o secretário Zanella no meio deste fogo cruzado. Na verdade, ele confessou, "entrei neste negócio meio sem saber no que estava me metendo. No fundo acho que é até ilegal, mas não há nada que prove".

Criação de porcos na praça...

Durante mais de um ano, os jornais da Companhia Caldas Júnior quase silenciaram sobre a Celulose Borregaard. Mesmo nos dias em que o mau cheiro era mais forte, os costumeiros editoriais e matérias de denúncia sobre a poluição da fábrica não estão redigidos. Mas, este silêncio terminou na metade deste ano, com a volta de ataques violentos à empresa de Guaíba, hoje chamada Riocell. Numa entrevista que publicamos a seguir, o diretor presidente da CJCJ, Breno Caldas, justifica o silêncio como uma espécie de voto de confiança ao grupo nacional, Montepio da Família Militar (MFM), que adquiriu o controle da fábrica em julho de 1975.

À nova campanha, a Borregaard, hoje Riocell, responde com uma tática diferente: a mudança da imagem, ou, como prefere chamar o chefe de Relações Públicas da empresa, Antonio de Mello e Freitas, "mostrar a realidade". O primeiro passo foi *abrir as portas* aos repórteres para que estes dialogassem, contestassem e *checassem* tudo o que quisessem. E a fábrica não foi aberta apenas aos jornalistas. Mais de quatro mil pessoas já visitaram suas instalações onde receberam informações sobre os "fatores positivos que ela apresenta, como assistência completa e recreação aos empregados e sua importância econômica para o país na produção de celulose".

O fato é que nem Breno Caldas acredita mais que a fábrica será fechada ou até mesmo transferida, pois a produção da Riocell está enquadrada como prioritária dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Então, devidamente consolidada em sua importância econômica dentro do esforço do governo brasileiro de aumentar as exportações para equilibrar a dívida externa brasileira, a Borregaard vai continuar em Guaíba, e fedendo.



Os jornais da Caldas Júnior comemoram o fechamento em 74. Apenas uma vitória parcial

Caldas: monumento à burrice

CooJornal __ Os jornais da Caldas Júnior estão com uma nova ofensiva contra a Borregaard?

Breno Caldas — Não é propriamente uma ofensiva. Eu diria que se trata de uma contra-ofensiva já que a Borregaard continua nos agredindo com o seu mau cheiro. Alguém precisa reagir contra o conformismo que existe em relação a este assunto.

CooJornal __ Conformismo das autoridades também?

Breno Caldas — Acho que sim. Se bem que eu não acredito que a decisão esteja com as autoridades locais. As decisões estão num plano mais elevado. Estão em Brasília. Antigamente a decisão estava em Brasília e alhures no estrangeiro. Estes dias esteve em Porto Alegre, um senhor, secretário ou ministro do meio ambiente (1) que sugeriu erguer um chaminé de 200 metros de altura para acabar com o problema do mau cheiro em Porto Alegre. Eu diria que esta é pelo menos uma sugestão de alto gabarito pelo tamanho da chaminé. É também uma solução democrática pois vai ampliar o número de pessoas atingidas pelo fedor. *A chaminé estará democratizando o fedor. Acho até que poderiam fazer desta* chaminé *um monumento à burrice nacional.*

Mas, as razões de Brasília não são as nossas. Antes da fábrica ser instalada ponderei com uma alta autoridade do Estado se haviam sido tomadas as providências necessárias para evitar o fedor e a poluição das águas do rio. Eles acreditavam que sim. Mas a realidade mostrou que houve um desconhecimento do tipo e intensidade desta poluição.

CooJornal __ O senhor tinha conhecimento dos problemas causados por fábricas de celulose?

Breno Caldas — Tinha sim. Em Richmond, na Virginia, onde estive para observar o funcionamento de um jornal, há duas fábricas destas e as duas espalham o mau cheiro pela cidade. O que eu não aceito é que os empresários de uma multinacional como a Borregaard, sabendo dos problemas que a fábrica iria causar naquele local, não tenham procurado uma outra região para sua instalação.

CooJornal __ Quando a fábrica ainda pertencia aos noruegueses o senhor teve algum contato com eles?

Breno Caldas — Recebi um convite para jantar uma noite com o presidente da empresa o Sr. Lorenz, que visitava o Brasil. Fomos ao restaurante do City Hotel e falamos durante muito tempo sobre barcos, um esporte comum aos dois. Até que ele tocou no assunto e disse que não gostava das matérias que os jornais da nossa empresa estavam publicando. E eu disse a ele que nós não gostávamos do fedor e que portanto as matérias continuariam saindo.

Eu não tenho nada contra a fábrica. Sou contra a sua localização. Até estive lá e constatei seu funcionamento moderno e primoroso. Mas isto é como querer fazer uma criação de porcos na praça da Alfândega. Por mais que se cuide com a limpeza e se use até perfume o mau cheiro vai existir.

CooJornal __ Quando o Montepio da Família Militar assumiu o controle acionário da Borregaard a imprensa de Porto Alegre passou um longo período sem falar no mau cheiro e na poluição do rio e só neste ano voltou a falar no assunto. Qual a explicação para este silêncio?

Breno Caldas — Resolvemos dar um período de folga. Eu vi que os novos proprietários acreditavam que existissem filtros para acabar com o fedor. Mas hoje acredito que eles têm uma opinião diferente.

CooJornal __ A campanha então vai continuar. O senhor acredita que vai conseguir a transferência da fábrica, mesmo que agora ela esteja enquadrada num esquema de prioridade para exportação pelo governo federal?

Breno Caldas — Eu nunca acreditei muito que se conseguiria a mudança da fábrica com esta campanha pelos jornais. Quando ela foi fechada cheguei a pensar que tínhamos conseguido. Mas o resultado final é bom mesmo que ela fique em Guaíba. Conseguimos a consciência de uma multidão. Agora cabe aos que dirigem a fábrica e ao próprio governo reconhecer o erro de sua localização. Mas, infelizmente no Brasil as coisas são feitas sem muita seriedade. Nós continuaremos batendo no assunto assim como temos feito com outros assuntos como a prostituição, e a ladroagem. Há mais de 50 anos temos falado nestes assuntos e eles ainda não foram resolvidos. E a nossa missão é continuar falando neles.

CooJornal __ A revista Veja *publicou que o seu interesse nesta campanha contra a Borregaard seria também para defender seus cavalos de raça, que são criados no Haras do Arado onde o senhor mora, em Belém Novo.*

Breno Caldas — Isto foi uma perfídia que me fizeram. Não é verdade. Mas que o mau cheiro causa problemas e enjôos nas pessoas, causa. O Triches (2) me contou que numa madrugada quando o fedor estava muito forte no palácio, teve que se levantar para vomitar. o presidente Médici foi almoçar no Arado um dia destes, e infelizmente não fedeu naquele dia. Mas ele me perguntou sobre a fábrica e eu mostrei para ele a fumaça branca no outro lado do rio.

CooJornal — Durante estes anos o senhor sofreu alguma espécie de pressão por causa do noticiário sobre a Borregaard?

Breno Caldas — Oficialmente não. É claro que os donos da fábrica não me ameaçariam. No caso, um deles preferiu me convidar para jantar. Mas eu não sou muito suscetível a pressões. No meu cargo eu estou à mercê delas. Se fosse sensível, elas teriam me atingido em outros episódios politicamente mais fortes, quando o *Correio do Povo* fez oposição a governos, por exemplo.

Arquitetos: debate inesperado

"Os arquitetos pretendem interferir no desenvolvimento a nível de comunidade e não de cima para baixo. A ênfase que os arquitetos deram à sua maior participação no desenvolvimento brasileiro, para melhorar o nível de vida urbana. Neste aspecto, os pontos de vista de vários estados coincidiram: os arquitetos devem participar efetivamente no encaminhamento e solução desses problemas, embora nem sempre essa posição seja entendida".

Essas foram as linhas principais das discussões do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado de 25 a 29 de outubro em São Paulo, que reuniu mais de mil arquitetos e quatro mil estudantes de arquitetura. A importância do encontro pode ser avaliada pelo próprio número de participantes, que chegou a cinco mil e se esperava não mais que dois mil. E o fato de a maioria ser estudante assombrou os profissionais.

Ávidos por participar, os estudantes gritaram suas reivindicações, dispostos a fazer valer suas posições. E assim transformaram o congresso num acontecimento politicamente incomum nos dias atuais. A pressão dos estudantes chegou a levar o presidente do congresso, arquiteto Miguel Pereira, à renúncia (tornada sem efeito dois dias depois) e obrigou a comissão executiva a se reorganizar para debates imprevistos.

Das 29 teses, moções, trabalhos, contribuições e documentos apresentados, os mais polêmicos e acatados foram os que propuseram um trabalho do arquiteto a partir do contato e exigência da comunidade, partindo daí para os planos e realizações, ao invés de consagrarem soluções impostas pelos organismos oficiais. Segundo o relatório final do congresso, também a "retomada de um amplo debate nacional sobre as condições de ensino da profissão" deve ser valorizada.

O documento ainda reconhece que a maioria da população permanece à margem dos benefícios gerados pelo seu trabalho, propõe uma produção arquitetônica voltada para a coletividade e repudia as medidas do exceção existentes no país, "impondo-se, em nome da cultura, a revogação do Ato-5, do decreto lei 477 e seus sucedâneos".

Advogados: pela democracia

Os advogados do Rio Grande do Sul, ao encerrarem seu VI Congresso no fim do mês passado, em Porto Alegre, apelaram para a volta à plenitude do regime democrático, em face do agravamento da situação econômica e social, a reclamar a união patriótica de todos os brasileiros.

Lembrando que a Revolução teve inspiração democrática, os advogados escreveram que, decorridos mais de 12 anos, a democracia ainda não foi restaurada. Este compromisso histórico vem sendo protelado, sustentando-se que deva condicionar-se ao prévio desenvolvimento econômico, a ser atingido em tempo imprevísivel.

Também mostraram que o Legislativo está sujeito a ser colocado em recesso e seus integrantes cassados. Condenaram a suspensão das garantias do Poder Judiciário e observaram que os direitos individuais estão à mercê do Ato-5 e que a situação em que nos encontramos não é digna de uma sociedade que pretende ser livre e culta.

As providências para preservar o regime constitucional em momentos de crise devem ser previstas no próprio texto supremo.

A prolongada anomalia institucional gera um clima de insegurança. No final, os advogados gaúchos pedem a independência dos três poderes, manutenção da Federação, respeito e garantia aos direitos individuais, mecanismos constitucionais de defesa do regime e amplo direito de defesa.

A vida difícil do correspondente estrangeiro

Neste depoimento um correspondente estrangeiro que vive no Brasil faz importantes observações sobre o trabalho de um jornalista de fora aqui. Queixa-se da burocracia existente no país, não reclama da censura sobre o seu trabalho mas lamenta que as obras culturais ou artísticas que um estrangeiro veja estejam muitas vezes mutiladas pela censura que atinge o estrangeiro como cidadão que vive aqui. Para o jornalista brasileiro, uma observação: usamos muito as *aspas* ao escrever as informações publicadas em nossos jornais, na maioria das vezes exageradamente.

O número de correspondentes estrangeiros no Brasil está diminuindo. Há 10 anos eram 69 e hoje são 50 jornalistas de outros países que representam centenas de jornais, revistas, agências noticiosas, rádio e televisão. Num depoimento para o CooJornal, o vice-presidente do Clube dos Correspondentes Estrangeiros de Imprensa no Brasil, Guillermo Piernes, analisa as causas dessa tendência.

"O elevado custo das comunicações e transportes, as restrições dos órgãos de segurança e a burocracia são os principais obstáculos que os correspondentes estrangeiros enfrentam para transmitir a realidade brasileira.

Os recursos materiais, a imaginação e a paciência, muitas vezes se esgotam e como conseqüência disso o número de correspondentes estrangeiros está caindo de ano para ano. Hoje somos 50 trabalhando para veículos que variam desde o Washington Post até a Agência Tass.

O custo das comunicações é simplesmente aterrador em relação à maior parte dos países do mundo. Por exemplo, na Argentina, Itália e uma grande lista de nações, os jornalistas têm descontos nas comunicações telefônicas e de telex. Aqui não só o desconto é inexistente, mas há uma sobretaxa de 40% nestes serviços de telefone e telex.

Há dois anos, o Ministro das Comunicações prometeu dar uma solução ao problema do custo das comunicações de imprensa, depois de tomar conhecimento que vários correspondentes regionais iam se estabelecer em Buenos Aires ou no México. Até o presente a burocracia freiou a intenção ministerial. Há pouco nos despedimos de Leonard Greenwood que fechou o escritório de "Los Angeles Times", no Rio de Janeiro, para reabri-lo no México, depois de chegar à conclusão que os altos custos não compensam aqui a produção jornalística.

Os correspondentes estrangeiros no Brasil são atingidos de forma direta pelo decreto que estabelece o depósito compulsório de Cr$ 12 mil para sair do País. Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, somos vários os correspondentes que cobrimos não só o Brasil, mas também outros países da América Latina. Para viajar isento de pagamento do depósito, os trâmites burocráticos demoram mais ou menos uma semana. E a isenção só é válida por 30 dias, embora o correspondente queira estar com seus documentos em condições de partir para outra missão, a qualquer momento.

Para um correspondente estrangeiro, perder dois ou três dias em burocracia pode implicar também a perda da cobertura de um golpe militar na Argentina ou a queda de um presidente no Uruguai, por exemplo. Para o "New York Times", "Diário 16" ou o "Le Monde", é difícil entender que seu correspondente na América Latina perdeu a história do mês porque não conseguiu superar a burocracia brasileira em tempo.

O zelo excessivo dos órgãos de segurança é outro obstáculo. Para cada conferência, congresso ou visita oficial, o correspondente estrangeiro precisa credenciais jornalísticas, apesar de existir documentação oficial expedida pelo Itamarati, certificando a condição de correspondente estrangeiro no Brasil, por motivos de segurança. No meu entender, isto pode indicar que o que é bom para um Ministério não é bom para outro, especialmente quando se lida com segurança, porque a carteira é emitida pelo Itamarati, após exaustiva investigação do requerente. E resulta, claro, que o Itamarati não deseja credenciar alguém perigoso para a segurança física de alguma autoridade ou a segurança nacional, entendida sem distorções.

Já que foi mencionada a distorção, é necessário referir-se à tristemente célebre frase "distorção de imagem". Na atualidade os correspondentes estrangeiros não enfrentam pressão das autoridades brasileiras neste ponto, fato que até há alguns anos era causa de grande preocupação. Historicamente — e agora não estou me referindo ao caso brasileiro porque não atravessei este período como profissional neste país — as acusações de que no exterior se arquitetam campanhas contra qualquer nação ou se está procurando "distorcer a imagem", coincidem infalivelmente com grandes dificuldades sociais, econômicas ou políticas de um regime. Sem dúvida, é mais fácil responsabilizar a um pequeno grupo de jornalistas pelas respostas negativas no exterior a uma determinada realidade política, social ou policial, do quer mudar essa realidade".

No que se refere a fontes noticiosas brasileiras, geralmente estas são mais abertas para o correspondente estrangeiro do que para o jornalista local e estou me referindo a fontes do setor privado. Acredito que isto ocorre pelo abuso de aspas generalizado em vários jornais brasileiros. Pode se ter a certeza que se uma palavra é atribuída a alguém em um jornal europeu ou norte-americano é porque esta palavra foi pronunciada pela pessoa mencionada e aqui não posso afirmar coisa parecida.

E a censura? Os correspondentes estrangeiros não têm problema algum com a censura brasileira na transmissão da informação, pois as matériais destinadas ao exterior não passam por outro filtro que não seja a cabeça do correspondente. Os correspondentes estrangeiros sofrem com a censura brasileira na qualidade de habitantes do País, como espectadores de obras artísticas mutiladas, como frustrados leitores de livros proibidos, como pessoas que também sentem-se limitados na escolha das fontes de sua formação cultural, ideológica e humana.

O jornalista Guillermo Piernes é correspondente no Brasil do Diário 16, de Madrid e das revistas Gente, Somos e El Gráfico, de Buenos Aires. Iniciou sua carreira no jornal Clarin, de Buenos Aires, em 1966, e em 1967 era redator da agência United Press International, também em Buenos Aires. Foi correspondente da Agência Mexica de Noticias, em Buenos Aires, em 1969 e em 1970 foi fundador da sucursal Brasil da Agência Latin. Em 1972, foi correspondente chefe da Agência Latin em Washington e em março de 1974 voltou ao Brasil como correspondente chefe da Latin e em setembro deste ano demitiu-se da Latin para se dedicar a quatro jornais e revistas. Piernes fez a cobertura, entre outras, do caso Watergate, da viagem de Salvador Allende ao México e Nações Unidas. É filho de jornalistas, tem 31 anos, casado com uma brasileira, uma filha.

Empresários: sistema ameaçado

"Se não for dado aos fatores sociais um peso igual aos econômicos, o sistema de livre iniciativa não sobreviverá". A advertência é do representante da Foundation for Business Responsabilites, John Humble, um dos participantes do IX Congresso Pan-Americano de Administração, realizado no Rio na primeira quinzena de outubro.

Como Humble, quase todos os participantes estavam preocupados com os novos desafios colocados à livre iniciativa: a instituição de departamentos de responsabilidades sociais, que, segundo o próprio Humble, terão a finalidade de "aferir o grau descontentamento que as próprias empresas geram na sociedade".

Tais preocupações foram motivadas pelos temas do encontro — Administração, Desenvolvimento e Qualidade de Vida — que, segundo o ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, "revelam uma tomada de consciência e encerram uma promessa". Na abertura do encontro, Severo Gomes condenou o fato de as empresas, ao se preocuparem mais com a conta de lucros e perdas, tenham desprezado outros valores — históricos, culturais e da natureza.

Foi para este lado que se dirigiram todas as manifestações do encontro, que reuniu destacadas personalidades, como o polonês Stanislaw Grzybowski, diretor do Instituto de Máquinas Indústriais de Varsóvia, o sub-secretário geral da ONU, Enrique Peñalosa e o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Thomas Pompeu Netto.

Afora algumas palestras puramente técnicas, as atenções se concentraram na iminência de uma mudança radical do enfoque administrativo, tendo em vista as pressões sociais como a fome, a poluição, a má qualidade dos produtos, ou a ineficiência do sistema capitalista em absorver crises econômicas, como a iniciada em 1973. Não surpreendeu, assim, o fato de Enrique Peñalosa receber a mais calorosa e intensa salva de palmas do congresso ao bradar:

— Precisamos criar um sistema alternativo à brutalidade e à rigidez do capitalismo e do comunismo.

E Mário Garnero, diretor da Volks e presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, mostrou a necessidade de criação de um Código de Ética Empresarial. Ele considera um dever a ação das empresas em favor das comunidades em que atuam: respeitar o consumidor é, disse ele, um aspecto elementar desse princípio.

"O papel das empresa", disse Garnero, "vai além da obrigação de manter padrões de qualidade para seus produtos. É preciso criar condições favoráveis a seus próprios empregados, tanto no que se refere ao ambiente de trabalho como à proteção física e ao seu desenvolvimento integral".

E como se não bastassem os repetidos alertas, lançados num tom quase uníssono, o último dia do encontro (14) ficou reservado para uma já previsível tempestade de números catastróficos a se configurarem no apocalíptico ano 2.000. "A população paulistana terá que buscar água a 400 quilômetros de distância", disse o secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto. "O oxigênio será escasso", lamentava o peruano Marco Fernandez-Baca Carrasco. E o indiano Bharat Ram acrescentou: "Os últimos 200 anos foram dedicados ao processo tecnológico; os próximos 100 serão marcados por uma profunda preocupação ecológica".

Mesmo ausente do congresso, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Alejandro Orfila, também não deixou de enviar sua mensagem de advertência: "No ano 2001, a América Latina terá uma população de 600 milhões de pessoas".

Nem todos, no entanto, foram motivados por tantas previsões inquietantes. O presidente do Conselho Pan-Americano de Administração, Justo Pinhiero da Fonseca, observou que "ninguém quer se ver livre dos privilégios, a menos que seja forçado".

Reportagem de André Pereira

O CASO KLIEMANN NO 5.048º DIA

Talvez por envolver pessoas influentes, este crime nunca foi esclarecido. Numa noite de junho de 1962, o deputado Euclides Kliemann, líder do PSD na Assembléia, encontrou sua mulher, Margit Kliemann, morta em casa. E logo passou a ser o maior suspeito, até ser assassinado no ano seguinte. O inquérito, que deveria estar em andamento, aguarda que o acaso aponte uma solução.

Foi um almoço simples. O casal da mesa 20 comeu chuleta à moda da casa, peru à califórnia e bebeu vinho moscato. Ao final, a elegante senhora pediu pudim de laranja como sobremesa, mas o homem que a acompanhava recusou o doce, preferindo beber o resto do vinho.

Antes de saírem da Adega Espanhola, um dos mais tradicionais restaurantes da cidade, os dois localizaram o deputado Tarso Dutra em uma mesa próxima, por quem foram saudados efusivamente. Talvez impressionado pela alegre jovialidade que o casal exibia, Dutra indagou se eles comemoravam alguma coisa. Tomando as mãos da mulher, o homem reforçou a declaração:

— Estamos completando 18 anos de casamento.

Trocadas as felicitações corriqueiras, o casal despediu-se e abandonou o restaurante. Por uma questão de hábito, desses cultivados por homens com agendas cheias, o deputado Tarso Dutra consultou seu relógio e viu que eram 13h15min. E entregou-se a divagações referentes às próximas eleições, que se realizariam dali a quatro meses, e ao tempo frio e chuvoso que escurecia aquele dia 20 de junho de 1962.

•

Na noite daquele mesmo dia, no jornal *Ultima Hora*, um repórter identificado como adepto do Partido Trabalhista Brasileiro entra na redação em furiosa agitação:

— Ganhamos as eleições, diz ele com a voz alterada. Um deputado do PSD acaba de matar a mulher.

São oito horas da noite aproximadamente. Repórteres e fotógrafos são despachados imediatamente para a rua. Os editores reúnem-se com a direção do jornal. Surge uma ordem: a edição do dia 21 deve permanecer paralisada nas oficinas, as manchetes vão ser trocadas, o assassinato vai ser capa. Nos outros jornais da capital, o assunto principal é o mesmo. A imaginação dos editores busca os títulos para a primeira página:

"Deputado mata mulher", "Assassinato na mansão do deputado",...

•

Pouco antes das 21h, naquele mesmo dia, o deputado pessedista Ary Delgado disca o número telefônico da polícia. Com a voz alterada comunica que houve um assassinato na Rua Barão de Santo Angelo, 406.

— Por favor, venham logo, pede Delgado. Foi assassinada a mulher de um deputado .

•

Quando a polícia chega ao dito local do crime, grupos de políticos, de todos os partidos, estão espalhados pela casa, entregues a sombrias conjecturas. O governador do Estado, Leonel Brizola, conversa com sua mulher a um canto, enquanto Egidio Michaelsen, candidato do PTB à sucessão de Brizola, caminha vagarosamente na sala, decidido a levar seus votos de pesar ao marido da morta. Ao chegar na casa, o delegado Júlio Morais, que vai responsabilizar-se pelas investigações, demonstra certo desagrado pelo excessivo número de pessoas que transita no local. Mais tarde, vai confirmar esse temor ao deparar com os laudos periciais repletos de impressões digitais de altas autoridades, marcas de sapatos ensangüentados pertencentes a pessoas que ali desfilaram e, sobretudo, ao descobrir que a polícia só tinha sido avisada quase duas horas depois do deputado ter encontrado o cadáver da esposa.

•

O elegante vestido buclê verde-escuro, de mangas curtas, que a senhora ostentava ao almoçar na Adega Espanhola, naquele dia, estava com o fecho aberto. O colar de pérolas espalhava-se em contas brancas pelo tapete também verde-escuro do chão . Deitada de bruços no último lance da escada de sua casa, com a cabeça e parte do rosto transformados em uma massa de carne e sangue, Margit Mailander Kliemann, de 37 anos, mãe de três

QUEM MATOU?

Os que eram jovens estão maduros, os que eram maduros já estão velhos: as pessoas que se envolveram como repórteres ou investigadores tinham, cada uma, o seu suspeito. Alguns repórteres estão arrependidos do tratamento que deram ao fato, na tentativa de venderem mais jornais. A seguir, o crime relembrado através dos depoimentos de algumas dessas pessoas.

meninas, começou a ser fotografada pelos peritos policiais, que iniciavam o trabalho de perícia de número 154-62, datado de 20 junho de 1962.

•

Os peritos Victor Quintel e Eraldo Rabelo, que assinaram o levantamento, ao procederem o exame do cadáver não conseguiram descobrir com exatidão a arma do crime. Em sua opinião, poderia ser tanto uma barra de ferro como um objeto cortante, do tipo de um facão. No seu depoimento oficial, porém, chamaram a atenção para a falta de um atiçador de fogo na lareira da casa. Às 22h, horário do exame, o cadáver apresentava rigidez total, escreveriam os peritos. No banheiro da residência, eles encontraram uma toalha com manchas de sangue e um aparelho de barba, bem como o pincel, molhados, "demonstrando uso recente". No quarto, o guarda-roupas do casal estava aberto, mas não se percebia qualquer desordem, além de duas bolsas sobre a cama. Em uma delas, de cor preta, vislumbrava-se quatro notas de Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros velhos). Ao lado da cama, na mesinha de cabeceira, uma garrafa de Água Rainha pela metade e, ao lado dela, dois envelopes usados de preservativos.

•

Margit Kliemann foi atacada no alto da escada, golpeada repetidas vezes até rolar pelos degraus, só parando em seu trágico trajeto no último lance, onde — conforme dedução dos peritos — continuou sendo massacrada. Seu sangue jorrou até uma distância de dois metros e meio do local onde foi atacada e, além dos golpes na cabeça, seu corpo apresentava marcas de equimoses nos braços. "Os membros inferiores", escreveram os peritos, "só apresentavam rupturas nas meias de náilon".

•

"O marido é o primeiro suspeito", pensou o delegado Júlio Morais, olhando o homem de 41 anos de idade, natural de Santa Cruz, que prostrado em um sofá a poucos metros do cadáver apoiava o rosto na mão esquerda, onde o punho da camisa estava salpicado de sangue. Eleito deputado em 1958 pelo Partido Social Democrático, vice-líder de sua bancada no Legislativo e membro da comissão de Finanças da Assembléia, Euclides Kliemann teria matado suas aspirações à reeleição no pleito do dia 7 de outubro daquele ano?

•

As investigações começam no dia seguinte. Destaca-se um policial da área comandada pelo delegado Morais (a Delegacia de Segurança Pessoal) para cobrir os próximos passos da lei em busca do assassino. Adepto confesso de Sherlock Holmes, o comissário Alfredo Vitorino Vargas costuma envergar um chapeuzinho semelhante ao do famoso detetive e dedica-se com grande esmero ao trato de seu cachimbo. O Comissário Vargas, aos poucos, torna-se uma figura de destaque ns investigações junto com Júlio Morais. Repórteres o seguem com insistência, fazem insinuações, atiçam contradições que o Comissário Vargas retribui com a mesma generosidade, não raro ganhando as capas dos jornais.

•

Uma semana depois do que a imprensa batizou de *Caso Kliemann,* o cronista social Luiz Augusto introduz uma súbita mudança na sua coluna diária *Em Sociedade* no jornal *Última Hora*, abrindo espaço para uma longa matéria sobre o episódio. "Hoje este colunista quebra a sua costumeira orientação tradicional, deixando de contar seus potins exclusivos sobre o que acontece no top-set e na jovem guarda para divulgar a vocês o lado humano de Margit Kliemann". Segundo Luiz Augusto, " a senhora Margit era uma mulher bonita e elegante, gostava de jogar bridge, estudava na Aliança Francesa e possuía um cachorrinho fox. Normalmente assobiava pela manhã. Na quarta-feira, dia do crime, foi ouvida, às onze horas, assobiando alegremente a cançoneta Mariana. Freqüentava dois institutos de beleza: Gaeta e Orquídea".

•

Mais especificamente sobre o crime, Luiz Augusto deu sua versão. "Dentro da hipótese muito provável de ser o crime passional, a polícia investiga duas pistas. Ambas levam a duas mulheres. Mas há diversas opiniões sobre o crime: 1°) Vingança contra o deputado; 2°) Ladrão que matou, assustou-se por algum motivo e fugiu, 3°) Crime passional; 4°) Um tarado sexual ou um doente sujeito a impulsos de fúria". E finalizava: "Na coluna de hoje não vai o top costumeiro pois aquele ditado que tanto gostamos de usar, que é em sociedade tudo se sabe, hoje não teria sentido".

•

Ao longo do inquérito, dúvidas, interferências políticas, notícias falsas, cartas anônimas, depoimentos truncados e inúmeros suspeitos são reunidos, arrolado, oficialmente ou não, no caso. Cerca de 80 pessoas são ouvidas pelo delegado. Pela cidade e pelo estado, igual número de boatos percorrem os ouvidos da população. Uma rede de informações confusa guia a elucidação do assassinato. A verdade começa a transformar-se a cada dia que passa uma preciosidade rara. Aumentam as pistas policiais e torna-se mais difícil ainda encontrar o autor da morte.

•

Aproximam-se as eleições do dia 7 de outubro. À sucessão de Brizola concorrem Egidio Michaelsen, pelo partido do governador, Ildo Meneghetti, candidato do PSD, e Fernando Ferrari pela ADP. O caso Kliemann significa um dos pesos da balança eleitoral. Comentam os críticos políticos que se o deputado pessedista Euclides Kliemann tor acusado pela morte da esposa, seu partido estará irremediavelmente derrotado em outubro. Em alguns jornais, ordens superiores conduzem as notícias para acelerar a culpa do deputado. Em outros, diferentes mandamentos são seguidos para assegurar a vitória do PSD. Margit Kliemann repousa em seu túmulo, indiferente. Uma de suas filhas sofre uma crise nervosa necessitando de internação. Euclides Kliemann decide concorrer à reeleição.

•

"Quem matou Margit foi uma dama de vermelho" proclamam os jornais. Nas delegacias, nos bares, nas redações o nome de Margarida Kroeff, outra senhora da sociedade porto alegrense encarna a dama. Acreditam alguns que, a citada dama manteria um caso amoroso com o deputado. Outros levantam uma ligação homossexual entre ela e Margit. E há quem defenda a teoria que o deputado assassinou a esposa por ela. Mas a dama de vermelho não fica sozinha na lista de suspeitos. Aparecem as figuras do jardineiro, da dama de vison, do sobrinho viciado em drogas, de uma prostituta , de um amante de Margit e outros suspeitos, imaginários na maioria dos casos, criados pelos jornais na ânsia de manter a alta vendagem que o crime está rendendo, ou mesmo incentivados pela polícia com a desculpa de "desviar o caso para agir de outro lado". Quando a criação não é obra de manobras políticas convenientes aos partidos que concorrem às eleições.

•

Luiz Fernando Kurtz, sobrinho de Kliemann, classificado pelos policiais como viciado em drogas e ladrão de carros, é considerado suspeito. A servente Amália Thielen, da Lavanderia Lake, da rua Cristóvão Colombo, declara ter visto sangue em uma calça de brim que pertenceria a Kurtz. A perícia de número 426-62, datada de 3 de agosto de 1962, solicitada pelo delegado Morais, não encontra sangue na calça.

•

Um funcionário da Good-Year, de aproximadamente 40 anos, revela a um amigo em setembro: eu matei Margit Kliemann, ela era minha amante, tinha crises de ciúme, nos desentendemos dia 20 e eu peguei um cinzeiro tripé e a matei. O funcionário da Good-Year chama-se Lirio Vergara. A confissão é feita ao mecânico Pedro Athanásio. Seu ajudante Júlio Fochesatto corre à polícia no dia 4 de outubro e relata o que ouvira . Wilma Rodrigues, a locatária da casa onde Júlio mora, também assina um depoimento, incriminando Lirio Vergara. Júlio contara-lhe o episódio no mesmo dia em que ouviu a confissão. Chamado à delegacia, o mecânico Pedro Athanásio nega a versão dos dois. "Se o moço disse que matou com certeza era brincadeira". Seus depoimentos são colocados em um envelope amarelo e anexados ao processo. O depoimento de Vergara não consta do envelope nem do processo.

•

Euclides Kliemann tem um álibi robusto, confirmado por altas autoridades da Assembléia Legislativa, por balconistas de lojas onde ele fez compras naquela tarde e de seu irmão Lauro Kliemann, do que estava acompanhado quando encontrou a mulher morta. Os policiais lançam dúvidas à veracidade dos passos de Kliemann na tarde do dia 20. O delegado Morais declara aos jornais:

— Ele não poderia de forma alguma estar com a memória lúcida depois de um choque daqueles a ponto de descrever seus passos com detalhes mínimos.

•

Ildo Meneghetti vence as eleições e é o novo governador do Rio Grande do Sul. Euclides Kliemann, do mesmo partido, é reeleito deputado.

•

Uma carta anônima chega às mãos do delegado Júlio Morais com cópia para o deputado Kliemann. Mas esta diferencia-se das outras porque o missivista induz a polícia a descobrir sua identidade facilmente. Descobre-se a cartomante Ninon ou Alda Lopes, a cuja casa Margit teria comparecido um dia antes de ser morta. Duas freguesas de Ninon confirmam a presença de Margit na casa. E Ninon fornece novas e espetaculares informações para os jornais que mancheteiam:

— Cartomante sabe quem é assassino.

Para ela, Margit teria confidenciado um imenso temor provocado pelas ameaças do marido em matá-la. O delegado reforça sua teoria de que o assassino é o marido mas não tem provas. O marido da cartomante desaprova sua atitude e ameaça desquitar-se.

•

O selo usado por *Última Hora* para caracterizar o caso Kliemann chega ao 115° dia. A capa do jornal anuncia a reabertura do caso. O delegado Morais ameaça: "Acabou a consideração. Agora é duro com duro. Quem não comparecer às intimações, incorrerá em delito e irá para o xadrez seja grande ou pequeno. Acabaram os panos quentes". Mas o caso não evolui. No mesmo jornal noticia-se a chegada do novo governador a capital ao meio-dia. Na página política, Leonel Brizola tenta explicar a derrota do PTB. "Antes das eleições uniram-se as classes e os grupos dominantes lançando a mistificação e o terror da indústria anti-comunismo como arma principal da campanha política". O processo do Caso Kliemann avoluma-se.

•

Ninguém é oficalmente indiciado como autor da morte de Margit Kliemann. O delegado Júlio Morais é exonerado do cargo, no ano seguinte.

•

No mesmo ano, em Santa Cruz do Sul, cidade natal de Euclides Kliemann, o deputado fala ao seu eleitorado em um estúdio de rádio. Antes de sair da estação, Floriano Peixoto Karan, vereador petebista, apodera-se do microfone e rebate seu pronunciamento. A certa altura, lança dúvidas à integridade de Kliemann indagando no ar se o pessedista pode falar de princípios morais se ele próprio é suspeito da morte da esposa. Transtornado, Kliemann invade a cabine de transmissões, com a mão esquerda no ar e gritando "Isso não"! Karan saca sua arma e atira. A bala atravessa a mão e aloja-se no coração de Euclides Kliemann, que morre logo depois.

•

5.048° dia do Caso Kliemann, outubro de 1976, cerca de 600 páginas acumulam-se desordenadamente no gabinete do delegado Líbano, na Delegacia de Homicídios, no prédio da Secretaria de Segurança. Depoimentos diversos, cartas anônimas, fotografias, envelopes com informações, pastas com anotações à margem, inúmeros nomes suspeitos, recortes de jornais estão empilhados, sem ordem cronológica nem qualquer espécie de organização. O famoso e eletrizante Caso Kliemann não passa de um amontoado de papéis literalmente engavetado à espera da ação do tempo e das traças.

•

Quem matou Margit Kliemann? Que arma utilizou o assassino? São interrogações insondáveis que sobrevivem há 14 anos amparadas pelo diagnóstico oficial da polícia.

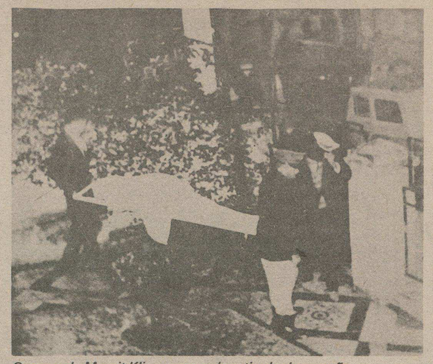
— Vou ser sincero, garante o delegado Líbano. Oficialmente considera-se essa papelada como *caso em andamento*, mas na verdade ninguém está trabalhando nele. Se surgir alguma pista, poderá ser retomado .

A proposição inversa, da polícia ir em busca de pistas, é possível, delegado Líbano?

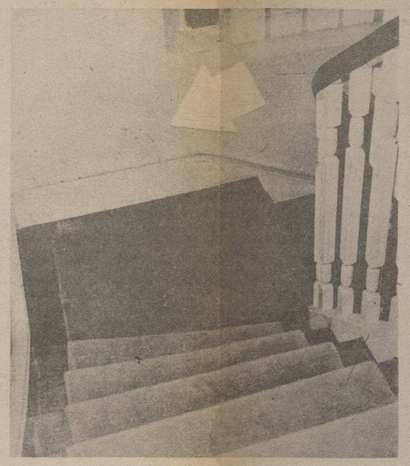
— Passou-se muito tempo. O tumulto em que se encontrava a cena do crime quando a polícia chegou prejudicou em 50 por cento as investigações, houve diversas interferências, inclusive políticas. Acho que é tarde demais pra se descobrir quem matou Margit Kliemann.

•

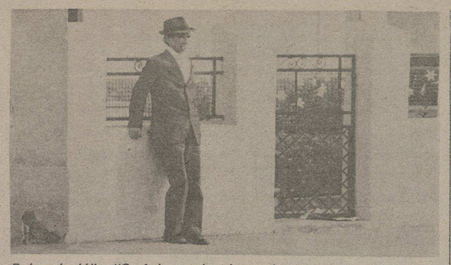
O palacete que ocupa o número 406 da rua Barão do Santo Ângelo, onde moravam os Kliemann em 1962, hoje abriga uma indústria farmacêutica, a Farmitalia Indústria Química Farmacêutica. Aposentado, com 77 anos, o delegado Júlio Morais mora em um pequeno apartamento no Bomfim, onde recebe a imprensa com indisposição. A cartomante Ninon continua dando consultas na cidade, sob a definição profissional de astróloga, conforme seu cartão de visitas. O comissário Vargas trabalha em uma pequena tipografia na Cidade Baixa. Não fuma mais cachimbo à la Sherlock Holmes. O assassinato de Margit Kliemann foi um crime perfeito?



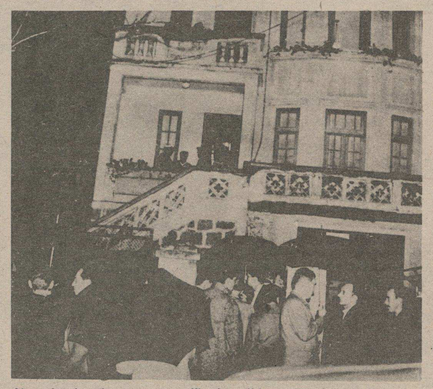
O corpo de Margit Kliemann sendo retirado da mansão



Golpeada no alto da escada Margt rolou até o último lance



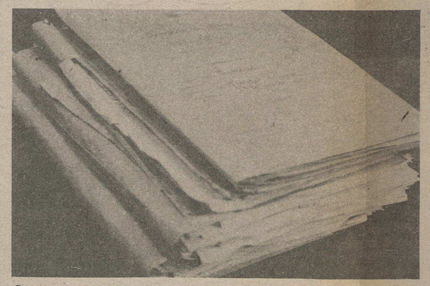
Delegado Júlio: "O cônjuge sobrevivente é o suspeito"



Na noite do crime, uma reunião de políticos na frente da mansão

Caso Kliemann, um assunto para manchetes por longo tempo

Euclides Kliemann: inocente e culpado conforme a versão



O processo: 600 páginas de dúvidas e contradições

Cartomante Ninon: Desejo de aparecer nos jornais?

Leopoldo Silva

MUITAS AMEAÇAS

O repórter policial Leopoldo Silva, morador de um pequeno apartamento de propriedade da Associação Riograndense de Imprensa, aos 70 anos é um homem adoentado. Há 14 anos, atuou no Caso Kliemann fazendo uma insistente cobertura para o *Diário de Notícias* que lhe consumia em média 12 horas diárias. Durante quatro meses, Leopoldo exercitou suas funções junto ao caso, ganhando um salário duplo. Em sua casa, o velho repórter não guardou nada, nem um simples recorte referente ao crime. Considerado como o repórter que mais perseguiu o caso, Leopoldo acredita que este será mais um crime insolúvel a perpetuar-se nos arquivos policiais:

"Margit e o marido já morreram. O caso vai ser arquivado. Esse pessoal tinha dinheiro... Uma vez eu fui chamado pelo deputado Kliemann em seu gabinete. Sabia que muitos colegas já tinham sido chamados e convencidos a mudar de posição. O Sérgio Jockymann foi um que da noite pro dia mudou e começou a defender o Kliemann. Pois ele me chamou e eu fui, mas fui com um fotógrafo, o José Pretinho. Disse pra ele, se esse cara tentar me subornar, eu dou-lhe uma bofetada e tu fotografa. Eu já tinha recebido muitas ameaças. Quando cheguei lá, junto com o fotógrafo, o Kliemann desconversou. Agora outros repórteres mudavam como camaleão".

O redator-principal de *Última Hora* em 1962, Sérgio Jockymann, mudou realmente de posição da noite para o dia. Por quê?

SEM CAMISA

"Por que defendi Kliemann? Veja bem, na época havia três correntes no jornalismo gaúcho. Primeiro: os trabalhistas asseguravam que Kliemann tinha assassinado a esposa. Segundo: os da Frente Democrática diziam que a polícia sabia quem era o assassino e o estava protegendo para culpar Kliemann. Terceiro: no meio disso tudo havia loucos como eu tentando descobrir a verdade. Então eu decidi falar com o deputado. Ele a princípio não quis nem me ver porque eu era da Última Hora. Aí eu expliquei ao Ari Delgado e ao Paulo Brossard a minha posição. O Ari então me levou onde estava Kliemann. Ele estava de pijamas. A minha primeira pergunta foi: o senhor tem coragem de tirar o casaco e me mostrar seu torso nu? E ele tirou. Não havia marca nenhuma em seu corpo. Eu sabia que debaixo das unhas de Margit Kliemann havia pedaços de pele e sangue do assassino. De volta à redação fui impedido de escrever o que tinha acontecido e pedi demissão. Fiquei três dias fora do jornal. Deu tempo para conversar com Samuel Wainer, que tinha vindo do Rio, houve mudanças na direção e voltei. E aí comecei a defender o deputado Kliemann".

O delegado Júlio Morais, exonerado do seu cargo em 1963 em conseqüência do Caso Kliemann, é um homem pequeno, de 77 anos, que está sendo invadido pela surdez. Mora em um pequeno apartamento no Bonfim com a esposa e filhos. Não recebe a imprensa para entrevistas, alegando ordens superiores para manter-se calado. O Caso Kliemann incomodou-lhe muito. O delegado é um homem cansado, acusado, massacrado. Lembra, doutor, os tempos em que o senhor era acusado de incompetência?

"VAI NA NINON..."

"Sim, ele me atacou mesmo pela imprensa, pelo rádio, pela televisão. Kliemann me acusava. Mas eu sempre disse que o cônjuge sobrevivente é o suspeito número um, o suspeito principal. E eu tava agindo daquela forma, com aquele pensamento. Mas eu não gosto de falar... morto não pode se defender... Vai na cartomante Ninon, pergunta pra ela pela carta anônima que ela mandou pra mim e pro deputado. Aí tu vai descobrir muita coisa, se ela falar na carta. Eu não vou falar no conteúdo da carta, a Ninon que fale... Mas a carta era um dos elementos mais importantes do caso... Acho que esse caso não podia parar, mas me exoneraram. Me acusaram, mas todo mundo se encolhia na hora de prestar depoimento. O inquérito girava sobre o deputado, um sobrinho dele que tinha uma turma braba, esses suspeitos...

(segue na página 18)

Todo mundo se encolhia. Depois o deputado apresentou aos jornais um álibi perfeito, certinho, com seus passos de minuto a minuto, eu nem me lembro do que comi no almoço ontem, tu lembra? Pois o deputado, cinco dias depois do crime, sabia tudo. Mas o tempo é o melhor detetive. Essa história ainda pode ter reviravolta... quando é um miserável todo mundo cai em cima, quando tem status é isso... mas eu não vou falar, vai na Ninon, vai..."

A CARTOMANTE

A cartomante Ninon mora em um apartamento decorado com gosto duvidoso, onde o televisor ocupa uma estante entre livros, um aquário com peixinhos dourados e quadros pintados por ela mesma. Na mesinha da sala, uma garrafa térmica conserva o cafezinho quente, ao lado de uma pilha de cartõezinhos seus, "Ninon astróloga", muitos rabiscados nas costas endereçando Feliz Natal aos seus fregueses. Dona Ninon, baixinha, sorridente, cabelos oxigenados de louro, assume um incontrolável nervosismo quando ouve falar em Caso Kliemann. Nega-se a fazer comentários. Alega ter sido internada em hospital, ter se desquitado do marido, quando...

—Quando escrevi a carta ao delegado Júlio tive problemas em casa. Minha família era contra eu me envolver no caso.

—Por que então a senhora escreveu ao delegado Júlio?

—Eu tenho consciência, doía o meu coração ver que muitas pessoas estavam sendo acusadas enquanto eu sabia uma informação que podia ajudar. Minha consciência não agüentava, aí escrevi.

—Mesmo sob a ameaça do desquite feita pelo seu marido?

—Mas a polícia ia acabar chegando em mim. A senhora assassinada tinha comprado uns artigos de umbanda na minha lojinha, com o meu carimbo e tudo. Eles iam descobrir que ela tinha estado em minha loja..."

—Qualquer pessoa poderia comprar em sua loja sem envolver a senhora em...

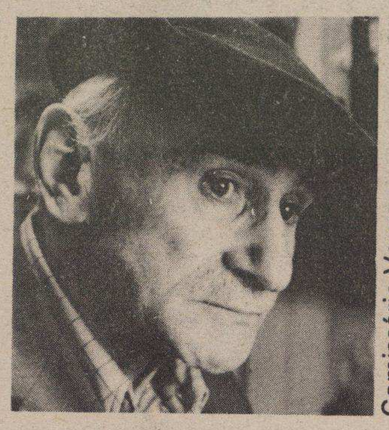
—Mas eu não podia mais suportar, eu não agüentava, era um caso muito falado. Uma pessoa entra em minha casa, faz confidências, conta seu medo e no outro dia é morta. Como é que podia me sentir?

—Além do deputado Euclides Kliemann a senhora cita mais alguém em sua carta ao delegado?

—...Não. Eu não vou falar nesta carta, chega de incomodação.

—A senhora acredita que o caso possa ser reaberto?

—Eu não sei. Mas se ele estivesse sendo reaberto eu saberia. Um policial, um investigador freqüenta a minha casa e me mantém informada.



Comissário Vargas

CRIME DIFÍCIL

O Comissário Vargas tem hoje 67 anos. Continua usando o mesmo bonezinho preto que lhe valeu o apelido de Sherlock Holmes em 1962. Não fuma mais seu bem cuidado cachimbo. Como a maioria dos que se envolveram, de alguma forma, no Caso Kliemann, Alfredo Vitorino Vargas não gosta de falar no crime. Agora, se lhe for perguntado se ele considera-se um policial fracassado por não ter desvendado o caso...

—Não. Olha, pra falar bem a verdade, o Caso Kliemann nem era um crime difícil de ser resolvido. Aconteceu que era um caso de repercussão, tinha pessoas de nome, de dinheiro, políticos no meio. Então todo mundo queria resolver pra se promover. Quando eu chegava num local para investigar já tinha estado lá 60 pessoas, estragando tudo. Aí fizeram uma polenta tal que tornou-se impossível de resolver. E era um mero crime, um latrocínio... O fator que elimina Kliemann? A hora do crime. O deputado tinha estado na Assembléia e 15 minutos depois estava na Tristeza, em uma chácara. Em 15 minutos ele não poderia ter ido até a rua onde morava e matar a mulher. Ele não matou. O delegado Júlio tinha a opinião dele, acreditava que o deputado era o culpado. Depois tinha a cartomante... mas eu vi logo, eu que tinha descoberto a cartomante, que ela queria era promoção. Aí o caso virou fantasia. O inquérito é o que se viu, uma confusão só. Sem justiça o crime não fica, porque nada neste mundo fica. Mas não vem às claras. No dia em que o assassino confessar, ninguém mais vai acreditar .

Antônio Gonzalez

HOMEM VIOLENTO

O jovem repórter policial da *Folha da Tarde,* Antonio Gonzales, de 24 anos, estava em sua casa no dia 20 de junho de 1962, escutando rádio, quando uma edição extra de um noticioso anunciou o assassinato de Margit Kliemann. No dia seguinte, porém, Gonzales iniciou uma cobertura que só terminaria com o assassinato do próprio deputado Euclides Kliemann, em Santa Cruz. Hoje, com 38 anos, editor de polícia do mesmo jornal, Antonio Gonzales, o dono do cartão-ponto 26 de sua empresa, recorda o caso com firmes convicções:

—O deputado não matou a mulher. Sei porque quando cobri a morte dele em Santa Cruz assisti os policiais tirarem suas impressões palmares. Ele era um homem de gênio violento que certa vez chegou na delegacia e encontrou, escrito à margem do inquérito pelo delegado Júlio: "Caso Kliemann, suspeito: o marido". Aí brigou com o delegado e se negava a colaborar. Nunca deixou, por exemplo, que lhe colhessem as impressões palmares. Quando morreu fizeram isso para conferir com uma marca de sangue deixada pelo assassino de Margit na parede, ao lado da escada em que ela foi morta. Então, com base na prova técnica que negou as impressões de Kliemann, eu acredito que não tenha sido ele. Se as impressões coincidissem, já teria sido divulgado que o deputado era o assassino e o caso estava encerrado. Quem matou? Pela violência do crime foi alguém que não queria ser reconhecido. Talvez latrocínio. Mas o caso já foi reaberto duas ou três vezes, mesmo depois que Kliemann morreu, um débil mental chegou a confessar que tinha matado, prenderam um jardineiro outra vez... Eu acho que só por casualidade, se for latrocínio, é que se encontrará o criminoso.

FOI UMA MULHER

O velho repórter Leopoldo Silva, do *Diário de Notícias,* também tem uma opinião a respeito da identidade do assassino de Margit Kliemann.

—Foi uma mulher que matou. Eu acredito nisso por duas razões. A primeira é que apareceu um motorista de táxi dizendo que tinha carregado uma mulher, no fim da tarde do dia 20, da Barão do Santo Ângelo até o centro. Ele tinha sido chamado no telefone para ir até o número 406, onde moravam os Kliemann. Pois o motorista sumiu de circulação, quando fui procurá-lo, simplesmente sumiu. A segunda razão é que Margit foi morta a porretadas com golpes de cima para baixo, em um só sentido. Um homem dá meia dúzia de pauladas, batendo de lado, e acabou. Se fosse o Kliemann, que era um homem nervoso, violento e forte, tinha sido duas ou três porretadas. Só uma mulher bateria tanto para conseguir matar. Agora eu não sei quem seria. Falavam que o deputado era um homem que tinha amantes, que freqüentava boates e era visitado em casa por damas. Podia ser a dama de vermelho porque, quando ela surgiu no caso, o próprio Brizola telefonou para o delegado proibindo a divulgação. Eu descobri através de um investigador e no outro dia o *Diário* deu a notícia. Disseram que eu inventei a dama de vermelho por isso. Mas ela existiu e era uma vigura da alta sociedade da época que nunca veio à tona nos processos porque tinha nome e dinheiro.

Sérgio Jockymann

MUITA MENTIRA

O redator-principal da *Última Hora,* Sérgio Jockymann, continua falando do Caso Kliemann, em seu gabinete. Fala de Margit Kliemann:

—Depois que aconteceu o crime muita mentira disseram dela. Na boate "Baiuca", do Carlos Heitor, que era o quartel-general da alta burguesia contestadora, falava-se que tinha amantes, homens e mulheres, que a casa era um antro de bacanais, todo tipo de coisas que se possa imaginar. Eu nunca encontrei nada que desabonasse Margit. Ela era só uma colona de Santa Cruz na capital. Tinha poucas amigas, estudava francês, não ia a festas, não usava botiques, era econômica à beça. Tinha uma filha que pouco antes completara 15 anos com uma festa nos moldes tradicionais. Kliemann era considerado um homem de gênio violento, ambicioso, com aspirações políticas. Mas era um rapaz saído do interior, da colônia alemã, com vontade de vencer que, de repente, se vê deputado estadual numa grande capital, em meio a políticos manhosos. Não acredito que ele tenha matado. Minha opinião pessoal é de que foi latrocínio, puro e simples. Nós mentimos muito nos jornais, até que um dia eu parei para pensar e vi que o caso todo tinha sido muito importante na minha vida. Passei a ter maior responsabilidade e me arrependo, sinceramente, do que escrevi.

RECONSTITUIÇÃO

E o redator-principal escreveu muito sobre o Caso Kliemann?

—Pensei até em escrever um livro. Escrevi uma peça chamada *Suspeito Nº 1* que chegou a ser radiofonizada e que depois foi censurada e impedida de ir aos palcos. Na *Última Hora* fiz uma espécie de fotonovela, com a reconstituição do crime sob diversas versões. A Ivete Brandalise fazia o papel de Margit. Minha mulher Simone também trabalhava, tinha ainda o Milton Mattos que fazia o papel de assassino. Bom, na minha opinião, foi latrocínio. Mas eu, como jornalista com a obrigação de vender jornal, tinha que fazer o caso render. Então fiz a reconstituição com todas as versões. Rapaz, nessa época chegamos a vender 172 mil exemplares por dia, mais de quatro vezes o que vendia normalmente.

E a que conclusão chegamos, senhor redator-principal?

—Foi um crime transformado em caso político que reflete muito bem aqueles anos. Uma situação típica da época. Dois lados políticos se devorando , com jornalistas no meio mentindo, com policiais fazendo o mesmo enquanto o criminoso ficou impune.

Valorize Cr$60,00. Assine o Coojornal.

cooJORNAL

ASSINATURA POR 1 ANO: Cr$ 60,00

Nome: .....

End.: .....

Bairro: ..... CEP: .....

Cidade: ..... Tel.: .....

Forma de pagamento:

Vale postal n.º ..... Valor: .....

Data: .....

Ordem de pgt.º n.º ..... Valor: .....

Banco: ..... Data: .....

Cheque em nome da CooJORNAL

Valor: ..... Data: .....

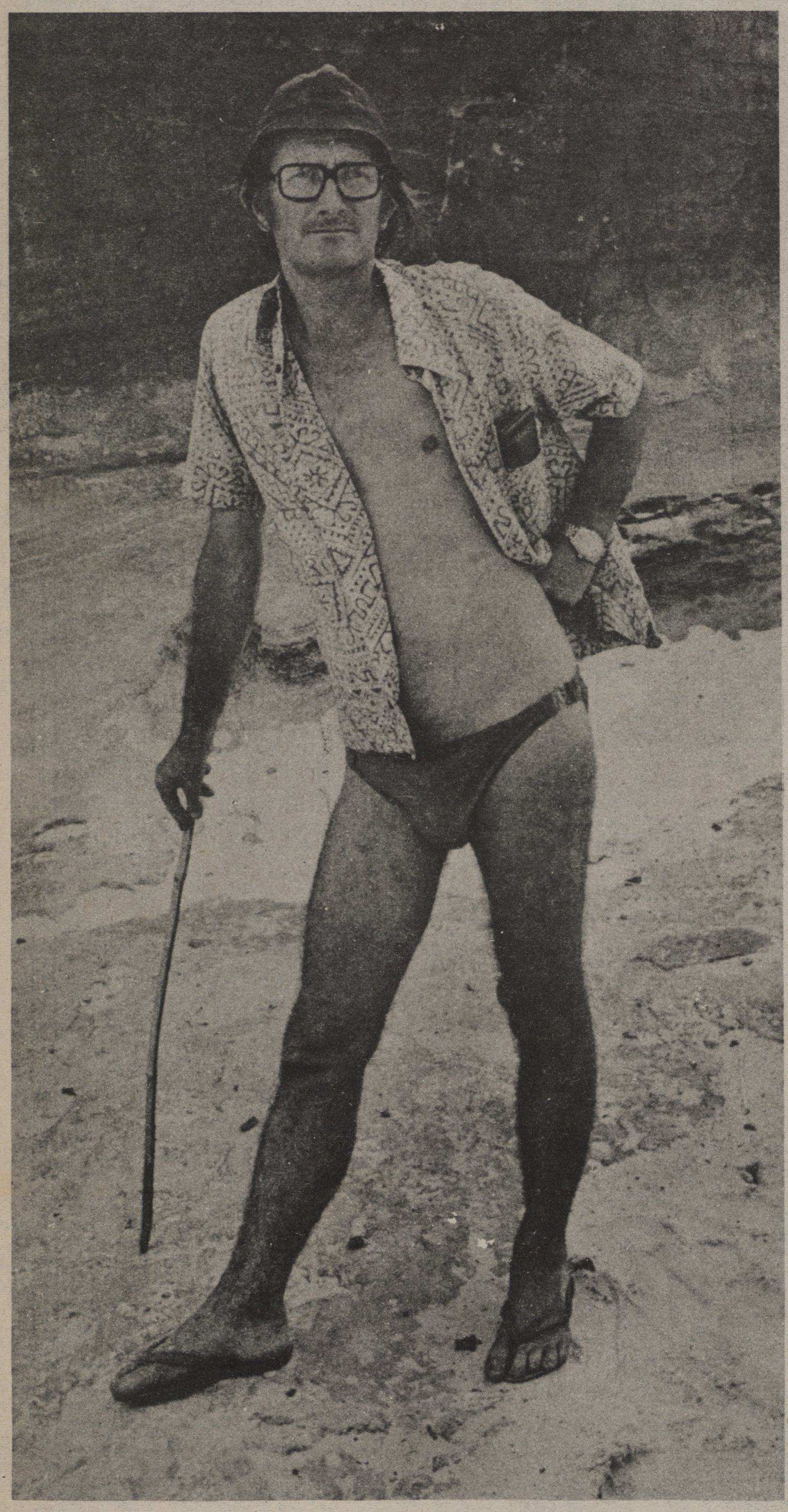
Banco: .....

Rua Comendador Coruja, 372 — Fones: Redação 24-0951
Administração e Depto. Comercial 21-8984 — Porto Alegre - RS - Brasil

Admirado por poucos, considerado um louco de pedra por muitos. É José Lutzenberger, 50 anos, agrônomo e ecologista. Homem capaz de largar um emprego de 40 mil dólares por ano e de xingar a mãe das autoridades para defender a natureza.

LUTZENBERGER

Por E. Bones



Na sala há um leve cheiro de mofo, vindo ~~os~~ livros e dos móveis, dando a impressão de que a casa esteve fechada por muito tempo. "Esta casa foi construída pelo meu pai, em 1920. Está numa bagunça tão grande..."o homem fala como se tivesse chegado ali há cinco minutos e não há cinco anos.

"Ih, meu ~~dous~~, não consigo mais pôr a minha correspondência em dia", exclama ele ao descobrir debaixo da papelada uma pilha de cartas. Mas, quando vai guardar as cartas numa pasta preta, vê outro papel, provavelmente mais importante: "Que barbaridade", diz levando a mão à testa. "Me esqueci disso, preciso mandar um ofício protestando contra esse barbarismo".

Tira do bolso uma agendinha surrada, faz anotações, busca um livro em cima do armário, levanta o monte de papéis que se acumula sobre a mesa... Estou ali há uns 10 minutos, ele ainda não parou de falar, de se agitar um instante. De repente, percebe que estou de pé:

"O carro não vai demorar, sente-se um pouco" afirma sem notar que não há onde sentar. As poucas cadeiras da sala estão cheias de livros, papéis, jornais.

Examinando os quadros na parede, umas aquarelas acadêmicas retratando cenas de campo com uma impressionante riqueza de detalhes, tenho uma única frase na cabeça:

— Esse José Lutzenberger é completamente pirado!

Julho era o mês da poda das árvores em Porto Alegre. Era uma tradição cujas origens ninguém conhecia mas que todos respeitavam como saudável. Árvore podada em julho renascia com dobrado vigor na primavera, acreditava-se. Foi normal, portanto, a reação dos jornais, dos homens da prefeitura e até da população, quando aquele homem magro com jeito de alemão da colônia apareceu dizendo que podar as árvores das ruas era um absurdo, pois enfraquecia a árvore, favorecendo o seu apodrecimento.

"Esse cara é louco", disse o secretário de Obras do município. A mesma opinião dos jornais e da maioria das pessoas que tomou conhecimento do assunto. Duvidou-se que o homem fosse agrônomo como ele próprio dizia.

Expressões como ecologia, poluição, destruição ambiental eram praticamente desconhecidas dos gaúchos em 1970. As praias do Guaíba ainda não portavam placas proibindo o banho, a densidade demográfica do estado acusava um índice saudável de 20 habitantes por Km2, a soja e os inseticidas ainda não haviam tomado conta dos campos. E a Borregaard ainda estava sendo construída.

Tudo isso contribuía para que se desse pouco crédito a um sujeito que, à frente de uma estranha organização chamada Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, andasse falando contra o uso de produtos químicos na lavoura, em destruição de fauna e flora e coisas do gênero. Só mesmo um louco.

José Lutzenberger, no entanto, não desistiu. Foi ao prefeito e pediu que ele quando andasse na rua observasse uma árvore podada para ver que na verdade ela estava apodrecendo. Uma semana depois, Thompson Flores proibiu a poda das árvores, proibição que violou lei municipal.

'Lutz! Lutz! E uma voz de mulher, vindo da parte de cima do velho sobrado. "Já", responde ele. E trava-se um diálogo gritado em alemão. Ao final, notando que estranhei o uso do alemão, ele explica: "é minha mulher. Ela é filha de alemão com uma chinesa, viveu 15 anos na China. Quando os comunistas tomaram o poder, eles foram para a Alemanha, depois vieram para Novo Hamburgo. Mas, em seguida casamos e fomos para a Alemanha. É mais fácil para ela falar alemão. Com a minha filha mais velha, que nasceu na Venezuela e fala um belo francês, eu falo em francês para ela treinar".

O carro, uma Brasília de aluguel, chega. Lutzenberger vai fazer uma inspeção de rotina no parque de Itapoã, uma área de 1.500 hectares entre Viamão e Porto Alegre que foi transformada em reserva ecológica pelo governo, graças o pertinaz trabalho de Lutz e seus companheiros da Agapan. Como prêmio pela vitória ele ganhou a tarefa de fiscalizar a retirada gradativa das pedreiras que operavam nos morros da área. Ele não recebe nada por isso, mas é nítido o seu entusiasmo pelo trabalho:

— Aquilo é uma das paisagens mais bonitas e mais ricas do mundo. Apesar de ter sido duas vezes considerada de utilidade pública estava praticamente abandonada. Tinha mais de 30 pedreiras arrancando pedra dos morros. Felizmente parece que vamos conseguir impedir a destruição.

Chapéu desabado, calça de tergal, sapatos gastos e a inseparável pasta preta. Seu assunto constante: os ataques ao ambiente, que define como "manifestações da mentalidade obtusa que só sabe ver a natureza como fonte de matéria prima". É uma espécie de guia turístico às avessas, que vai mostrando os sinais da devastação impiedosa.

— Veja isto (passamos pelo Arroio Dilúvio), pura podridão, tudo morto. Há uns trinta anos era um riachinho de água limpa, correndo sobre um leito de pedra e areia, com salsos pelas margens. A gente entrava lá onde é a PUC hoje e saia aqui no rio... É uma monstruosidade!

Sua rotina do dia inteiro será esta: uma irritação atrás da outra. Por uma figueira antiga que teve as raízes cortadas, pelo corte na beira de um morro, por um veio d'água poluído. E cada caso serve como ponto de partida para uma longa digressão sobre o envenenamento do ambiente, a miopia das ciências, a irracionalidade da sociedade moderna.

É um discurso contínuo, veemente, furioso:

— Toda a civilização ocidental baseia-se na premissa de que o homem foi feito à imagem e semelhança de uma deus criador de todas as coisas e que portanto é o centro do universo. A decorrência disso é que o homem não se sente comprometido com os outros seres vivos, que ela acha existem só para servi-lo. O ambiente natural é apenas uma fonte de riquezas e satisfação das suas necessidades.

— A aplicação prática destes princípios durante séculos tem como conseqüência um desequilíbrio cada vez maior do ambiente, com o envenenamento das águas, do ar, dos alimentos e evidentemente do próprio homem. O universo é um todo harmônico, equilibrado e a destruição de um de seus componentes, por mínimo que seja, nunca tem efeitos isolados. Quando se drena um banhado, mata-se milhões de seres, que servem de alimentos a outros seres e assim por diante. Com o desequilíbrio surgem as pragas e para combater as pragas são necessários os venenos em doses cada vez maiores.

— Dizem que você exagera nos perigos, Lutz, que você é muito fanático, quase meio louco.

Ele arregala os olhos, agita as mãos e quase me arrependo de ter feito a pergunta — o carro dança na estrada.

— Mas como é que não vou exagerar, rapaz. Se as pessoas estão cegas, estão insensíveis! Não tem gente que chama a Secretaria da Saúde para pulverizar BHC nos seus jardins? E você sabe o que é o BHC. É um veneno violentíssimo com um efeito residual que dura meses e destrói tudo que é vivo onde é lançado. Podem me chamar de louco. Se estar em desacordo com esse hospício que é o mundo moderno é estar louco, eu considero isso elogio.

Com a mulher e sa duas filhas: Lilly Charlotte, 16 anos, e Lara Josette, 6

Há sete anos, José Lutzenberger ganhava 40 mil dólares anuais (cerca de 450 mil cruzeiros ao câmbio atual) como representante, na Venezuela, da Badische Anilin & Soda Fabrik (Basf), um dos maiores fabricantes de produtos agro-químicos do mundo. Um dia recebeu um telefonema de um agricultor da região de Arágua, cuja lavoura havia sido violentamente atacada pelo pulgão.

Contou o agricultor que já havia aplicado três vezes a dose máxima de um veneno fortíssimo, o *Perfectiön* e a praga não retrocedia. Lutzenberger custou a acreditar no que viu quando chegou à lavoura. O cheiro do veneno ardia nos olhos e no nariz das pessoas, mas os pulgões fervilhavam sobre os pés da batata, completamente imunes.

Ele ficaria ainda mais surpreso ao descobrir que nos 50 hectares de plantação havia uma pequena faixa situada entre a área plantada e a floresta que não estava infestada. Ali não havia sido lançado o *Perfection* e, entre inços, vicejavam alguns pés de batata sem doença.

Lutzenberger contaria depois:

— Foi o primeiro choque que me fez duvidar do que havia aprendido na universidade. E que me levou na direção de um movimento do qual já tinha conhecimento, mas não levara a sério: o movimento bio-dinâmico que pregava uma agricultura sem produtos químicos e que baseava-se no princípio de que planta sã em solo são não aceita praga.

Na Europa a preocupação com os desequilíbrios ambientais e os resíduos de pesticidas na alimentação já em 1957 fazia com que pequenos grupos de agricultores defendessem o cultivo sem química, mas Lutzenberger só entraria em contato com eles em 1970. Lamentaria depois não ter se aproximado dos *organic farmers* pelo menos 15 anos antes. Mas, ainda que tardia, a sua aproximação seria definitiva.

— Se você disser que sou budista estará mais perto da verdade. Não sou mais cristão. Você já ouviu falar nos monges budistas do Taipé, não? Eles caminham devagarinho, com os olhos postos no chão para não cometer o crime de pisar numa formiga e matar. Há exagero nisso, é verdade, mas é esse sentimento universalista, que vê o homem como um integrante e responsável pelo todo, é assim que eu sinto as coisas. Quando queimam um pedaço da Amazônia isso me dói.

Com essas palavras, ele procurava explicar o gesto de minutos antes: uma pequena abelha entrara pelo vidro do carro e ele não teve dúvidas. Encostou na beira da estrada e ficou longos minutos tentando apanhar com os dedos o inseto que se encurralara entre o painel e o pára-brisa. Com uma delicadeza inesperada para dedos de lavrador, apanhou-a pelas asas e soltou-a para fora do carro. "É uma arapuá, uma abelhinha rara".

— E o que você me diz sobre política?

— Nosso movimento é político, nós queremos influir no poder para propor as mudanças. Mas participar de partido político, só no dia em que existir o partido ecológico, como já existe na França. Não acho que derrubando as atuais estruturas seja a solução, porque o problema, a origem de tudo é anterior, é uma questão filosófica de postura do homem diante do mundo. Sou mais pela evolução e essa evolução tem que ser lenta. É como o tratamento a um drogado, não se pode tirar a droga de repente. Nem o capitalismo nem comunismo são a solução.

A cada cinco anos, os funcionários da Basf têm direito a umas férias especiais de três meses. Nas suas últimas férias, em 1970, Lutzenberger e a mulher passaram um mês no Rio Grande do Sul e dois numa praia nudista na Córsega. No Rio Grande, chocou-o o "brutal processo de destruição" e na calma da praia mediterrânea consolidou as idéias que o vinham inquietando.

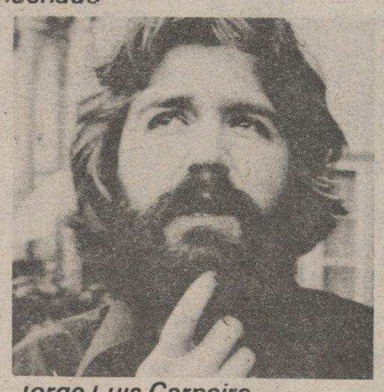
O rompimento com a Basf, portanto, representava mais do que o abandono de um bom emprego de 15 anos. Como técnico da empresa (um dos seus 50 mil funcionários em todo o mundo) estivera oito anos na Venezuela, três meses em Cuba, no Marrocos, na Índia e em outras três dezenas de países, mas estava decidindo

Depoimentos

Domingos Machado

Fernando Pinto

Sueli de Lima



Jorge Luis Carneiro

EMA BRITO
44 anos, florista na Praça XV

"Acho ele legal, muito bom. Ele luta por uma coisa certa. Tá vendo aqueles cravos murchos? Pois é, foram comprados hoje e estão todos estragados, porque os japoneses colocaram remédio demais".

FERNANDO SOARES PINTO
17 anos, estudante do II Grau

"Lutzenberger? Não é aquele que inventou a imprensa?"

MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO
Diretor-presidente da Rede Brasil Sul de Comunicações

"Eu o conheço como presidente da Agapan. A atividade dele é de uma validade excepcional. Tenho por ele o maior respeito. Outros discordam. Eu concordo em gênero e número em quase tudo o que ele costuma fazer. O Lutzenberger despertou a consciência ecológica do gaúcho. Só que às vezes ele exagera na maneira de levantar o debate. Lamentaria se não tivéssemos um Lutzenberger entre nós. A RBS, inclusive, lhe concedeu o prêmio Destaque do Ano de 1973 na defesa do meio ambiente".

EUGÊNIO HILLIG
21 anos, auxiliar de escritório

" Sei que o Jair Soares está movendo um processo contra ele. Antes nunca havia ouvido falar nele. Parece que ele ofendeu a genitora do secretário, né? Por causa de uns inseticidas?"

ADAIL BORGES FORTES
Secretário de redação do *Correio do Povo*

"Eu nunca falei com ele. Sobre o seu trabalho, apóio inteiramente, pois ele defende aquilo que nós amamos. Parece ser uma pessoa de alto padrão moral. Acho que ele tem as melhores intenções e é imbuído de grande espírito público".

SUELI DE LIMA DALARIRE
35 anos, florista da Praça XV

"Lutzenberger? Ele costuma aparecer na tevê? Porque eu conheço quase todo o mundo que aparece na televisão".

DOMINGUES MACHADO
21 anos, brigadiano

"Não, não conheço ninguém com esse nome. Quem é ele?"

SINVAL GUAZZELLI
Governador do Rio Grande do Sul

"Lutzenberger é um homem lutador e combativo".

VITALINO DA SILVA DIAS
37 anos, vigia

"Pelo que eu conheço ele tá certo. Só sei da parte de reflorestamento, mas é que não conheço muito ele. Sei que luta contra o desmatamento e isso é muito certo. Eu tenho umas terras lá em Osório, 28 hectares, e sei bem o que é o problema de plantar e não replantar".

JORGE LUIZ CARNEIRO
29 anos, estudante de Economia

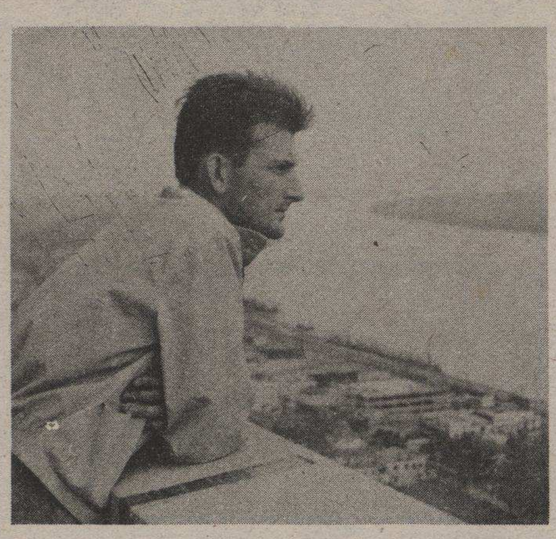
"Olha, duvido que consigam mais de cinco por cento de pessoas que conheçam o Lutzenberger. Ninguém se interessa por isso. Nós dois temos pontos em comum. Por exemplo, o humanismo dele é o mesmo meu. Cada um exerce como acha melhor. O que ele está fazendo é muito importante, na medida em que obriga as pessoas a terem uma consciência ecológica e, como conseqüência, uma consciência política, porque uma completa a outra. Mas eu luto em outras frentes. Agora estou ajudando na campanha eleitoral do Antônio Ferreira".

JAIR SOARES
Secretário estadual da Saúde e presidente da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico

"Eu me escuso de fazer qualquer comentário sobre a pessoa de José Lutzenberger, tendo em vista que me vi obrigado a mover um processo por injúria. Não preciso dizer a expressão que ele me chamou, não é? No início não dei atenção, porque, afinal, a gente tem que ter duas mães, quem sai na chuva é pra se molhar. Mas ele disse isso a funcionários meus, o que já é demais. Acho que ele e os advogados dele não sabem que crime de injúria não tem conciliatória. Ele não poderá desmentir. Mesmo assim, ele é um mal necessário. O problema é ser muito radical. Antes do processo até chegamos a conversar várias vezes. O movimento de preservação do meio ambiente é válido para que se conscientize a população, as indústrias e as próprias autoridades no sentido de manter o equilíbrio ecológico. Mas é preciso ter equilíbrio para defender o equilíbrio ecológico".

Cuidando o parque da Guarita, em Torres

No carnaval, na Venezuela



Nos EUA, como estudante

voltar ao Brasil pelo desencanto com a profissão que escolhera — a agronomia — e com o mundo que considerara o supra-sumo da civilização - a Europa.

Quando adolescente quisera tornar-se agrônomo para trabalhar com a terra, as plantas, os animais, para cultivar o gosto pela natureza, que aprendera com o pai, pintor, arquiteto, amante das coisas simples. Formou-se na Universidade do Rio Grande do Sul e fez pós-graduação em agro-química na Universidade de Luisiana, nos Estados Unidos, mas não aceitou o convite para trabalhar na Geigy por uma razão muito simples: a Geigy era a empresa que produzia o DDT, um pesticida destinado à matança indiscriminada.

Preferiu a Basf, que na época, 1957, não fabricava pesticidas, mas apenas fertilizantes. "Eu não percebia qual a diferença entre o sulfato de amônia que resulta da ação das minhocas, dos moluscos e bactérias na matéria orgânica e o NH4 produzido artificialmente. E realmente do ponto de vista cientifico não há diferença".

A experiência lhe mostraria não apenas a diferença entre o adubo orgânico e o químico. Mostraria também a semelhança entre o caminho da Geigy e o da Basf, que em pouco tempo entraria também na produção de pesticidas.

Quando menino aprendera também com o pai sobre a responsabilidade que um homem deve ter com tudo o que o cerca. As exigências do trabalho para a Basf o levariam quase ao extremo oposto: "Eu tinha que forçar a venda de produtos, venenos fortíssimos, muitas vezes desnecessários, como era o caso dos inseticidas preventivos, na maioria das vezes puro desperdício e poluição desnecessária".

Descobriu também que os agrônomos não eram necessariamente preocupados com a integridade do ambiente: "Assisti a discussões em que os agrônomos a serviço da grande indústria, homens aparentemente inteligentes, propunham como uma nova idéia genial a aplicação de produtos eminentemente destruidores".

Um caso foi especialmente decisivo: a Basf queria introduzir um herbicida novo nas lavouras de beterraba do Marrocos onde ele, Lutzenberger, estava trabalhando como assessor-técnico. Se os plantadores adotassem o herbicida para limpar as lavouras de beterraba, ficariam sem emprego milhares de trabalhadores rurais que se dedicavam à capina manual da lavoura. Então, ele usando esse argumento, informou à matriz que não seria recomendável a introdução do herbicida. Não foi ouvido e lançou, então, mão de razões técnicas: esse novo veneno, feito à base de uma substância chamada Pyrazon, não teria efeito sobre o tipo de erva que atacava as plantações da região. Havia um outro remédio mais barato e eficiente. Inútil: a Basf passou a recomendar uma mistura, muito mais cara, dos dois venenos. "Nesse caso, o Pyrazon entrava apenas como enfeite", disse ele com ironia.

Em seis anos de luta à frente da Agapan, Lutzenberger conseguiu algumas vitórias como a proibição da poda das árvores da cidade, a não derrubada do Mercado Público de Porto Alegre, a criação de oito novas reservas naturais (Itapoã, Parque do Delta do Jacuí,etc(além de uma incipiente conscientização sobre a necessidade de preservar o ambiente. "As nossas vitórias" costuma dizer ele, "são provisórias e as nossas derrotas, além de muito mais numerosas, são definitivas. Uma beleza que se salva hoje, morre amanhã e para sempre".

Uma das conseqüências da luta: aos 50 anos, está ameaçado pela segunda vez de envolver-se com a Justiça, devido à maneira arrebatada com que faz a sua campanha conservacionista. A primeira ameaça ocorreu no ano passado, quando definiu uma campanha da Andef — Associação Nacional dos Fabricantes de Defensivos — estimulando o uso de inseticidas como "ecopornografia". A Andef deu início a um processo contra ele mas recuou, quando Lutzenberger ameaçou falar ainda mais a respeito da ética dos fabricantes de pesticidas.

A segunda ameaça ainda está no ar. Para impedir que funcionários da Secretaria da Saúde pulverizassem BHC em uns matos na Vila Conceição, agiu com excessiva veemência, xingando inclusive a mãe do Secretário da Saúde, Jair Soares, que decidiu processá-lo por injúria. Nada disso, porém o preocupa. Nem os telefonemas anônimos com ameaça de morte que tem recebido. Nem o fato de estar gastando as economias que conseguiu fazer na Basf para complementar o único rendimento que tem atualmente: cinco mil cruzeiros que ganha da Secretaria do Turismo para supervisionar a implantação do parque da Guarita em Torres.

Nisso tudo, há uma única queixa, de sua mulher Annemarie, de 45 anos: "Quando saímos da Alemanha", diz ela, "o Lutz falou que vínhamos descansar, acabar com as viagens constantes, ficar em casa. Acontece que ficou pior: ele sai às sete da manhã, volta à noite, não tem sábado e nem domingo. Mas eu acho que ele está certo".

APLUB quer dizer tudo certo. Tão certo como dois e dois são quatro.

A Aplub tem quatro maneiras
de deixar tudo certo
para você e para as pessoas que você gosta.

1 PLANO PENSÃO

2 PLANO PECÚLIO

3 PLANO APOSENTADORIA

PLANO ACIDENTES PESSOAIS

Todos eles, reajustáveis.
Pense nos planos da Aplub.

PREVIDÊNCIA APLUB

APLUB
ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL
Sede: Av. Júlio de Castilhos, 10 Porto Alegre
Filiais em todas as capitais e principais cidades brasileiras.

Ar Condicionado é Springer Admiral

Springer

Admiral

marca

FÁBRICAS: Canoas, RS - Paulista, PE - Manaus, AM

Tudo que está no ar, está na Continental.

Nos 1120 ,rádio à moda da casa.

Por que anunciar nos pequenos

Quase oito anos depois do seu início com o semanário carioca *O Pasquim*, e devidamente consagrada por uma faixa de leitores mais exigentes, a imprensa nanica, alternativa, independente, começa a chamar a atenção da propaganda. Uma das maiores contas da publicidade brasileira, a General Motors, reservará parte de seus anúncios aos nanicos, porque a direção da empresa no país acredita que eles atinjam um público intelectualizado e de alto poder aquisitivo.

Em Porto Alegre, uma agência de publicidade recém criada, a Ampla, adiantando-se a pesquisas ainda não feitas, definiu o tipo de público que consome estes jornais e decidiu investir nesta área, Jesus Iglesias, diretor da Ampla e presidente da Associação Riograndense de Propaganda assim define o leitor dos nanicos:

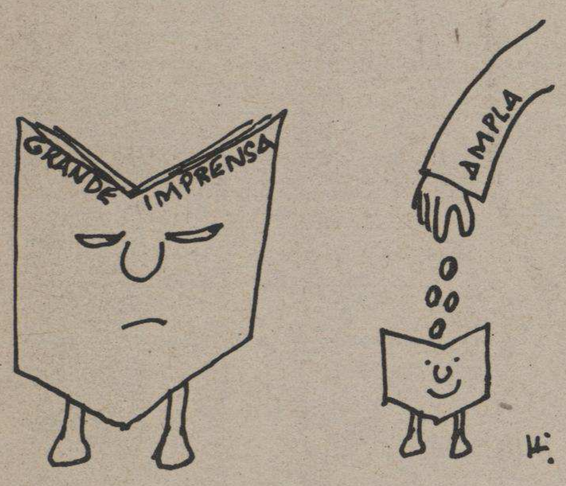
— A imprensa independente tem um público muito fiel. Ele lê todas as páginas do jornal que significa para ele uma abertura, uma opção de opinião. A credibilidade que deposita no jornal é tão grande que ele não só lê, como coleciona seus exemplares.

Para Iglesias este público é mais qualificado culturalmente — isto interessa de perto ao anunciantes — e tem maior poder aquisitivo.

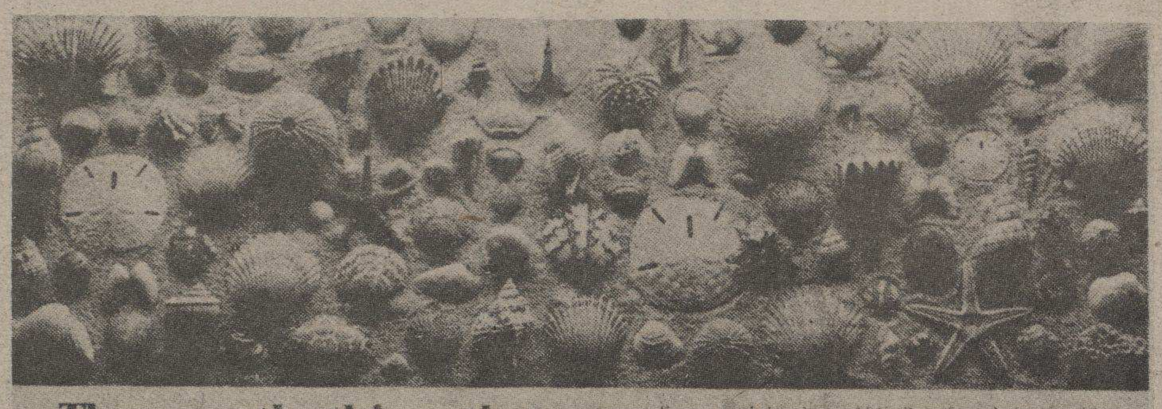
Segundo estudos feitos, a mídia convencional aplicada aos jornais da grande imprensa que lidam com um público mais diverso, atinge 40% e perde 60%. A questão é descobrir para quem se dirigem os 40% de acerto. Então, a imprensa independente, mesmo com menor tiragem, é dirigida para um público mais homogêneo, aumentando a porcentagem de acerto.

Iglesias também acredita que os anúncios feitos para os jornais nanicos exigirão uma mídia mais madura "pois não poderemos traumatizar o leitor com o anúncio convencional, terão que ser feitos anúncios especiais".

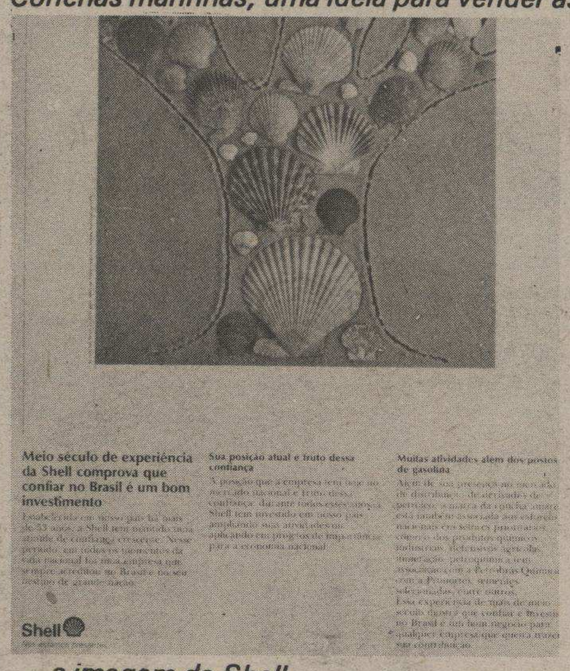
Para ele a resistência que ainda existe nas agências de propaganda decorre da falta de dados que os mídias encontram para programar o anúncio: "A imprensa independente deveria fazer pesquisas para determinar bem o tipo de público que cada jornal atinge e outras informações que possam abastecer os mídias, dados fartamente fornecidos pelos jornais da grande imprensa".



De mês em mês
cooJORNAL
de mão em mão



Conchas marinhas, uma idéia para vender as praias da Carolina do Sul...



... a imagem da Shell...

... e a brasilidade da Volks

O nacionalismo das multinacionais

Basta folhear algumas das últimas edições de *Veja* e lá está o painel completo: a Rhodia contando histórias brasileiras, a Volkswagen expondo conchinhas das nossas praias, a IBM com pássaros brasileiros, a Xerox com nosso folclore que não tem cópia, a Bayer dando cachê para alguns crioulos nacionais. Tem mais: o Chase Manhattan não se importa de ser chamdo de Lar Brasileiro. E a Fiat,só para preparar terreno, estava pondo seu carrinho em circulação em solo pátrio.

Teoricamente, a única coisa que deveria unir estes anúncios seria a categoria "campanha institucional" a que pertencem, na tradicional concepção de colunistas e contatos. Por institucional, entendem aquela campanha onde, mais que nunca, fala-se bem do cliente e onde, para falar bem do cliente, só não vale gritar . Como é tema livre, em geral num mesmo ano todos os caminhos são pesquisasos. Às vezes o tema permite e a agência sugere caoisas belíssimas com a Singer da DPZ. Em geral, institucionais são campanhas onde os diretores de arte se esbaldam em beleza visual e os redatores se permitem certa pieguice cuja inspiração vai de Vinicius a Drummond.

As campanhas institucionais de 1976, no entanto, têm em comum outra coisa. Não sei se por mera coincidência todas as agências e todas as duplas de criação tiveram simultaneamente a mesma idéia, sei lá se as multinacionais combinaram durante o breakfast, mas o tema resultou num só: a brasilidade das multinacionais. De repente, o leitor é induzido a crer que as multinacionais não só vieram nos ajudar no processo de desenvolvimento, como acabaram se afeiçoando muito à gente. Uma verdadeira paixão.

A Rhodia do Brasil conta histórias brasileiras melhor que qualquer mãe nativa... Como já faz parte do nosso dia há mais de meio século,deixa a Rhodia brincar. Só não se perdoa é a falta de cores. Logo a Rhodia, que antes contava historias delirantemente coloridas. A Volkswagen do Brasil ganhou anúncios tão bonitos e tão identificados com a gente que, por um momento,dava até para acreditar que, sendo tão brasileira como nós, a Volkswagen nunca queimaria a sua parte da Amazônia. O desencanto veio depois: as conchas das praias brasileiras são idênticas às que posaram para um anúncio das praias do Estado de South Carolina, USA.

A Xerox do Brasil falando de folclore soa instrutiva como um Brazilianist. E tão huminatária quanto humanitária também é a Bayer. Quem sabe como é dura a vida de sambista e esportista, preto e velho, vê que os anúncios vieram bem a calhar. A IBM alçou vôo com pássaros brasileiros, deu a volta por cima e falou de tecnologia como um bem sem pátria. A Fiat, brilhantemente redigida, encaixou discretos atestados de brasilidade em meio à dissertação sobre a tecnologia italiana que está chegando. Para ver com são as coias: a julgar pelas reportagens do *Movimento* e do *Opinião* a respeito do capital da Fiat do Brasil, não havia nenhuma razão para tamanha discrição.

No momento, as agências estão preparando as campanhas institucionais que veremos em 1977. Se todas esta paixão pelo nosso país não foi fogo de palha, um ano deve ter sido suficiente para grandes decisões. Ou as multinacionais em 1977 oficilizam essa paixão tresloucada e começam a mostrar seus frutos. Ou desistem de vez destas frescuras amorosas e declaram o que todo mundo está desconfiado: somos apenas bons amigos.

Faîtes vos jeux, faîtes vos jeux.

Exorcizando os demônios

Cerca de 200 publicitários de todo o país se reuniram em Gramado no mês passado para exorcizar dois demônios que vêm atormentando os empresários desta área: o crescimento das agências domésticas e departamentos de propaganda e, mais uma vez, a defesa do consumidor.

O primeiro tema, já em si candente, teve ainda a aquecê-lo as declarações de Frederick Smith, presidente da Associação Brasileira de Anunciantes e gerente executivo do Departamento de Propaganda da Henkel Produtos Domésticos Ltda., numa entrevista publicada pela revista Visão, exatamente na semana do seminário em Gramado. Disse Smith à Visão que ao anunciante é vantajoso negociar diretamente com os veículos pois consegue reduções de 18 a 20 por cento nas despesas com televisão, por exemplo. E que as agências não apenas se limitam a cobrar sua taxa de serviço sobre tudo o que encomendam a terceiros como não repassam para os clientes os descontos que obtêm dos fornecedores. E concluía aconselhando a qualquer grupo empresarial que disponha de verba publicitária da ordem de Cr$ 50 milhões anuais a criar a sua própria agência de propaganda.

Inflamados, os conferencistas contra-atacaram e lembraram os perigos mais comuns da *house-agency* —a falta de isenção na elaboração dos anúncios, a má qualidade, a submissão ao dono da empresa — e definiram esse tipo de organização como "fantasmas medievais" e "verdadeiro câncer" da propaganda.

Roberto Duailibi, da agência paulista DPZ, vinculou um problema ao outro: "A desonestidade, as fraudes ao consumidor que a propaganda possa estar cometendo são conseqüência de uma elevada carga de amadorismo no meio profissional. Na ânsia de vender o produto, um publicitário despreparado não hesita em mentir. E os principais responsáveis por esse amadorismo são os departamentos de propaganda e as agências domésticas".

Para reforçar o ataque jurídico que pretende desfechar contra as agências de casa, a Associação Brasileira de Propaganda, promotora do seminário, apresentou ao plenário um dos diretores do escritório Vicente Rao, um dos mais famosos serviços jurídicos do país, que discorreu sobre os aspectos legais da questão.

Jogando com o fato de que a Lei da Propaganda atribui à ABAP a tarefa de regular a atividade publicitária e que as house-agency não são aceitas pela ABAP, o advogado considerou-as ilegais.

Quanto à defesa do consumidor, nenhuma contribuição nova foi dada pelo seminário às discussões que crescem sobre o assunto. Foi defendida mais uma vez a autodisciplina como o instrumento mais eficaz para eliminar os possíveis desvios da propaganda.

No final, dois ministros — Quandt de Oliveira, das Comunicações, e Arnaldo Prieto, do Trabalho — disseram aos publicitários mais ou menos o que eles queriam ouvir: o governo espera que a classe, unida em torno dos seus interesses, resolva os seus problemas e encontre o melhor caminho para contribuir no desenvolvimento do país.

Fiat: segurança e preço alto

Com apresentação oficial ao Governador e visita aos jornais, coberta também pela televisão, o Fiat 147 foi apresentado em Porto Alegre na primeira semana de novembro. A seguir, Josué Machado repórter especializado da revista Quatro Rodas, analisa o carro italiano que está pronto para ser vendido no Brasil, depois do Salão do Automóvel.

O Fiat 147 em Porto Alegre: comemorado com manchetes em todos os jornais

Quem esperava que o Fiat 147 fosse econômico em relação ao consumo de gasolina, a ponto de percorrer 16 quilômetros com um litro de gasolina, como o Fiat 127 italiano, do qual foi copiado, certamente terá uma decepção. O Fiat produzido em Betim, a 20 quilômetros de Belo Horizonte, faz em média 12,68 quilômetros por litro, marca semelhante à do Volkswagen1300 (12,72 quilômetros por litro) e custará Cr$ 47.254,00, provavelmente a maior surpresa da Fiat.

Mas o Fiat 147, a maior atração do Salão do Automóvel de São Paulo, que abre dia 19 de novembro no Anhembi, tem algumas vantagens em relação ao Volks 1300: é um projeto moderno, de linhas mais atuais e, acima de tudo, mais seguro, porque tem ótima estabilidade, freios muito bons e estrutura diferenciada, isto é, num choque, a frente e a estrutura se deforma com maior facilidade do que o compartimento de passageiros, absorvendo parte do choque.Resumindo, os passageiros sofrem menos o impacto do que sofreriam num carro sem esse tipo de estrutura.

Em todo o caso, ele é inferior em consumo e também em desempenho ao modelo produzido na Itália, porque a taxa de compressão de seu motor teve de ser reduzida de 9,1 para 7,2 a fim de poder usar a gasolina de baixa octanagem vendida no Brasil: 73 octanas contra 98 octanas européias, e o aumento de cilindrada, de 903 cm3 no Fiat 127 para 1.050 cm3 no Fiat 147 não foi suficiente para compensar à redução da taxa de compressão. Se o aumento de cilindrada fosse maior, para que rendesse como o do 127, ele consumiria ainda mais gasolina. De qualquer forma, embora seja o carro com motor de mais baixa cilindrada produzido no Brasil, e o menor de todos, custará Cr$ 47 mil. Bem mais, portanto, que o Volks 1300 (Cr$ 36.960,00 e Cr$ 38.604,00), e do que a Brasília (Cr$ 44.698,00 e 45.848,00) e do que o Chevette Especial (Cr$ 46.871,00).

Para o engenheiro Rodolpho Vicenzetto, assessor técnico da revista especializada *Quatro Rodas*, dificilmente um carro novo fabricado no Brasil poderia ser vendido pelo preço do Volks 1300, o mais próximo do Fiat 147 em categoria, porque a Volkswagen já amortiza custos desde 1957. Ao contrário da Fiat, portanto, que ainda está lutando com os encargos da instalação. E pelo preço de seu carro a Fiat parece disposta a recuperar, no prazo mais curto possível, os investimentos feitos. Ele lembra, também, que a Fiat está muito longe dos fornecedores, que se concentram em São Paulo, a 600 quilômetros de Betim. De acordo com algumas versões, as outras fábricas instaladas no Brasil teriam feito pressão para que a Fiat não ficasse em São Paulo. O que teria contribuído para aumentar as suas dificuldades e, em última análise, contribuído para aumentar os custos e o preço final do Fiat 147.

Finalmente, sempre em relação ao preço do Fiat, Vicenzetto diz que provavelmente a fábrica está sendo muito rigorosa no controle de qualidade, para evitar problemas futuros, principalmente porque ainda não tem a rede organizada de revendedores que precisa ter. A Fiat quer evitar, enfim, a espécie de problemas que a Chrysler teve com o Dodge 1800, só resolvido três anos depois do lançamento, não sem várias cicatrizes. Ou o que a Ford teve com o Corcel, em menor escala.

PILOTO MORREU

Provavelmente por todos estes motivos, a Fiat esteja tentando vender a imagem de segurança e resistência, ao lado da de economia, que não é tão convincente, por meio de anúncios que mostram o carro nos mais arrojados exercícios, atrás ou na frente de tanques do Exército, descendo ou subindo escadas em vôos espetaculares. Foi num desses duros testes, aliás, que morreu um piloto de provas da Fiat, quando, seu carro se desgovernou e capotou. Embora não se conheçam destalhes, é possível que o piloto tenha se excedido nas manobras.

O fato é que nos primeiros testes feitos por pessoas estranhas à fábrica, a impressão foi a de que o Fiat é resistente e seguro, embora segurança e resistência em geral só possam ser avaliadas convenientemente com o uso prolongado e experiências específicas. Independentemente das razões de mercado, os jornalistas convidados pela Fiat para conhecer as instalações da fábrica e andar no carro por alguns quilômetros, nos dias 18 e 19 de outubro passado, acharam muito altas as três faixas de preços (de Cr$ 40 mil a 50 mil) sugeridas pelos promotores do passeio numa consulta: de forma geral, optaram pelo inferior, que era de Cr$ 44 mil a 46 mil.

E, apesar das passagens e estadas pagas e do brinde extra de uma máquina de escrever, alguns até opinaram que o Fiat deveria custar menos de Cr$ 40 mil, por não ter nada em projeto, estrutura, material ou acabamento que justificasse preço superior. Mas, apesar das opiniões contrárias e por razões desconhecidas, o Conselho Interministerial de Preços homologou o preço anunciado para o modelo básico do Fiat 147, que não inclui opcionais, como cintos de três pontos, faróis bi-iodo, vidro traseiro com resistência embutida, banco de encosto alto e outros.

Esquecido o preço, se for possível, o Fiat 147 é relativamente espaçoso porque, embora tenha apenas 3,62 metros de comprimento e pese 780 quilos, só 20% de seu volume são ocupados por elementos mecânicos, basicamente motor e câmbio dianteiros. De forma que ele tem lugar para quatro pessoas com relativo conforto. Na frente, os bancos sãoseparados,reguláveis em distância e, se o comprador pagar mais, podem ter encostos reclináveis. O traseiro é uma só peça, com depressões que servem de apoio para os braços nas laterais. Quando esse banco é reclinado para a frente, forma-se um considerável espaço para carga, com acesso fácil pela porta traseira ampla, que se abre sem esforço porque é equipada com um amortecedor a gás. Com o banco no lugar, o espaço para carga é de 352 litros e reclinado 953 litros. Mesmo com o banco traseiro armado, portanto, ele tem mais espaço para carga do que o Volks 1300 ou a Brasília.

BOM DESEMPENHO

O painel tem cinco teclas do lado esquerdo: da resistência (opcional) embutida no vidro traseiro, do ventilador do pára-brisa, do reostato que regula a intensidade das luzes das teclas, das luzes do carro e do pisca-alerta. Os instrumentos se concentram em dois conjuntos de moldura retangular na frente do motorista: no da esquerda fica o velocímetro com o odômetro e no da direita o indicador do nível da gasolina, luzes indicadoras da temperatura da água, do funcionamento do alternador e da pressão do óleo. Duas outras luzes entre os conjuntos indicam o funcionamento do pisca-pisca e dos faróis altos. Há entradas de ar no centro e no alto do painel, ou abaixo, controladas por alavancas. Na esquerda fica o cinzeiro e no lado direito do painel abre-se o porta-luvas, inclinado e sem porta.

Os comandos das luzes, limpador de pára-brisa e do pisca-pisca ficam em três pequenas alavancas na coluna da direção, de forma que o motorista não precisa afastar muito as mãos do volante quando precisa acioná-lo. A posição da alavanca de câmbio no assoalho também é muito boa porque está na linha do volante. A alavanca de freios de mão fica um pouco atrás, entre os bancos. A concentração dos principais elementos do conjunto mecânico na frente, serviu para tornar o Fiat espaçoso. O motor transversal de 55CV, refrigerado a água, com circuito selado, tem comando de válvulas no cabeçote e carburador de corpo simples. O câmbio de quatro marchas, coroa e pinhão abaixo do motor, transmite o movimento de rodas dianteiras por meio de juntas homocinéticas. Ao lado do motor guarda-se o pneu estepe.

Chame a União e faça uma apólice de "Vida em Grupo" para seus empregados.

É o seguro dos empresários responsáveis.

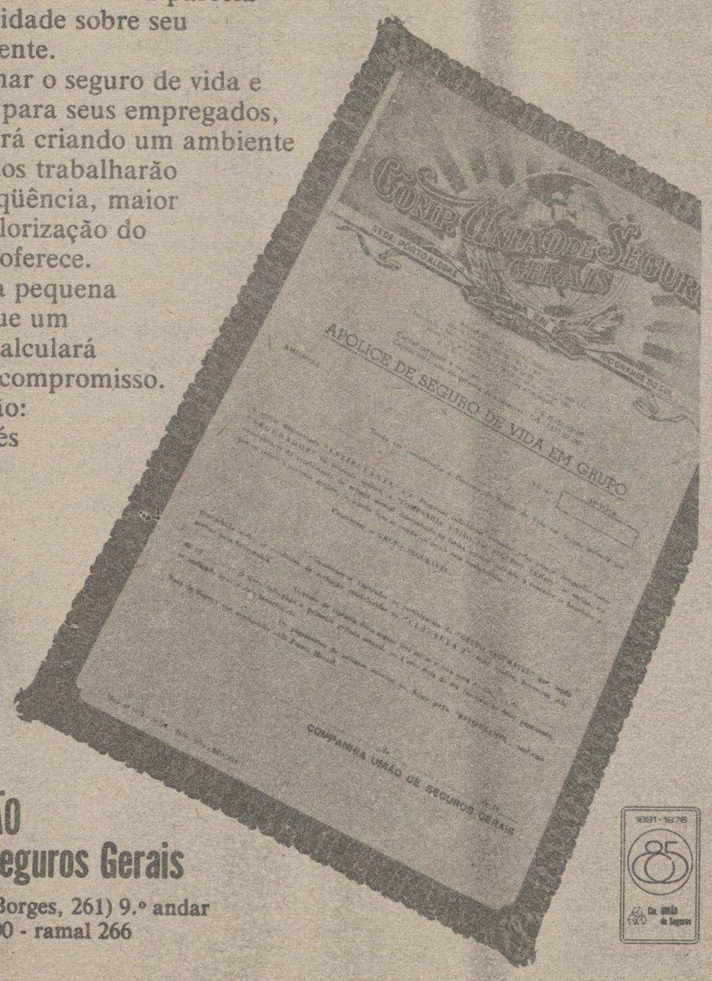
Se a sua empresa tem mais de cem empregados, consulte imediatamente a União de Seguros sobre uma Apólice de Vida em Grupo.

Você sabe o quanto é importante para sua empresa o trabalho de cada um deles. E a parcela de sua responsabilidade sobre seu bem-estar permanente.

Ao proporcionar o seguro de vida e acidentes pessoais para seus empregados, você também, estará criando um ambiente tranqüilo onde todos trabalharão melhor. Em conseqüência, maior produtividade e valorização do emprego que você oferece.

Tudo por uma pequena quantia mensal, que um técnico da União calculará a seu pedido, sem compromisso.

Chame a União: diretamente, através de seu corretor, ou de um gerente do Banrisul.



Cia. UNIÃO de Seguros Gerais

Ed. União (Borges, 261) 9.º andar
Fone 24.50.00 - ramal 266

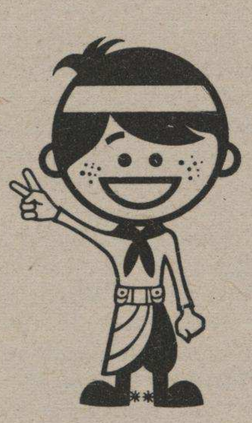
Todo dinheiro que você guarda na Caderneta Apesul de Poupança é garantido uma, duas, três vezes.

1 Garantido pelo patrimônio da própria Caderneta Apesul de Poupança.

2 Garantido pela hipoteca dos imóveis financiados com os fundos depositados em Caderneta de Poupança.

3 Garantido pelo Governo Federal, através do Banco Nacional da Habitação.

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO — BNH



Caderneta APESUL de Poupança

3 vezes garantida.

Doze escritores brasileiros participaram de um debate na Coojornal e denunciaram a precariedade do mercado editorial brasileiro. Eles são manipulados pelas grandes editoras que não investem no escritor, tiram poucos exemplares dos livros e não cumprem com o pagamento dos direitos autorais.

O autor nacional, sem dinheiro e sem direitos

A Coojornal reuniu em sua sede no dia 25 de outubro, 12 escritores para uma mesa-redonda sobre literatura brasileira. Do confronto de opiniões e idéias, o grupo encontrou um caminho para tirar o mercado literário brasileiro da apatia em que se encontra: somente com a união de todos em torno de sindicatos se encontrarão soluções para a exploração do escritor nacional, para as baixas tiragens e a invasão da literatura estrangeira.
No depoimento pessoal dos escritores surgiram desabafos como de Clarice Lispector, que recebeu em seis meses, pela venda de seis de seus livros, menos de mil cruzeiros de sua editora. Clarice, uma mulher de saúde precária, que dorme cedo, surpreendeu seus companheiros pelo ânimo que demonstrou nas quase quatro horas de debate ininterrupto. Para ela, forçada a viver de traduções, pela baixa remuneração que recebe das editoras, existe agora uma esperança de maior controle sobre a venda de suas obras. Com a centralização da defesa do escritor nos sindicatos — e esta foi uma decisão unânime do grupo — inevitavelmente nascerá uma melhor estruturação do mercado literário brasileiro, com instalações de agências literárias, para defender o autor na edição de seus livros; exigência de maiores tiragens; maior promoção dos livros nacionais; e uma tomada de posição em defesa do livre exercício da literatura em questões como censura de livros, direitos autorais e edição de livros brasileiros no exterior.
Participaram deste debate na Coojornal os escritores, Fernando Morais, Nélida Piñon, Clarice Lispector João Antônio, José Louzeiro, Léo Gilson Ribeiro, Bruna Lombardi, Wander Pirolli, Murilo Rubião e os gaúchos Sergio Caparelli, Caio Fernando Abreu e Heitor Saldanha, mais o crítico literário da revista Veja, Jorge Escosteguy.
Dois dias depois o grupo foi ampliado, com a participação de todos os integrantes do Projeto Cultur-Literatura do Governo do Estado, que patrocinou a vinda dos escritores de outros estados, e foi redigido um documento assinado por 30 escritores onde ficaram registradas estas posições.

Clarice Lispector — Eu não vou citar a editora. Eu estou em várias editoras, mas tem uma que edita (1) seis livros meus e sabe quanto me pagaram neste semestre? Menos de mil cruzeiros. Isto editando seis livros meus.

Léo Gilson Ribeiro — Eu acho inacreditável que a mulher que escreveu a obra da Clarice Lispector ainda tenha de viver de traduções num país como o Brasil. Nada denota mais a pobreza cultural de nossos governos do que este simples fato.

Nélida Piñon — Há uma tradição internacional de que o autor realmente deve receber 10 por cento, mas só em relação à primeira edição. A partir desta, a porcentagem vai subindo a 12 ou 15 por cento do total do livro, obedecendo uma escala. Inclusive quanto aos direitos subsidiários quando você pode ganhar cinco por cento em se tratando de livro de bolso. Mas evidentemente aí as tiragens são grandes e compensatórias.

Wander Pirolli — Eu gostaria que Clarice continuasse colocando as questões gravíssimas que estava colocando.

Clarice — Laços de Família está em sétima edição e não sei como está vendendo. Não tenho a quem reclamar. Outro livro meu saiu em terceira edição e vi por acaso numa livraria. Telefonei para o editor e falei: "Você tirou terceira edição?" Ele ficou meio sem graça e me disse: "Não é não, é a segunda ainda, mas a gente bota terceira que é pra chamar mais a atenção".

José Louzeiro — Eu quero colocar aqui uma coisa muito importante, que é a questão do sindicato dos escritores. Porque o editor só fala com você legalmente. E se você não tiver condições de responder legalmente você tá perdido. Na hora da briga ele não conversa contigo. E vou dar um exemplo palpável, terrível. O seu Jorge Amado assinou um contrato, como dona Clarice tem assinado muitos por aí, sem data, com um cidadão chamado Barros (2). Acabou levando na cabeça com seu Barros, depois de 35 anos de contrato. Ele tinha o direito de, por exemplo, em cada 20 mil cruzeiros de livros vendidos, 5 ficavam com o editor para que na sua velhice tivesse uma compensação, afinal ele era editor e amigo dele.

O Jorge Amado estava um dia na Europa, vendendo seus livros, quando um funcionário do Barros ligou pra ele dizendo que a firma tinha pedido concordata e que ele viesse depressa. Ele voltou e o Barros nem falou com ele, mandou que falasse com os advogados. O advogado chamou ele de imbecil por assinar um contrato sem data. Não pagaram o Jorge Amado e ainda venderam o seu contrato para a Record. Venderam o seu passe e ele nem sabia. Não pode ser feito nada em termos de amizade. Negócio é negócio. Isto é muito antigo. O profissional — o escritor — precisa ter uma base para atuar e evidentemente ter rendimentos, para que não faça mil coisas e mais literatura. É muito comum perguntarem quando não se está trabalhando mais em jornal: "O senhor não está fazendo nada?" Não, só estou escrevendo. Porque quando o cara está só escrevendo, dá idéia de que não está fazendo nada, dado o conceito que se tem do escritor no Brasil.

João Antônio — Eu tenho visto toda a sorte de safadezas com o autor brasileiro. Algumas inclusive, desobedecendo determinações do Ministério de Educação e Cultura. Por exemplo: professor de letras neste país indicando leitura de Irving Wallace e de Hermann Hesse.

Léo Gilson — Ou de José Mauro Vasconcelos.

Nélida — Bom, mas este é autor nacional.

Léo Gilson — Mas isto não é critério de qualidade.

João Antônio. — A diferença que existe entre os dois autores estrangeiros e o autor nacional citado pelo Léo Gilson, eu coloco aqui em discussão. Agora, a safadeza que está sendo feita dentro dos próprios departamentos de letras, esta não, esta é inquestionável. Ao lado desta safadeza oficial, nós ainda estamos diante daquela particular, daquela que levanta aquele problema: até onde nossos editores estão nos matando, enquanto autores, do ponto de vista comercial, ou estão nos favorecendo de alguma forma? Já não vou falar na imensa safadeza que são os dez por cento do preço de capa, principalmente depois da segunda edição, quando o livro já está todo fotolitografado com a técnica do off-set e a gente continua enchendo o editor com dinheiro e tendo que se virar como um danado pra poder sobreviver. Basta dizer o seguinte: os meus três primeiros livros, *Malagueta, Perus e Bacanaço, Leão de Chácara* e *Malhação do Judas Carioca,* já têm uma ficha de abordagem literária que se destina a professores de letras e de comunicação. Estas fichas são para que o professor as leia. Leia os livros e, provavelmente, se gostar, indique aos seus alunos.

Falei com o representante da editora em Porto Alegre, "o senhor não tem as fichas, já procurou colégios?" Ele me respondeu que dava muito trabalho. Fui a duas ou três livrarias nesta cidade e só dava Harold Robbins na frente, esta coisa toda com cara de literatura erótica, bunda de mulher na frente, seios de fora. Pornografia em geral muito mal traduzida, e a gente está aí falando de *boom* literário. Ora, *boom* literário é conversa, tá entendendo. Nós estamos numa festivalança e sendo docemente sacaneados. Quer dizer, continua a mesma pouca vergonha, tá entendo. A gente tá pra baixo e pra cima e nos problemas objetivos ninguém mexe. É uma verdadeira heresia quando um autor nacional insinua que pode tirar algum fruto real do seu trabalho em livro.

Léo Gilson — Posso fazer um pequeno aparte? Os contratos brasileiros foram decalcados dos contratos norte-americanos. Agora, os dez por cento que Truman Capote recebe com *In Cold Blood* (A Sangue Frio), representam um milhão de dólares. Eu acho que Érico Veríssimo e Jorge Amado em toda a sua vida não ganharam um milhão de dólares. Isto antes do livro ser vendido para o cinema. En-

tão acontece o seguinte: estes dez por cento são em cruzeiros, são dez por cento de tiragens muito pequenas. Eu, por exemplo, escrevi *Os Cronistas do Absurdo* em 1964, já está na quinta edição e até hoje só recebi 800 cruzeiros, nada mais.

Bruna Lombardi — Olha eu sou nova em edição, entendo pouco. No meu primeiro livro, fiz um contrato com a Símbolo. Eles me pagam mensalmente, todo o mês me mandam um relatório do que vendeu, do que sobrou, todo o mês eles me mandam um cheque. É pouco, é muito...

Clarice — O que é isto?

Bruna — É a Editora Símbolo em São Paulo. É uma editora nova, mas acredito que seja bem intencionada perto do que vocês contam. Eu realmente não estou a par deste problema. Fiz o lançamento em agosto, no primeiro mês recebi um cheque de mil e poucos cruzeiros. Você não faz contrato por edição?

Clarice — Não sei. Não tenho controle sobre o tipo de contrato que faço. Eu vou entregar tudo a Carmen Balcells, uma agente literária.

CLARICE LISPECTOR: "ESTOU EM VÁRIAS EDITORAS, MAS TEM UMA QUE EDITA SEIS LIVROS MEUS E SABE QUANTO ME PAGARAM NESTE SEMESTRE? MENOS DE MIL CRUZEIROS. ISTO EDITANDO SEIS LIVROS MEUS".

Nélida — A situação da Clarice é tão caótica. Está sendo instalada no Rio de Janeiro uma agência literária da Carmen Balcells. Eu não sei se vocês sabem quem é Carmen Balcells. Ela está sendo considerada no momento uma das maiores, senão a maior agente literária da Europa. Ela tem a matriz instalada em Barcelona e resolveu acreditar no Brasil por um destes milagres. Ela acha que aqui se está fazendo uma literatura consistente, fundamental para a América Latina e que ela pode investir na cultura brasileira. Era fascinante ver nos contatos que fez — alguns eu acompanhei porque ficou na minha casa — como demolia qualquer argumento de editor. Uma mulher com grande experiência editorial. Ela tem uma visão imensa não somente do livro mas do destino do escritor. Quando ela tinha um nome, mas não tanto dinheiro assim, resolveu fazer uma coisa extraordinária. Foi a Londres onde vivia Mario Vargas Llosa num apartamento modestíssimo e pequeno. Ela o procurou e falou: "Confio muito em você e isso que vou fazer é uma coisa totalmente inédita, nunca fiz. Vou lhe dar 300 dólares (ou 500 dólares, não sei ao certo) mensais e você, a partir deste momento, vai viver mais folgadamente. Estou investindo em você e vamos fazer juntos o teu destino". E aconteceu efetivamente.

JOSÉ LOUZEIRO: "EU QUERO COLOCAR AQUI UMA COISA MUITO IMPORTANTE, QUE É A QUESTÃO DO SINDICATO DOS ESCRITORES. O EDITOR SÓ FALA COM VOCÊ LEGALMENTE. SENÃO VOCÊ TÁ PERDIDO".

Vargas Llosa é hoje um grande escritor. Eu estava em Barcelona quando saiu *Pantaleão e as Visitadoras* e foi uma grande vitória pessoal de Carmen Balcells. Ela não perde tempo. Pega o original do escritor, tira várias cópias e faz um pequeno e rápido leilão para o destino do livro ser decidido em três ou quatro dias. Ela fez isto com o livro de Vargas Llosa e conseguiu impor o seguinte contrato quando ele anda não estava nesta área de best-seller, quando vendia 10 mil exemplares por edição. Para a editora poder publicar *Pantaleão* numa edição de 100 mil exemplares, a cada dois anos, ou um ano, estou em dúvida, eles teriam que reimprimir todos os títulos de Mário, ou seja, dez mil exemplares de cada título. Como eles dispunham de seis títulos de Mario imprimiram 160 mil livros. E ela ainda orientou a editora na promoção.

Bruna — Mas é claro. Quando a editora empata 100 mil ela tem interesse. Na hora que são três mil exemplares, ela não tem tanto interesse.

Léo Gilson — Nós também estamos prejudicados pelo tratado de amizade com Portugal, assinado pelo Juscelino Kubitschek. Tem uma frasezinha marota ali que diz assim: todas as traduções para a língua portuguesa...

Clarice — E eu caí nesta.

Léo Gilson — Não, 110 milhões de pessoas caíram nesta. Continuamos colônia.

Clarice — Eu caí nesta. De repente um editor me telefona dizendo que meu livro tal e tal vai ser publicado em Portugal, pela Bertrand. Eu vou ganhar 250 dólares e ele ganha 250 dólares. Por que ele ganha tanto quanto eu?

Léo Gilson — O editor é sempre o lobo e os editados os carneiros.

Clarice — o adiantamento de edição é ridículo. Tirando imposto de renda eu recebo como adiantamento 1.700 cruzeiros, até seis meses depois receber mais.

Nélida — E no entanto, Clarice, qualquer autor estrangeiro, pode ser o mais vagabundo, eu digo vagabundo não por problema de qualidade, mas sim que não tenha a menor cotação internacional, de saída recebe 1.500 dólares.

Louzeiro — Em relação ao que está se falando aqui eu gostaria de colocar uma questão. Em 1968, eu fundei um jornal chamado *Jornal do Escritor* que tinha a missão de criar um sindicato do escritor. Aconteceu o seguinte: primeiro o escritor brasileiro de um modo geral não quer nada, não tem consciência do que ele faz, ele não sabe se é funcionário público, se ele é escritor. Então ele não tinha hora para ir à sessão em que se discutia a criação do tal sindicato que ia defender a vida dele. O jornal durou, aos trancos e barrancos, um ano firme e mais um ano cai não cai, e o dinheiro saindo do meu bolso e dos anúncios que o Rubem Fonseca arranjava, institucionais da Light. Para se ter uma idéia do esforço nós tomamos anúncio do Bloch e ele pagou.

Só se faz frente ao editor que tem sindicato, com outro sindicato, então criou-se o sindicato. Qual foi a primeira medida? Botou-se um velhinho lá, o seu Plinio Doile e o sindicato não existe. Oficialmente ele existe nos papéis. Agora ele em vez de trabalhar pelo escritor brasileiro só está aposentando escritor. Se fez o sindicato para o escritor trabalhar e não para ser aposentado. O sindicato não faz coisa nenhuma. É culpa de quem? Nossa. Não se consegue mudar porque o escritor brasileiro não quer.

Clarice — O sindicato também não ajuda muito. Fui despedida do *Jornal do Brasil* com uma carta de cinco linhas, dizendo que para eu não ter que buscar o trabalho que tinha entregue, me mandavam.

Louzeiro — Todos nós fomos despedidos de um jornal ou outro, com uma carta. Acontece que graças ao sindicato dos jornalistas hoje temos um salário profissional. O seu Léo ganha um bom salário, eu quando saí de jornal ganhava um bom salário, graças ao sindicato. Não interessa ao editor o sindicato. Eles ficaram desperados quando souberam deste movimento na Guanabara e congelaram o negócio.

João Antônio — Parece fundamental e inteiramente fora de dúvida que a peça inicial de uma remexida neste processo escabroso, ou neste processo de desgoverno, que está havendo com o autor nacional, é o sindicato. Um sindicato com função nacional, que seria reproduzido em outros estados e ganharia a condição de federação. Sem isto não é possível nada. Este é o primeiro passo de gente séria, que não quer brincar. Estender o sindicato, fazer o do Rio valer. Enquanto a coisa for arrumar emprego na Petrobrás, emprego no Banco do Brasil emprego na p.q.p. e, nas horas vagas escrever, então nós vamos ficar sempre na mesma. Porque brigar mesmo, meter a mão na merda, a gente não quer porque suja e fede pra diabo. Ou vai enfrentar a coisa ou não vai enfrentar a coisa. Sem o sindicato, inclusive este papo aqui vai acabar furado.

Clarice — Eu tenho a impressão que a situação é ruim em todo o mundo. Eu recebi da França, pela Galimard, pra traduzir *A Paixão Segundo GH*, três mil francos.

Léo Gilson — Porque lhe enganaram. Enganaram você novamente. Você sempre entra de cordeirinho nesta história toda.

João Antônio — Porque você não tem um organismo que a represente.

Léo Gilson — Na Europa como nos Estados Unidos, a profissão de escritor é profissionalmente séria, porque há contratos, há sindicatos e multas.

João Antônio — E, em matéria de antologia, a pouca vergonha é generalizada. Abrange todos os nomes possíveis e imagináveis. O que se tem feito, — tiro o Fernando Mangarielo da jogada — em matéria de antologia não é caso de sindicato, mas de polícia. Alguns casos já foram até ao Supremo, como o do Autrand Dourado e do Carlos Drummond de Andrade. E o resto do pessoal que não está brigando como o Samuel Ravé e eu, estamos esperando apenas qual é o resultado do Supremo pra entrar na briga. Acontece que o senhor Bloch Editores publicou uma antologia chamada *Literatura Brasileira em Curso*. Se apropriou sem consulta prévia de textos de diversos autores. Carlos Drummond de Andrade foi devidamente roubado em 36 páginas.

Clarice — Tiraram o final de um conto meu.

João Antônio — Tiraram um trecho do *Malagueta*, jogaram lá e não me explicaram por que estava lá. Este livro está na faixa de 60 cruzeiros hoje e está em sétima edição.

Bruna — Você quando viram não foram lá?

Clarice — Eu fui. Antes de fazer o processo, quem sabe uma conversa. Aí eu fui explicar a situação acompanhada de um escritor brasileiro. E disse, paguem ao Drummond, a mim e aos outros, que todo mundo vai ficar contente e não vai acontecer mais nada. O Adolpho Bloch disse que não pagava de jeito nenhum. Que não dava a menor importância. Aí eu disse, mas vocês tiraram o final de um conto meu. E ele respondeu que isto não tinha importância. Então o escritor que estava comigo falou que isto era como tirar o sorriso da Monalisa.

Léo Gilson — Ele nem sabe o que é isto.

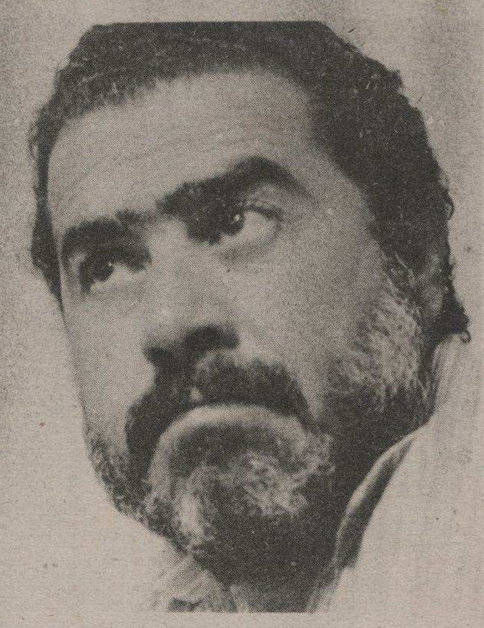
Clarice — E quando me encontro com ele por acaso em algum lugar ele me trata friamente. Eu, a prejudicada, sou cordial.

Louzeiro — Num momento como este se estabelece a necessidade de um sindicato operante. Pegaríamos um caso como este do Bloch e entregaríamos à Justiça Trabalhista. Faríamos uma ação coletiva. E o seu Bloch teria que se explicar.

Clarice — O problema da antologia não é só do Brasil. Eu nem sei em quantas antologias americanas e latino-americanas eu tenho contos e eles nem falam em dinheiro.

Louzeiro — A partir do momento que o país não tem controle para saber o que está sendo feito lá fora então você tá perdido. Uma vez escrevi uma historinha que foi publicada. O tempo passou e um dia chegou um cara para mim e disse que tinha gostado muito da minha novela apresentada numa rádio na Argentina. E eu não sabia de nada. Aí eu procurei saber e realmente a rádio tinha feito uma novela da minha história. Mandaram pedir desculpas e pagaram qualquer coisa. Isto porque nós não temos organismo observador. Agora, você não pode brincar de fazer o que a Globo fez com o seu Somerset Maugham. Levou umamulta que não tá no gibi, porque editou vários livros do Somerset Maugham sem a licença da firma controladora de direitos autorais do velho. Então eles deixaram a Globo circular com o livro. Aí disseram que não queriam que traduzisse os livros no Brasil e a Globo morreu num belo dinheiro.

Clarice — Na Argentina eu tenho vários contratos e muitos livros publicados lá. Eu recebia às vezes um adiantamento e às vezes nada. E pensava, se eles não me mandam nada é porque o livro não deve estar vendendo. Quando estive lá fiquei boba. Um coquetel para 30 jornalistas, uma mulher chegou a me beijar a mão. Eu era conhecida lá e cadê o meu dinheiro.



JOÃO ANTÔNIO: "EU TENHO VISTO TODA SORTE DE SAFADEZAS COM O AUTOR BRASILEIRO. POR EXEMPLO: PROFESSOR DE LETRAS NESTE PAÍS INDICANDO LEITURA DE IRVING WALLACE E HERMANN HESSE".

Fernando Mangarielo — O problema é a falta do contrato, que é o instrumento legal. A falha é uma só. Nenhum autor lê o contrato que assina e ele é o seu instrumento de defesa.

Clarice — É verdade.

Mangarielo — Está presente o caso. Nenhum autor deve assinar o contrato na hora que o editor impõe. Deve levar para casa e mandar um amigo ler e explicar e, de preferência, fugir dos contratos de letra miúda. Sem contrato não se pode partir para a briga. O contrato pode ser de uma edição e pode ser definitivo, mas com uma ressalva: se no prazo de 8 a 12 meses depois de esgotada a edição que gerou o contrato, o livro não foi reeditado, a editora perde o direito de publicação. Eu opero com contratos de uma edição. Estou tirando a terceira edição do livro do Fernando Morais *A Ilha*. A cada edição ele precisa assinar autorizando para mais três mil e ficar de acordo com todas as cláusulas. O importante é o contrato. Há uma atitude do autor para com o editor que é a seguinte: o editor sempre faz um favor ao autor. Vocês estão lutando por mais de dez

por cento a partir da segunda edição. Por outro lado, há a presença das firmas estrangeiras, que estão baixando a percentagem para 7,5 a 8 por cento. Esta é a manipulação que está sendo feita pela Harper & Row e a MacGraw Hill e outras. E quero dizer outra coisa.

Eu não tenho o menor respeito por esta primeira geração de editoras. No meu trabalho para estabelecer bases para a Alfa Omega, no caso das antologias, o pior inimigo que tenho encontrado é a imagem negativa criada por essa primeira geração de editores. Dirigi uma carta ao Murilo Rubião há uns quatro meses e ele nem me respondeu. Eu não oculpo porque ele tem toda razão de pensar que é mais um picareta que surge, mais um cara que não vai me pagar. Certo? Então há essa imagem negativa que a segunda geração de editores faz questão de apagar. Agora, esse dragão, as grandes editoras, isso é uma criação de vocês, porque vocês acham que quem vende seus livros são as grandes editoras. Vocês criaram um dragão contra vocês mesmos.

LÉO GILSON RIBEIRO: "OS CONTRATOS BRASILEIROS FORAM DECALCADOS DOS CONTRATOS NORTE-AMERICANOS. AGORA, OS DEZ POR CENTO DE TRUMAN CAPOTE SÃO UM MILHÃO DE DÓLARES".

Nélida — Está ocorrendo no Brasil uma mudança de poder. De modo que aquelas pessoas que estão aparecendo, que estão realmente produzindo, criando, compondo um ~~nova~~ quadro de poder, não têm acesso ao poder real; nós estamos nos aproximando do poder, mas nós não temos acesso ao poder, não podemos ainda alterar as regras. Nós podemos subverter as normas dentro do nosso texto, mas não subverter normas reais. Você vê os prêmios oficiais serem entregues às mesmas pessoas, os prêmios serem esgotados naquele mesmo grupo. Nós estamos lutando em várias frentes. Lutando em relação ao texto, lutando frente à precariedade editorial brasileira, lutando porque é difícil a gente fazer uma obra dispondo de tempo, porque percorrer uma obra é percorrer um caminho áspero. Assim como Clarice foi sempre um ser dócil, e de certo modo marginal nas interferências editoriais e foi devorada pela situação editorial brasileira, pelo paternalismo do editor brasileiro.

Mas nós estamos percebendo que há escritores nesta mesa, como João Antônio e José Louzeiro, que estão adotando uma

BRUNA LOMBARDI: "QUALQUER PESSOA TEM UM TRABALHO PARALELO. E PODE TER, COMO NO MEU CASO, UMA COISA QUE NÃO TEM NADA A VER. PORQUE EU NÃO QUERO ESCREVER SOB ENCOMENDA, ENTENDEU?"

atitude mais agressiva, mais forte, cada um capitaneando a sua nau dentro de seus próprios mares. Então esta proposta que o Louzeiro apresentou, a do Sindicato, nós temos que acolhê-la com muita seriedade. Sabe, eu não pertenço ao sindicato porque me parecia uma agremiação sindical. Eu não queria estar ao lado do pessoal que está lá dentro. E como o sindicato não se manifestou sobre o problema da censura, não queria estar ligada a um sindicato que não tornara clara uma situação como esta. Assim como eu me oponho a uma Academia Brasileira de Letras eu me oponho também ao sindicato. Por esta razão eu me omiti.

Clarice — Eu também.

Nélida — Mas se nós nos reunirmos a partir deste momento, se nos conscientizarmos da importância do sindicato como estamos nos conscientizando, eu vou à guerra com vocês e vocês comigo. E tem mais: nós vamos tomar o poder. Sem poder não há transformação.

Fernando Morais — Eu não acredito que o senhor Doile, do Rio, seja mais poderoso do que a diretoria que a gente conseguiu derrubar no sindicato dos jornalistas de São Paulo, que pretendia implantar lá um Reich de mil dias. Nós conseguimos derrubar e colocar lá o Audálio Dantas.

Jorge Escosteguy — A vitória lá foi conseguida basicamente a partir da filiação de novos jornalistas ao sindicato.

Léo Gilson — Eu acho que você tinha que esclarecer aos gaúchos o que o sindicato conseguiu em São Paulo, que é inédito no país.

Fernando — Em primeiro lugar as agências de notícias que utilizavam o trabalho da gente a seu bel prazer, a *Agência Folhas*, a *Agência Estado* e a *Abril Press*, que não pagavam absolutamente nada a ninguém e passaram a pagar.

Leo Gilson — E nós não levantamos um outro elemento. Evidentemente que o Art Buchwald nos Estados Unidos não é um grande escritor. Agora, como ele é sindicalizado e aparece em 80 jornais americanos ganhando uma pequena quantia de cada um, recebe no final uma soma imensa. Se a Clarice Lispector aparecesse não só no *Jornal do Brasil*, mas em 40 ou 50 jornais menores de todo o país ela teria uma fortuna que não tem.

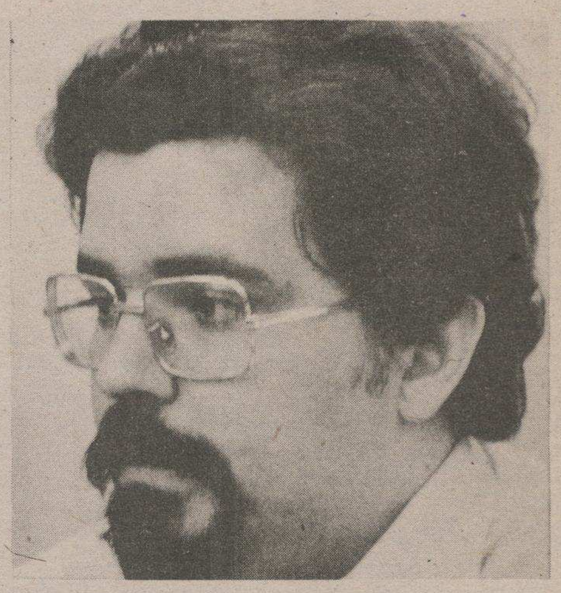
Clarice — Sabe onde saía a minha coluna? No *Shopping News*, de São Paulo.

Léo Gilson — E sem receber. Tudo isto é apropriação indébita.

João Antônio — Não quero defender a *Agência JB*, de quem fui durante três anos uma vítima. Mas quero caracterizar que pelo menos ela me pagava. O pior é a chamada *Manchete Press*, que reproduziu várias reportagens minhas e várias fotos de colegas nossos e ninguém jamais viu um tostão. E quando se pensava em reclamar já se sabia que a ordem era passar no departamento de pessoal pra ser mandado embora.

Léo Gilson — Dá licença de dizer uma coisa. A Bloch inventou jornalistas que não existem. Inventou o Brian Caningham, que eu quero que me mostrem ele e o Jean Paul Lagarride, que eu encontrei na avenida Atlântica às 2 da manhã no dia 16 de setembro de 1974, ninguém pode provar que não, porque ele não existe. Estas duas pessoas são criadas, são cozinhadas pelos Jaquito Kapeller da vida pra depois se apropriar de material americano e brasileiro, até meu. Acabaram levando uma multa do *Time* porque criaram uma seção internacional onde faziam o seguinte: o *Time* fazia uma capa e eles burramente pegavam a matéria e colocavam o princípio no fim, o começo no meio e depois remexiam tudo e publicavam como se fosse Jean Paul Lagarride. Este jornalista, como Deus, é onipresente, está em todo o lugar. Então nós, jornalistas e escritores, estamos no mesmo barco. Então, se o sindicato dos jornalistas de São Paulo constitui um exemplo de luta ativa e se o sindicato do Rio constitui uma abertura, temos que unir forças em torno disto: aprender do sindicato paulista a estratégia e do sindicato do Rio de Janeiro a prioridade.

Clarice — Um editor me procurou para que eu traduzisse um livro do francês para



FERNANDO MANGARIELO: "NENHUM AUTOR DEVE ASSINAR O CONTRATO NA HORA QUE O EDITOR IMPÕE. DEVE LEVAR PARA CASA E, DE PREFERÊNCIA, FUGIR DOS CONTRATOS DE LETRA MIÚDA".

o português. Eu perguntei quanto ele me pagaria. Ele disse: "Fulano de tal, para quem você já traduziu, disse que eu pagasse 18 cruzeiros por página". Eu falei que iria cobrar 20 cruzeiros por página e ele falou que não fizesse isso porque não se inflaciona o mercado. Aí perguntei quanto era o máximo que poderiam pagar e ele me disse 25 cruzeiros.

Léo Gilson - No Brasil, tradutor ganha menos que datilógrafa. Já me ofereceram mil cruzeiros para traduzir um livro. Eu estou tentando conseguir com uma editora de São Paulo traduções para Clarice Lispector. Estou pedindo 100 cruzeiros por página e eles estão hesitando. Se uma datilógrafa não põe o bumbum na cadeira e copia errado o texto por menos de 20 cruzeiros a página, imagine um tradutor, que além de saber duas línguas, fenômeno que não acontece no Brasil, porque aqui se traduz de uma língua que se desconhece para uma que se ignora.

Então o mero trabalho mecanográfico tem que ser a base. Se a dona Clarice Lispector com tudo que ela tem, senta e começa a traduzir uma página por 20 cruzeiros, ela tem que somar mais 100 ou 200 cruzeiros, que o editor vai faturar com o nome dela. O escritor brasileiro não se promove. Ele acha que noitinha de autógrafos com coquetel e depois uma saidela tá resolvido. Não é assim. Num país subdesenvolvido como o nosso, onde o escritor não tem agente literário, não tem quem o defenda, ele tem que humildemente participar. Ignácio de Loyola Brandão está indo a todas as universidades do interior do Brasil e falando. Então por que o escritor tem que ficar na torre de marfim? Se ele escreve, ele tem que falar.

Fernando — João Antônio, se você chegando a Manaus, chegando a Teresina, chegando a Conceição do Mato Dentro, em cada vez tiver a oportunidade de falar com mais de cinco pessoas e levantar uma proposta dos escritores se unirem, dos jornalistas se unirem em associação, você não só divulga o seu livro como estará fazendo um trabalho muito mais importante.

Bruna — Qual é o autor nacional que exige promoção do seu editor?

Fernando — Plínio Marcos é o melhor exemplo. Ele senta na porta da igreja com uma mala cheia de livros e vende.

João Antônio — O senhor Plínio Marcos tem que partir pra esta de camelar livro. Eu ví o Plínio chamando estudante "olha aqui moça, compra este livro que é muito bom, eu sou Plínio Marcos". E isto não é uma atitude surrealista do Plínio não, ele tá certo.

Clarice — Eu não entendo. O que interessa é a gente escrever e não se promover...

Léo Gilson — É aquilo que a Nélida falou. O poder está mudando, então o escritor, hoje, não pode mais se eximir de também vender sua obra.

Louzeiro — Nós temos que corrigir o sistema voltando ao legalismo sindical, para que dona Clarice não tenha de sair vendendo livro na rua. Enquanto a TV Globo leva besteira, pode levar boas coisas também vamos admitir, nunca vi. *Ela* leva

PROPOSTA SINDICAL

Nós, escritores brasileiros reunidos em Porto Alegre, de 24 a 30 de outubro de 1976, tivemos oportunidade de debater, durante o Projeto Cultur-Literatura e a Semana do Livro, e a partir de um encontro realizado na Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, os seguintes pontos de vista, fundamentais para que o autor nacional consiga atingir um caráter de profissionalização e de defesa da liberdade de criação da categoria:

1 — A partir deste encontro, fica manifesta a proposta de constituição de associações profissionais de escritores, a nível estadual.

2 - Essas associações funcionarão durante o período determinado por lei, a partir do qual serão transformadas em sindicatos de classe.

3 — Atingida a etapa sindical, será então convocada, a nível estadual, uma assembléia geral para o estabelecimento da data da eleição das diretorias das entidades.

4 — A constituição desses sindicatos é fundamental para que a categoria consiga, através dos mecanismos legais, instituir uma federação nacional da classe. Só assim, poderão os escritores, a nível de igualdade, defender seus legítimos direitos perante os organismos editoriais e quaisquer outras entidades, oficiais ou não.

5 — Assim constituídos, os escritores poderão futuramente, à sombra de sua entidade classista, dispor inclusive de cooperativas editoriais e de agentes literários.

6 — Essa proposta conta, desde já, com a adesão e o apoio dos representantes, abaixo assinados, dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e de Minas Gerais e do Distrito Federal.

7 — Que o governo do Estado do Rio Grande do Sul transforme o projeto Cultur numa instituição permanente e anual, abrindo suas discussões a escritores de outras unidades da federação.

Porto Alegre, 30 de outubro de 1976.

Documento assinado pelos seguintes escritores: Mário Quintana, Nélida Piñon, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Rubem Fonseca, Oliveira Silveira, Caio Fernando Abreu, Flávio Moreira da Costa, Ieda Inda, Armindo Trevisan, Itálico Marcon, Antônio Carlos Villaça, Cícero Sandroni, Laura Sandroni, Sérgio Tapajós, Silvino Heck, Eliane Zaguri, Carlos Nejar, Wander Pirolli, Fernando Morais, Sérgio Caparelli, Bruna Lombardi, Paulo Kruel de Almeida, Remy Gorga Filho, Moacyr Scliar, João Antônio, Léo Gilson Ribeiro, José de Jesus Louzeiro, Carlos Eduardo Novaes e Janer Cristaldo.

De um debate na Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre saíram as bases da tomada de posição dos escritores de todo o Brasil

besteira a 50 milhões de pessoas, como foi aquele rapaz entortanto colher. O seu Plínio Marcos não chegará nunca a cinco mil pessoas sentado na porta da igreja. O mundo não é mais de sentar na porta da igreja. Então o caminho é legalizar o sindicato. Seguir o exemplo do editor. Quando surgiram dois editores, sabe o que fizeram? Esperaram um terceiro e fundaram um sindicato de editores. Fundaram mais sindicatos e criaram uma Federação.

NÉLIDA PIÑON: "ESTÁ OCORRENDO NO BRASIL UMA MUDANÇA DE PODER. DE MODO QUE AQUELAS PESSOAS QUE ESTÃO REALMENTE PRODUZINDO, CRIANDO NÃO TÊM ACESSO AO PODER REAL".

Léo Gilson - Eu acho que a Nélida disse uma coisa muito importante aqui. Eu posso dar um depoimento porque sou uma geração de transição. Eu não tenho a idade da Bruna e não tenho a idade do José Olympio. No Brasil, na época em que o José Olympio começou a fazer livros, a literatura era uma coisa muito mais ornamental, era uma forma de ascenção social de nortistas que vinham para o Rio de Janeiro. Era uma literatura artesanal e ornamental e todo mundo tinha outro emprego. Carlos Drummond de Andrade sempre foi funcionário do Patrimônio Histórico, o Manuel Bandeira sempre foi professor. Então a atividade do escritor era puramente marginal por opção do próprio escritor.

Agora com a troca de poder, como falou a Nélida, nós contrapomos o editor tapinha-nas-costas com o editor como o Fernando, que é ético, consciente do que está fazendo. Então nós temos motivos para acreditar nele. Agora, o escritor brasileiro tem que se conscientizar que se consente que a literatura dele seja ornamental é porque ele inconscientemente se acha amador, quando na realidade, além de ser alavanca de lucros para o editor, ele é um enriquecimento espiritual e cultural para o país e é uma forma de autoexpressão no mundo em que vivemos.

Bruna — Eu acho que a coisa continua igual. Qualquer pessoa tem um trabalho paralelo. E pode ter, como no meu caso, uma coisa que não tenha nada a ver. Exatamente porque não quero escrever sob encomenda, entendeu? Então eu quero tirar fotografia porque ninguém vai me pedir para escrever besteira, eu só escrevo quando achar que a minha verdade está ali. Agora, o escritor não tá dando valor para o que tá fazendo. Não está percebendo a importância por ser Brasil, por ser funcionário público, porque o livro não vende, porque no Brasil ninguém lê, por tudo o que acontece aqui. Então ele acha que o que ele está fazendo é bom demais mas não é muito importante. Sei lá, ele aprende que aqui importante, por exemplo, é o Ernest Hemingway. Gente, a América Latina, o Brasil, fazem um tipo de literatura que está interessando muito aos europeus. Eles estão de olho em nós.

Léo Gilson — A Europa já viveu da nossa colonização. Agora virou. Agora é Europa, França e Bahia.

Bruna — Eu acho que, da mesma forma que os Estados Unidos estão numa comercialização violenta, num consumo ordinário, a Europa está estagnada, está parada. Aqui, está pintando um misto de tudo isto, que é um resultado de banditismo, de marginalidade, de cachaça, de horror, de pavor, de medo de polícia, de quem está na rua, de tudo. No começo pode ser encarado como folclore lá fora. Como exótico. Mas a partir da leitura vão ver, como no caso do João Antônio, uma sacanagem que eles nunca sonharam em escrever. A bandalha, o deboche que tem aqui nunca teve por lá. Então o brasileiro olha e começa a se achar importante no panorama internacional. Porque até agora ele mesmo se achou merda. Então ele tem que exigir. E o escritor que tem nome, que é trunfo, tem que se unir com os outros para fortalecer o sindicato.

Nélida — Eu acho o seguinte: a gente não pode esquecer que o sindicato não vai resolver todos os probelmas. Então a gente tem que estabelecer uma relação muito sólida, muito firme, áspera e severa com o editor, através de cláusulas exigentes, como por exemplo, tiragens altas. Porque, através de um comprometimento econômico, se o editor investe alto num autor ele vai ter que fazer força para vender este livro, é lógico. O escritor tem que representar para a consciência econômica do editor, um peso na realidade.

Louzeiro — Bom, isso é muito importante e eu vou falar de um detalhezinho. Nós, sem um instrumento legal na mão, não podemos fazer coisa nenhuma. Porque se hoje o João Antônio, por exemplo, fizer uma exigência qualquer, sabe o que editor faz? Diz "rua". E bota cinco traduções no lugar. E quem vai dizer pra não botar?

Nélida — Bom, dá licença, pois eu vejo o mercado brasileiro de outro modo. O escritor que tem nome é um peso no mercado. Então se o Enio Silveira despedir o João Antônio eu arranjo para ele três contratos...

Léo Gilson — Nélida, o *Jornal do Brasil* despediu a Clarice e ficou por isto mesmo...

Louzeiro — Veja o seguinte: Clarice está ligada a duas editoras que só publicam por favor autor nacional, para preencher uma cota mínima. Uma delas chama-se Artenova, do senhor Alvaro Pacheco. Ele só publica livro estrangeiro. Um dia chegaram e disseram "olha isso pode ficar perigoso", então lançaram lá cinco livros nacionais para enganar.

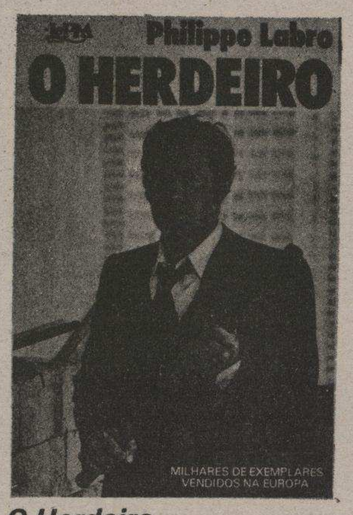
Fernando — Acho que devemos sair daqui com os cariocas na obrigação de fazer um movimento para retomar o sindicato de lá, os gaúchos implantarem o deles aqui e a gente iniciar um movimento em São Paulo. Eu não acredito sinceramente que o nome de qualquer um de vocês, encabeçando uma chapa para retomar o sindicato, não venha estimular toda a classe.

(1) - Editora Artenova

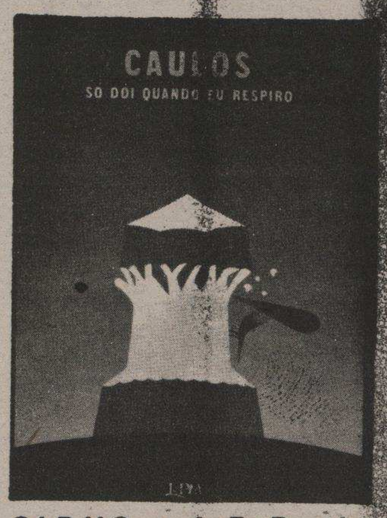
(2) - Editora Martins

FERNANDO MORAIS: "A DIRETORIA QUE A GENTE CONSEGUIU DERRUBAR NO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO PRETENDIA IMPLANTAR LÁ UM REICH DE MIL DIAS".

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS DA L&PM EDITORES



O Herdeiro
Philppe Labro e seu best-seller



Só Dói Quando Eu Respiro
Caulos e seu humor ecológico

Humor Macanudo
Santiago e o riso da terra

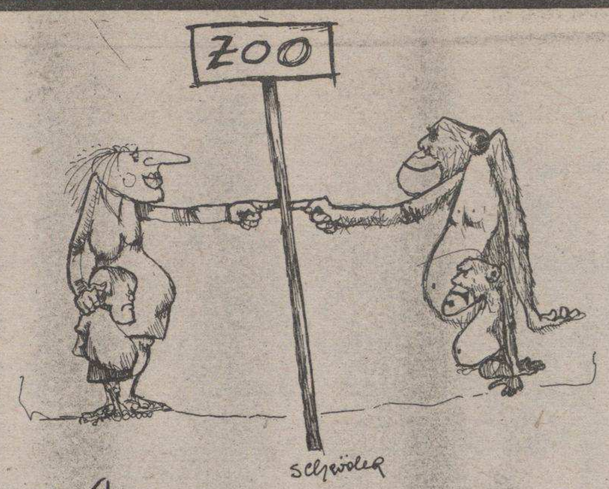
L&PM

L&PM Editores _ Riachuelo, 904, fone 24.9322
Bons autores, bons leitores.

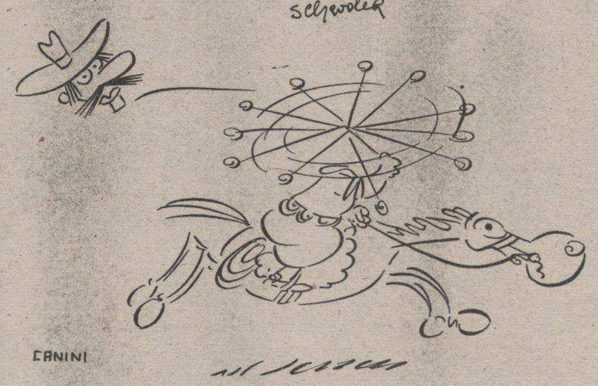
Bom exemplo é o que Deus dá: é onipresente mas sabe o seu lugar. (Fraga)

Grande coisa achar agulha no palheiro. Eu quero ver é encontra agulha é linha! (Fraga)

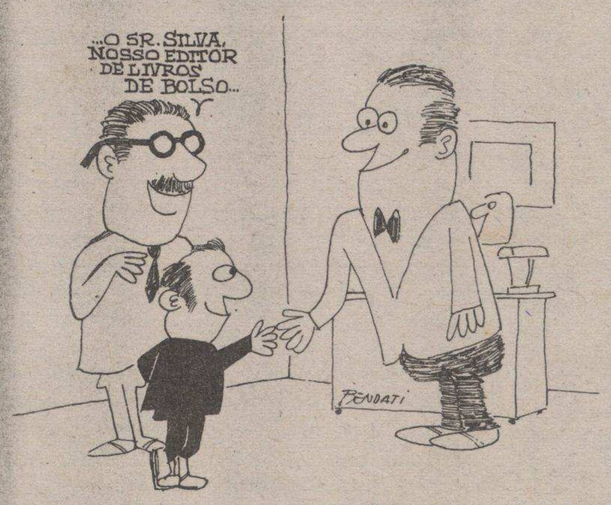
SCHRODER



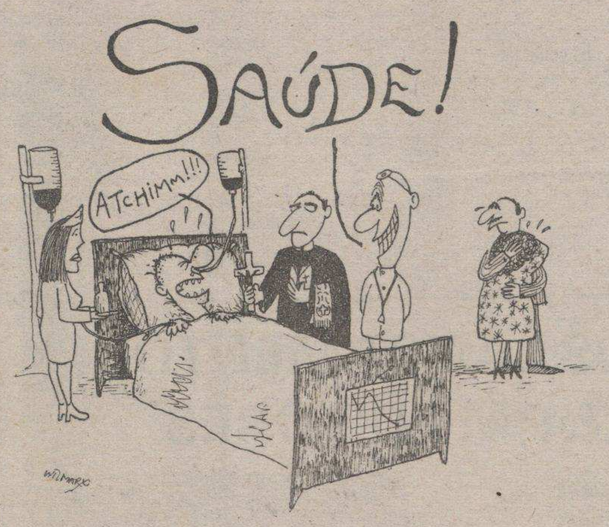
CANINI



BENDATI



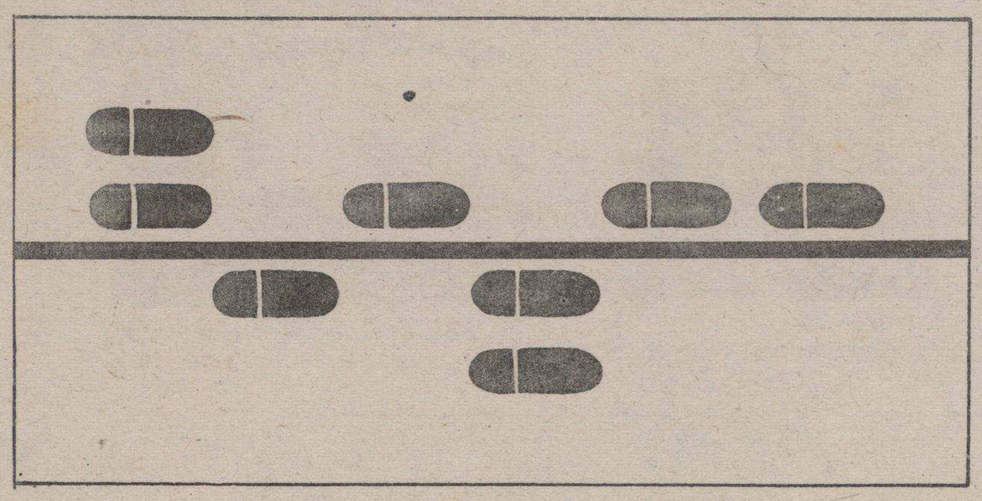
WILMARX



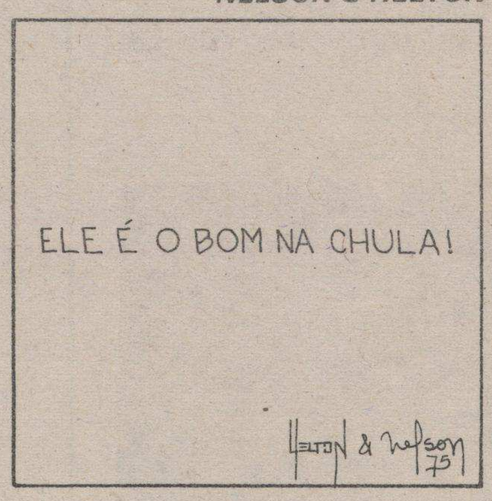
CÂNDIDO, O PERGUNTADOR

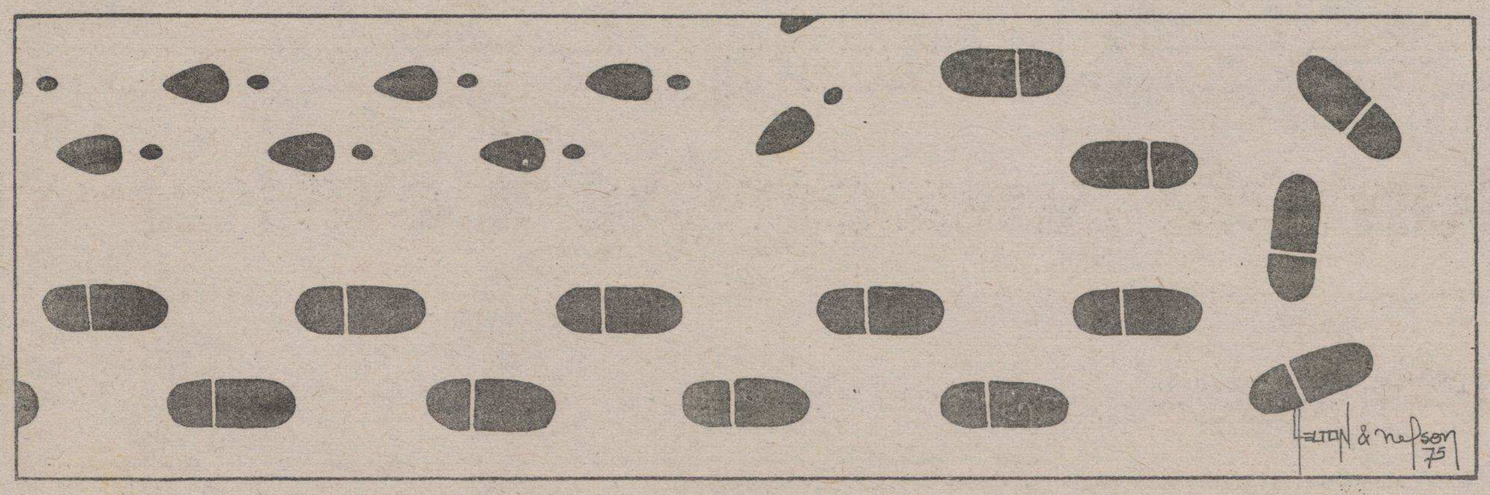
EDGAR VASQUES

METACOMIC

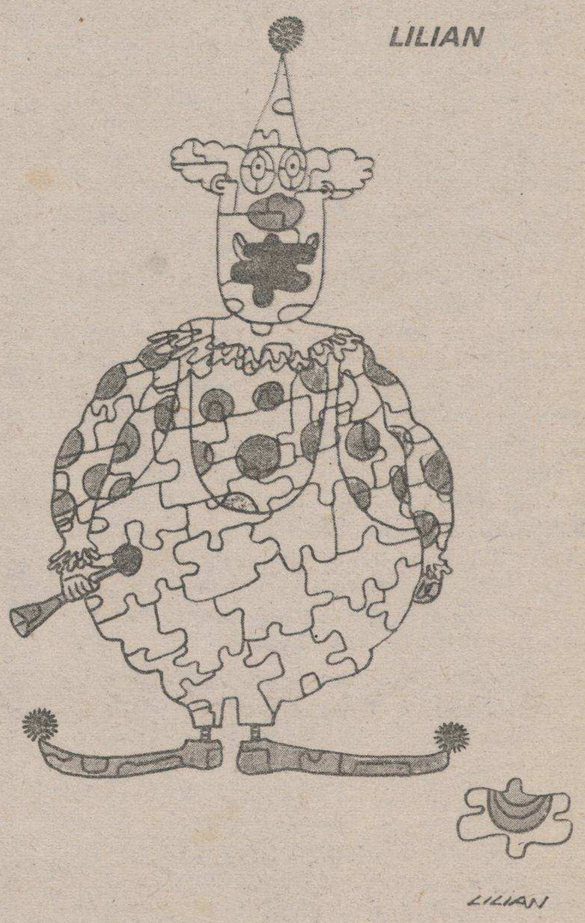


NELSON & HELTON





LILIAN



Depois dos crimes contra a economia popular, só estão faltando os contra a economia particular. (Fraga)

Estão anunciando um xampu para higiene mental. Aposto como arde nos olhos. (Fraga)

A educação manda lavar as mãos antes das refeições. A fome não manda nada. (Fraga)

Certas mulheres são uma fresta para os olhos. (Fraga)

Fabulinha Moderna (À maneira do Millôr)

O CANDIDATO

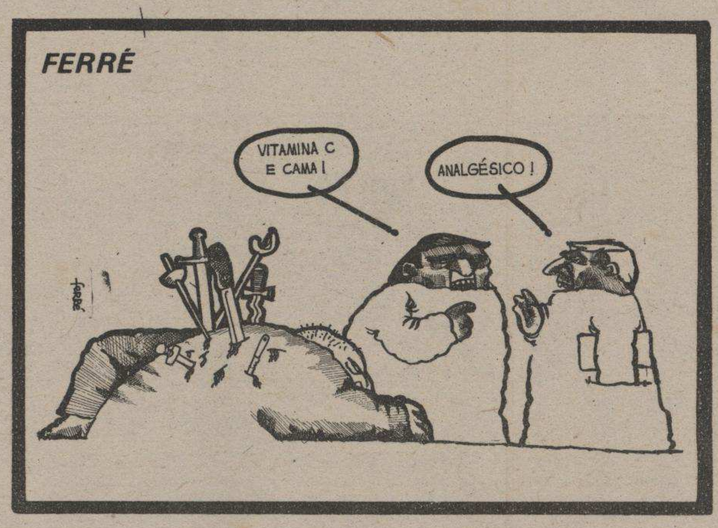
PACHECO

E deu-se que o chefe do Comitê chegou pro chefe da Operação do País Distante e falou:
— Acabamos de encontrar o candidato ideal, chefe. Honesto, brilhante, culto, jovem, popular, fará tranqüilamente 100.000 votos para si e mais uns 100.000 para a legenda.
— Ótimo, falou o chefe da Oposição. E o que mais?
— Bom pai, bom filho, boa pinta, 1,45m, 25 anos, cinco filhos e uma cachorra, é o candidato certo para a hora incerta.
— E o curriculum? Tem o curriculum?
— Claro, estimado chefe, aqui está.
E lá estava. Líder durante muitos anos dos estudantes dorminhocos, nunca perdeu eleição — a única vez em que, num cochilo maior, terminou empatado, ganhou no par ou ímpar. Sócio fundador da Associação dos Ferros-Velhos, foi o autor do primeiro projeto vitorioso de implosão duma kombi veiha daquela entidade. Ex-juiz de brigas de galo, ex-integrante da escola de samba "Nós, Os Tampinhas", formou-se em economia trabalhando de dia e de noite e estudando nas horas de almoço, tendo espantado o mundo com a sua tese de doutoramento "Um operário economizando 10 centavos por mês em quanto tempo poderá comprar uma geladeira?" (Editada em espanhol com o título "una hormiga trabajando dia y noche en cuanto tiempo tendrá cortado humo para un cigarrillo de cien milímetros?"). Acredita em Deus, no Diabo e na terra do Sol e que o dinheiro não traz felicidade, embora o ache indispensável para pagar o táxi. Adora os Beatles, dormir de cuecas e mulher grande. Na Câmara, lutará pelo fim de semana de sete dias pra todo mundo, férias pros detentos e pela instituição do dia nacional do guarda-chuva (1).
— Fantástico! Excelente!, exclamou o chefe da Oposição. Aí está o candidato que nos faltava. Registre-se, imediatamente. Tome-se os seus dados e encaminhe-se a sua candidatura.
— Só tem um problema, chefe, falou o chefe do Comitê. Como faremos nos comícios e nas coletivas?
— Problema?, quis saber o chefe da Oposição.
— Sim, estimado chefe, nosso candidato é tudo isso, mas, infelizmente, não fala, é mudo.
— Bravo! Bravíssimo! É a perfeição, saltou o chefe da Oposição do País Distante, fazendo rima e uma profética constatação: Então você não vê, seu ignorante! Mais vale aqui um candidato mudo do que meia dúzia desses bem-falantes!
Moral: **No País Distante, na vida, como na Política/Quem não se comunica, não se trumbica.**
(1) Além do dia nacional do guarda-chuva (casa própria), a plataforma do candidato ideal propunha a instituição do dia do patinete (transporte), do dia do tubo de gás (economia), dia do empurrão (esporte), dia do papo-furado (diversão pública), dia da dor nas costas (saúde). O dia do guarda-chuva, por exemplo, cairia sempre no segundo domingo de sol do mês de agosto e nele todos sairiam à rua com seus guarda-chuvas abertos e os ricos contratariam guarda-chuvistas particulares (mais emprego) e os pobres se cotizariam (cooperativismo) e os comprariam à prestação e andariam em bandos e meio de lado para caber mais no mesmo guarda-chuva. Os magrinhos curtiriam sombrinhas ou pediriam carona e as rádios lançariam a campanha "Dê carona a um magro no seu guarda-chuva". Na televisão haveria um programa: Boa Noite, Guarda-Chuva!, **em que os jurados dariam 10 para todos, etc...**

PROPAGANDAIA

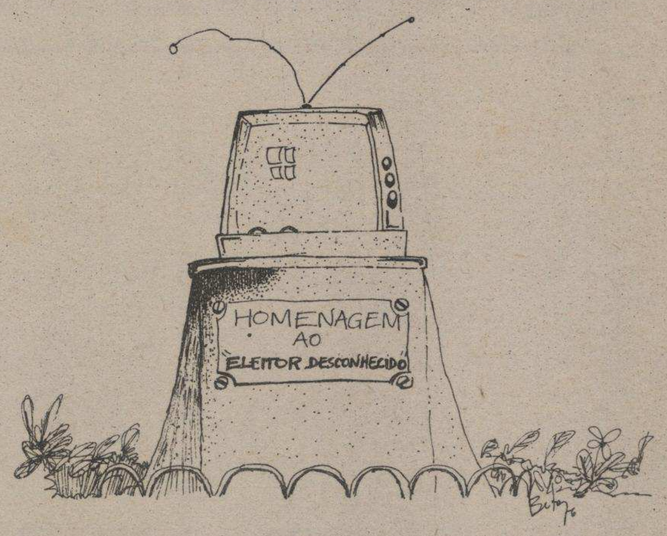
JUSKA

FERRÉ



HARTUR

BETO



OS CAUSOS DO SANTIAGO — II

Continental. Som de uma orelha a outra.

Nos 1120, rádio à moda da casa.

Se você precisa dizer umas verdades ao seu patrão e tem medo, diga aos seus colegas de trabalho. Elas chegarão quentinhas. (Fraga)

Quando você tiver que reclamar os seus direitos humanos, faça isso sem balir ou mugir. (Fraga)

MARQUETING

Da janela da sucursal da Editora Abril, em Porto Alegre, o fotógrafo Ricardo Chaves __ Kadão __ gastou duas horas de uma manhã de setembro para registrar uma lição de marketing popular

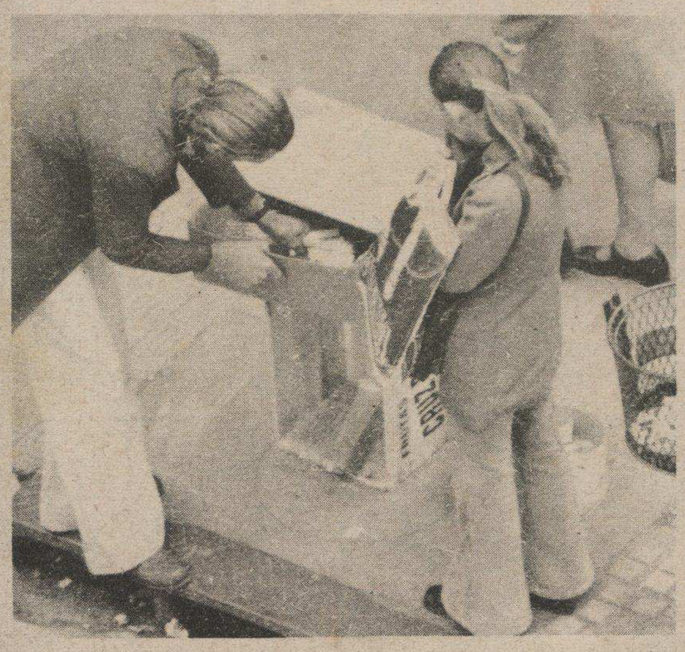
José vende quinquilharias na Otávio Rocha e Maria ...

... a mulher, o ajuda a atrair fregueses. Ouve os apelos, ...

... simula a compra diante do grupo de curiosos, depois ...:

... afasta-se, enquanto José continua seu comércio. Mais ...

... tarde, quando volta, Maria, ajuda a contar o dinheiro...



... e divide com José a tarefa de levar o material até outro local.